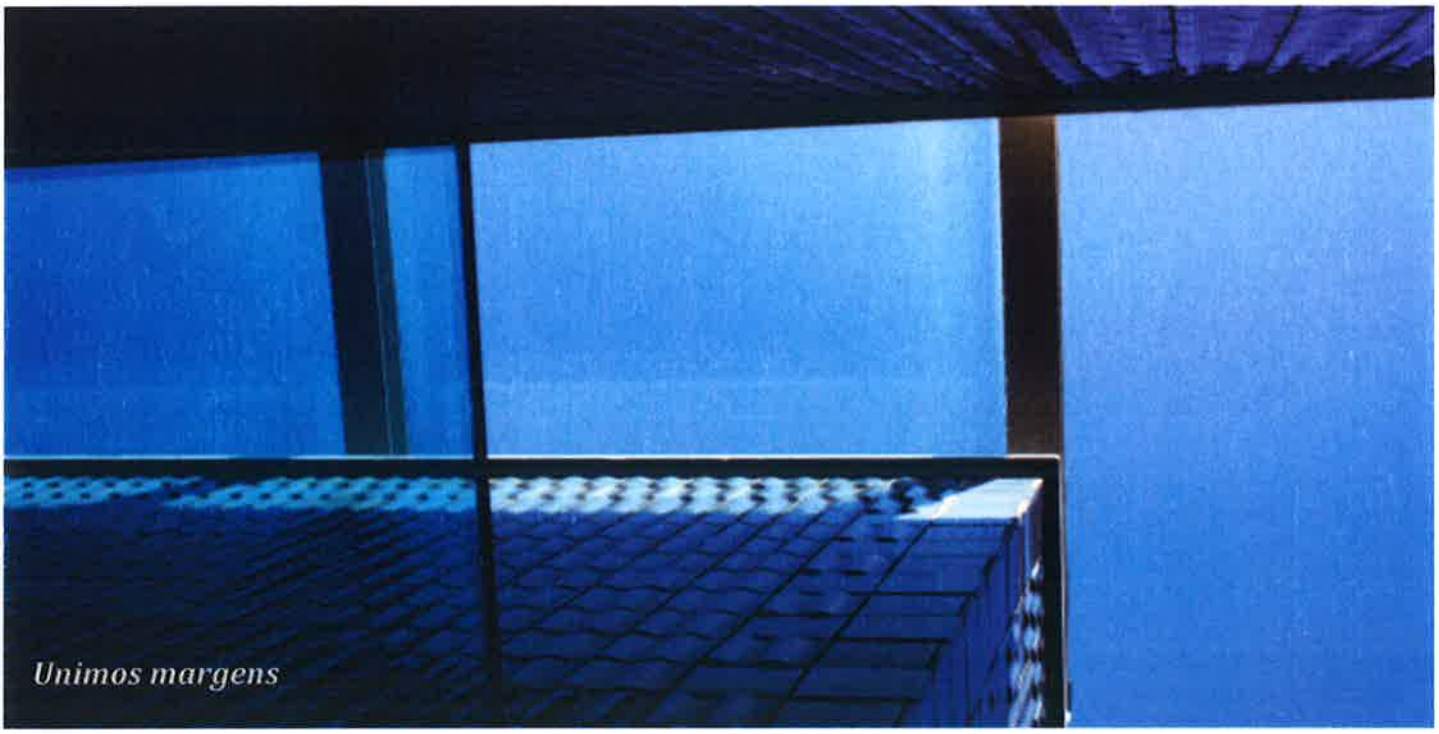


SOFLUSA – Sociedade Fluvial de Transportes, S.A.

Relatório de Gestão & Contas 2022

Aprovado em reunião do Conselho de Administração de 25 maio de 2023

Ficha Técnica

Soflusa, Sociedade Fluvial de Transportes, S.A.
Rua da Cintura do Porto de Lisboa, 1249-249 Lisboa
Número único de matrícula e de pessoa coletiva: 503 010 936
Conservatória do Registo Comercial de Lisboa
Capital Estatuário: €59.500.000,00 (a 31 de dezembro 2022)
CAE Principal: 50102-R3 - Transportes costeiros e locais de passageiros
Contacto Institucional: sec@transtejo.pt
Site institucional: www.ttsl.pt
Relatório produzido por: Direção de Gestão Financeira

Índice

Nota de abertura 6
1. Introdução 7
1.1. Síntese histórica da empresa 8
1.2. Contrato de Serviço Público 9
2. Factos relevantes ocorridos em 2022 10
2.1. Painel de Indicadores 13
2.2. Impacto decorrentes de fatores excecionais (pandemia Covid-19 e crise geopolítica) 14
2.3. Proposta de Renegociação do CSP 14
3. O Modelo de Gestão 15
3.1. Estrutura Acionista e de Capital 15
3.2. Conselho de Administração 15
3.3. Estrutura organizacional da Empresa 15
3.4. Identidade Corporativa 16
4. Evolução do negócio 18
4.1. Atividade Transporte 19
4.2. Atividades Complementares 25
5. Gestão Corporativa 26
5.1. Segurança e Vigilância 26
5.2. Gestão Ambiental 28
5.3. Gestão de Recursos 29
5.4. Gestão de Risco e Auditoria Interna 32
5.5. Gestão da Marca 32
5.6. Relações Internacionais 32
6. Gestão de Recursos Humanos 33
6.1. Gestão do Efetivo 33
6.2. Desenvolvimento de competências e formação 37
6.3. Indicadores de Prestação de Trabalho 38
7. Situação Patrimonial, Económica e Financeira 39
7.1. A Soflusa como Entidade Pública Reclassificada 39
7.2. Adoção do SNC-AP 39
7.3. Análise sobre as Contas 40
7.3.1. Fluxos Financeiros 40
7.3.2. Modelo de Financiamento 41
7.3.3. Gestão de Risco Financeiro 41
7.3.4. Esforço Financeiro do Estado 42
7.3.5. Investimento 43
7.3.6. Estrutura Patrimonial 44
7.3.7. Resultados Globais 45
7.3.7.1. Evolução de Resultados 45
7.3.7.2. Evolução dos Rendimentos Operacionais 46
7.3.7.3. Evolução dos Gastos 48
8. Governo Societário 53
9. Cumprimento das Orientações Legais 54
10. Notas Finais 69
10.1. Agradecimentos 69
10.2. Proposta de aplicação de Resultados 69
10.3. Eventos subsequentes 69

Índice de tabelas gráficos e ilustrações

Tabela 1 - Conselho do Administração (2020 2022) 15
Tabela 2 - Caracterização da Oferta (2022) 19
Tabela 3 - Indicadores de Oferta (2021-2022) 19
Tabela 4 - Taxa de Regularidade (2021-2022) 19
Tabela 5 - Supressão de carreiras (evolução 2021-2022) 20
Tabela 6 - Taxa de Pontualidade (2021-2022) 20
Tabela 7 - Indicadores de Procura (2021-2022) 21
Tabela 8 -Procura por tipo de título de transporte (2021-2022) 21
Tabela 9 - Reclamações por motivos (2021-2022) 24
Tabela 10 - Rendimentos de Atividades Acessórias (2021-2022) 25
Tabela 11 - Higiene e Segurança no trabalho (2020-2022) 27
Tabela 12 - Indicadores de Sinistralidade e outras ocorrências (2020-2022) 28
Tabela 13 - Principais indicadores ambientais (2020-2022) 29
Tabela 14 - Gastos de Manutenção por navio da Soflusa (€) 30
Tabela 15 - Gestão do Efetivo (2021-2022) 33
Tabela 16 - Variação do número de efetivos (2018-2022) 33
Tabela 17 - Remunerações pagas por género, em 2022 36
Tabela 18 - Gastos com Pessoal e Massa Salarial (2020-2022) 37
Tabela 19 - Formação (Horas, ações e participações) na SL (2020-2022) 37
Tabela 20 - Evolução da Taxa de Absentismo (2019-2022) 38
Tabela 21 - Horas Trabalhadas (2019-2022) 38
Tabela 22 - Síntese dos Rendimentos e Gastos Operacionais (2020-2022) 40
Tabela 23 - Variação de caixa e seus equivalentes (2020-2022) 41
Tabela 24 - Endividamento (2020-2022) 41
Tabela 25 - Stock da Dívida 42
Tabela 26 - Rendimentos de Subsídios à Exploração (2020-2022) 42
Tabela 27 -Investimentos - Ótica económica (2020-2022) 43
Tabela 28 - Evolução da situação Patrimonial (2021-2022) 44
Tabela 29 - Resultados (2020-2022) 45
Tabela 30 - Rendimentos Operacionais (2020-2022) 47
Tabela 31 - Síntese de Gastos (2020-2022) 49
Tabela 32 - Detalhe CMVMC (2020-2022) 49
Tabela 33 - Indicador de consumo de Gasóleo na Exploração (2021-2022) 49
Tabela 34 - Detalhe de FSE (2020-2022) 50
Tabela 35 - Detalhe de Gastos com Pessoal (2020-2022) 51
Tabela 36 - Gastos de Financiamento (2020-2022) 52
Tabela 37 - Grelha-resumo das boas práticas de governação 53
Tabela 38 - Indicadores de Gestão (2022) 55
Tabela 39 - Indicadores de Execução PAO (2022) 56
Tabela 40 - Plano de Investimentos (execução 2022) 57
Tabela 41 - PMP (2021-2022) 58
Tabela 42 - Atrasos nos Pagamentos (31 de dezembro 2022) 58
Tabela 43 - Remunerações da Mesa da Assembleia Geral 59
Tabela 44 - Identificação dos membros do Conselho de Administração 59
Tabela 45 - Acumulação de Funções dos membros do Conselho de Administração 59
Tabela 46 - Estatuto do Gestor Público 59
Tabela 47 - Remunerações do Conselho de Administração 60
Tabela 48 - Benefícios Sociais do Conselho de Administração 60

Tabela 49 - Encargos com Viaturas 60
Tabela 50 - Gastos anuais associados a deslocações em serviço 60
Tabela 51 - Identificação do Revisor Oficial de Contas / Fiscal Único 60
Tabela 52 - Remuneração do Revisor Oficial de Contas / Fiscal Único 60
Tabela 53 - Identificação do Auditor Externo (exercício de 2021) 61
Tabela 54 -Remuneração do Auditor Externo (exercício de 2021) 61
Tabela 55 - Identificação do Auditor Externo (exercício de 2022) 61
Tabela 56 -Remuneração do Auditor Externo (exercício de 2022) 61
Tabela 57 - Gastos com Comunicações 61
Tabela 58 - Gastos com Viaturas 62
Tabela 59 - Princípios Financeiros de referência 63
Tabela 60 - Avaliação do cumprimento do PRC (2022) 64
Tabela 61 - Cumprimento Princípio UTE 65
Tabela 62 - Informação divulgada no SEE 67
Tabela 63 - Resumo do Cumprimento das Orientações Legais (2022) 68

Gráfico 1 - SL - Taxa de Ocupação 19
Gráfico 2 - SL - Distribuição do Número de supressões ano de 2022 20
Gráfico 3 - Evolução da estrutura de procura (passageiros transportados) por tipo de título SL (2021-2022) 21
Gráfico 4 - Receitas Tarifárias por tipo de título SL (2021-2022) 22
Gráfico 5 - Evolução da estrutura de receita por tipo de título (2021-2022) 22
Gráfico 6 - Evolução da estrutura dos Rendimentos não tarifários da SL (2021-2022) 25
Gráfico 7 - Evolução do número de efetivos médio (2012-2022) 33
Gráfico 8 - Distribuição % do efetivo, por faixa etária, género e área de atividade a 31.12.2022 34
Gráfico 9 - Distribuição % do efetivo de cada área de atividade, por grupo etário e género a 31.12.2022 34
Gráfico 10 - Distribuição de efetivos, por regime de horário de trabalho a 31.12.2022 38
Gráfico 11 - Causas do absentismo - 2022 38
Gráfico 12 - Evolução dos Juros Suportados 2013-2022 42
Gráfico 13 - Evolução e estrutura do Investimento (2022) 44
Gráfico 14 - Evolução dos Rendimentos Operacionais (2012-2022) 46
Gráfico 15 - Estrutura de Rendimentos (2022) 47
Gráfico 16 - Evolução dos Gastos Operacionais (2012-2022) 48
Gráfico 17 - Estrutura de Gastos (2021 - 2022) 48
Gráfico 18 - Evolução do custo anual médio (€/L) de Gasóleo consumido (2012-2022) 49
Gráfico 19 - Estrutura de FSE (2022) 50

Ilustração 1 - Diagrama de rede 8
Ilustração 2 - Estrutura Organizacional em vigor a 31.12.2022 15
Ilustração 3 - Frota da Soflusa, em 31-12-2022 29
Ilustração 4 - Piso Superior navio classe Damen com reposição dos assentos 43
Ilustração 5 - Bilheteira Barreiro remodelada 43

Nota de abertura

O Conselho de Administração eleito para o mandato 2020-2022 - que acompanhou a atividade da Soflusa durante o exercício económico de 2022, cessou funções em 12-04-2023, deixando uma nota de agradecimento e reconhecimento, dirigida a todos os que colaboraram na superação de tantos desafios.

Através de Deliberação Social Unânime por Escrito de 13 04 2023, foi designado um novo Conselho de Administração para o mandato 2023-2025, que assegurará o cumprimento dos deveres de prestação de contas do exercício em apreço, e procederá à assinatura do respetivo processo documental, incluindo o presente Relatório.

1. Introdução

Apresenta-se neste documento o Relatório de Gestão e Contas, referente ao ano de 2022, da empresa Soflusa, Sociedade Fluvial de Transportes, S.A. (**Soflusa ou SL**).

> *A Soflusa, Sociedade Fluvial de Transportes, S.A. é uma sociedade anónima de capitais públicos, detida a 100% pela Transtejo - Transportes Tejo, S.A. (**Transtejo**), registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número único de matrícula e de pessoa coletiva 503 010 936, que tem por objeto*[1] *"a exploração de transportes fluviais e, bem assim, o exercício de quaisquer outras atividades comerciais ou industriais conexas ou complementares da referida, designadamente atividades marítimo-turísticas".*

O processo de elaboração do presente Relatório teve a participação de toda a macroestrutura de gestão.

O Relatório, que agora se apresenta, foi elaborado observando as orientações e legislação seguintes:

- Código das Sociedades Comerciais (na sua versão atualizada), nomeadamente o Capítulo VI relativo à apreciação anual da situação da Sociedade;
- Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, referente ao Regime Jurídico do Sector Público Empresarial (RJSPE), nomeadamente na alínea h) do nº 1 do seu artigo 44.º o qual estabelece que as empresas públicas estão obrigadas a divulgar os documentos anuais de prestação de contas;
- As Instruções sobre o processo de prestação de contas referentes ao exercício de 2022, transmitidas através do Ofício n.º 631, de 10 de fevereiro de 2023 da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF);
- Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal, com a aplicação do sistema de Normalização Contabilísticas para as Administrações Públicas (SNC-AP), em cumprimento do nº 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de outubro, em virtude de ser uma Entidade Pública Reclassificada (EPR).

O presente documento é objeto de aprovação por parte do Conselho de Administração e apreciado, em conformidade com as disposições legais e estatuárias estabelecidas, pelo órgão de fiscalização (Fiscal Único/Revisor Oficial de Contas), que em cumprimento do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e nos termos do artigo 23º dos estatutos da Soflusa, emite o seu Relatório e parecer, bem como a Certificação Legal de Contas.

Este Relatório de Gestão referente ao exercício findo em 31.12.2022, engloba a informação relativa à atividade da Soflusa, bem como, informação sobre as suas contas individuais, em cumprimento das obrigações legais. Engloba também a divulgação de informação de caráter não financeiro, visando enquadrar a evolução dos principais indicadores de performance e analisar o modelo de gestão da atividade da empresa. Relativamente à informação não financeira, refira-se que a estrutura da Soflusa, não excedeu o número médio de 500 trabalhadores durante o exercício em apreço, pelo que não se aplica a obrigatoriedade de apresentação do anexo "Demonstração não Financeira ou Relatório de Sustentabilidade" [2], conforme definido no artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais, revisto pelo Decreto-Lei n.º 89/2017.

No ano de 2022, o paradigma da mobilidade urbana foi novamente colocado em grande plano e o grande projeto de otimizar o uso de recursos energéticos, promovendo a utilização dos transportes públicos, tornou-se essencial para reduzir a dependência energética da Europa, com alguns países europeus já a promover a gratuitidade nos transportes. À data do presente documento permanece a incerteza económica, o crescimento da inflação e aumento generalizado

[1] *Vide* Artigo 3.º dos Estatutos da Entidade, pulicados no site institucional https://ttsl.pt/empresa/governo-societario/

[2] *Vide* o n.º 1 do *Artigo. 66.º-B relativo à Demonstração não financeira do CSC: "As grandes empresas que sejam entidades de interesse público, que à data de encerramento do seu balanço excedam um número médio de 500 trabalhadores durante o exercício anual, devem incluir no seu relatório de gestão uma demonstração não financeira, nos termos do presente artigo".*

de preços, bem como a escassez de materiais, mas também se espera por um futuro melhor com o fim da guerra na Ucrânia e a retoma da economia.

1.1. Síntese histórica da empresa

A Soflusa, foi constituída em 11 de novembro de 1992, no âmbito de um projeto subjacente à intenção do Estado de individualizar a exploração da travessia fluvial [Lisboa (Terreiro do Paço) – Barreiro], integrada na rede ferroviária nacional, que conduziu à criação do "setor fluvial" da Caminhos de Ferro Portugueses, E.P., hoje designada por CP - Comboios de Portugal, E.P.E., tendo iniciado a sua atividade de transporte fluvial em junho de 1993.

Em 31 de dezembro de 2001, a CP alienou à Transtejo, a totalidade do Capital Social da Soflusa, sendo que com a publicação do Decreto-Lei n.º 137/2009, de 12 de junho, que aprovou os novos estatutos da CP, foi expressamente extinta a base legal que previa o poder/dever de assegurar a exploração da ligação fluvial [Lisboa (Terreiro do Paço) – Barreiro], por parte da mesma.

Conforme representado no diagrama seguinte, a Soflusa assegura o serviço de transporte de passageiros no rio Tejo, na travessia fluvial referida, com recurso a navios de passageiros, de tipo catamarã, utilizando para o efeito, 2 terminais fluviais (Barreiro e Terreiro do Paço).

Diagrama de rede do serviço prestado pela Soflusa

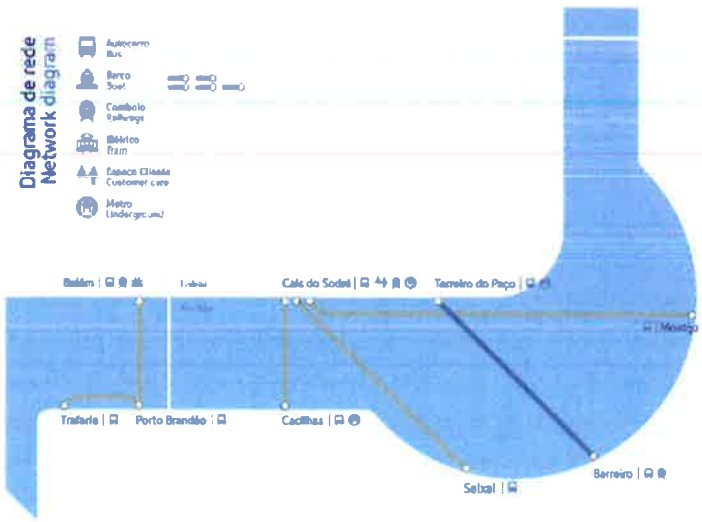


Ilustração 1 - Diagrama de rede

Em complemento da atividade de prestação de serviços de transporte fluvial de passageiros a Soflusa desenvolve um conjunto de atividades acessórias, contemplando a cedência de espaços para a exploração comercial por terceiros (espaços publicitários, espaços comerciais e um parque de estacionamento no Barreiro), procurando oferecer aos seus clientes, serviços complementares ao transporte.

1.2. Contrato de Serviço Público

No dia 7 de outubro de 2020, foi celebrado, entre o Estado Português e a Transtejo, um Contrato de Serviço Publico (CSP), pelo período de 5 anos, com efeitos a 1 de janeiro de 2021, o qual prevê a subcontratação da ligação fluvial [Lisboa (Terreiro do Paço) - Barreiro], serviço prestado pela Soflusa.

Nessa sequência, foi celebrado em 14-07-2021, entre a Transtejo e a Soflusa, o contrato de subcontratação de Serviço Público de Transporte Fluvial, referente à exploração da ligação fluvial referida, o qual obteve visto prévio do Tribunal de Contas em 20-08-2021. Por se tratar de um compromisso plurianual (vigência de 5 anos) encontra-se suportado pela Portaria n.º 203-A/2021, publicada a 15-07-2021, a qual autoriza a Transtejo - Transportes Tejo, S. A., a proceder à repartição dos encargos financeiros associados a esta prestação de serviços.

Este CSP (subcontrato) prevê as obrigações de prestação de serviços (níveis de oferta) a assegurar pela Soflusa, bem como, as compensações financeiras a receber da Transtejo pelo cumprimento dessas obrigações de serviço público (OSP) e pela disponibilização de infraestruturas, em condições de segurança e qualidade e operacionalidade estabelecidas (DI).

Durante o ano de 2022, foi assegurada a monitorização do referido contrato, dando cumprimento ao disposto na cláusula 30.ª (Deveres especiais de informação) do contrato de subcontratação do serviço público de transporte fluvial de passageiros celebrado entre a Transtejo e a Soflusa, através do reporte à Transtejo dos seguintes elementos:

- Os dados mensais relativos aos indicadores operacionais e de exploração relativos ao 4º trimestre de 2021 e aos 1º, 2º e 3º trimestres de 2022, nos termos da alínea c) do n.º 2 da referida cláusula 30.ª do contrato;
- A informação prevista em ii) da alínea a) do n.º 2 da mesma cláusula contratual, referente ao ano de 2021 (quadro de pessoal, discriminação dos gastos por rubrica contabilística de FSE e de outros custos operacionais, programa de manutenção e conservação dos bens e programa de investimentos realizado).

A Transtejo assegurou o cumprimento, de todos os reportes obrigatórios ao Estado (IMT) e à Entidade Reguladora (AMT), previstos no Contrato de Serviço Publico em vigor, bem como, o envio de todos os esclarecimentos solicitados por estas Entidades, no âmbito dos elementos de reporte produzidos.

Em 2022, o valor da compensação financeira foi atualizado, em conformidade com o disposto nas cláusulas n.º 24.º - compensação pela disponibilização de infraestruturas (DI) e a n.º 25.º compensação pelo cumprimento de obrigações de serviço público (OSP). Após análise aos indicadores e calculadas as penalizações previstas[3], o valor global da compensação ascendeu a 2.916.998€ (valor sem IVA), apresentando uma variação positiva de +30 mil € face ao ano de 2021.

[3] Vide Anexo V do Contrato de Prestação de Serviço Público 2021-2025

2. Factos relevantes ocorridos em 2022

Foi num contexto marcado pelas consequências da invasão russa da Ucrânia, com níveis históricos de inflação e aumento dos preços de bens e serviços e em especial dos recursos energéticos e matérias-primas, que, em 2022, a Soflusa procurou cumprir a sua Missão, assegurando a oferta do serviço de transporte fluvial na travessia entre o Barreiro e o Terreiro do Paço.

Destacam-se, em seguida, os principais factos ocorridos e diretamente relacionados com o Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2022:

- O **Plano de Atividades e Orçamento referente a 2022**, incluindo o plano plurianual de investimentos e respetivas fontes de financiamento para o período de 2022-2024 foi aprovado por deliberação do Conselho de Administração de 23.09.2021, tendo a última versão, sido carregada em SIRIEF a 04.11.2021. Na sequência da submissão e do Relatório de Análise n.º 221/2022, de 13.09.2022 da UTAM, o mesmo foi aprovado a 30.12.2022, através de despacho conjunto emitido pelo Senhor Ministro das Finanças, e pelo Senhor Secretário de Estado da Mobilidade Urbana, comunicado através de ofício da DGTF nº 86/2023 de 05.01.2023.

- Em 24.10.2021, a Soflusa formalizou junto da Tutela o **pedido de exceção do cumprimento dos limites financeiros** estabelecidos no despacho nº 682/2021 - SET - Limites financeiros de referência para o triénio 2022 - 2024 (PAO2022).

- A Soflusa apresentou pedido de dispensa de cumprimento do **Princípio de Unidade de Tesouraria do Estado (UTE)** relativo aos anos de **2022 e 2023** a 05.08.2022, tendo a mesma sido autorizada a 30.11.2022, pela Agência de Gestão de Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP)[4], comunicada através de ofício n.º 744/2022.

- No primeiro semestre do ano, a atividade da empresa, ficou condicionada ao **regime transitório de execução orçamental,** aprovado através do Decreto-Lei n.º 126-C/2021, de 31 de dezembro, obedecendo ao regime duodecimal com a fixação mensal dos fundos disponíveis (previstos na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro) com base no Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, ambas nas suas redações atuais e dando cumprimento às instruções aplicáveis à execução orçamental do orçamento transitório de 2022, Circular série A n.º 1405, aprovadas pela Senhora Secretária de Estado do Orçamento, em 04.01.2022.

- Ao longo do ano de 2022 houve ainda a necessidade de efetuar diversos **pedidos de alteração orçamental**, destacando-se:

    - Proposta, de 19.01.2022, para ratificação da aplicação de Saldo de Gerência 2020, na sequência da análise sobre a execução orçamental da Soflusa, reportada ao mês de dezembro de 2021. Constatou-se que foi necessário proceder à utilização do montante de (€587.053,69) incluído no Saldo de Gerência transitado de 2020 (FF 522). Para o efeito foi remetido processo à SGMAAC.

    - Proposta, de 14.07.2022, para descativação de verbas no montante de €1.934.379, valor destinado à manutenção da frota e à aquisição de gasóleo, imprescindível ao desenvolvimento da atividade de serviço público de transporte fluvial, bem como a aplicação de Saldo de Gerência no montante de €4.063.581 para complementar as necessidades para contratar gasóleo e renovar contratos de prestação de serviços essenciais ao serviço público, a qual foi autorizada por despacho do Senhor Secretário de Estado da Mobilidade Urbana, através de informação n.º 20332, de 18.07.2022 comunicada através do ofício n.º 6010 de 27.07.2023, tendo posteriormente sido autorizada por despacho n.º 263 de 29.07.2022 pela Senhora

[4] A Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E. abreviadamente designada por IGCP, E.P.E., é a nova designação do Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, I.P.

Secretária de Estado do Orçamento, a descativação do valor de €1.970.433 euros e a aplicação de saldos no valor de €3.600.000, dos quais €4.284.583 para assegurar a aquisição do gasóleo e €888.376 destinados à manutenção da frota.

- Proposta, de 14.07.2022, para a aplicação de Saldo de Gerência 2021 no montante de €926.477, respeitante a subsídios ao investimento designadamente, ao aumento de lotação da frota Damen no valor de €451.844 e investimentos no âmbito da promoção da Mobilidade Sustentável, enquadrados no programa PEES no valor de €474.603, a qual foi autorizada, por despacho do Senhor Secretário de Estado da Mobilidade Urbana, através de informação n.º 20337, de 19.07.2022, comunicada através do ofício n.º 6022 de 27.07.2023, tendo posteriormente sido remetida à SG MAAC carta datada de 25.08.2022, com insistência, considerando a necessidade de regularizar a utilização dos subsídios ao investimento recebidos.

Destacam-se, ainda, os seguintes acontecimentos:

- **Reforço do quadro de pessoal**
  Neste período, para fazer face à necessidade de Recursos Humanos na empresa, houve a necessidade de efetuar um pedido a 02.05.2022, com vista à autorização para a contratação de 4 Maquinistas destinados a substituir trabalhadores da mesma categoria profissional que cessaram o contrato de trabalho sem termo, a título definitivo em 2021, imprescindível ao desenvolvimento da atividade de serviço público de transporte fluvial, e carregado em SIRIEF a 02.05.2022, o qual mereceu a aprovação e autorização para contratação através do Despacho n.º 197/2022-SET, de 19.07.2022, do Senhor Secretário de Estado do Tesouro. Na sequência em 04.08.2022, o Conselho de Administração aprovou a admissão de 4 trabalhadores para a categoria profissional de Maquinista Prático de 1.º Classe para a Soflusa.

- **Protocolo Fundo Ambiental – Otimização da frota da Soflusa - Aumento de lotação navios**

  O projeto "Otimização da frota da Soflusa" - Aumento de lotação, de 600 para 700 lugares nos navios Dámen afetos à Ligação Fluvial entre o Barreiro – Terreiro do Paço, foi desenvolvido ao abrigo do protocolo de colaboração técnica e financeira com Fundo Ambiental, celebrado em 28.08.2019 que previa o financiamento até ao montante de 800.000 €. [5]

  Devido a diversos constrangimentos, nomeadamente face ao contexto vivido nos últimos anos, a conclusão do projeto tem transitado de ano para ano. Com a emissão de novos Certificados de Navegabilidade para os navios, em 2022, e a conclusão da formação a todos os tripulantes, já no final do ano de 2022, foram dados passos importantes, garantindo o cumprimento do objetivo de iniciar o ano de 2023, já com o aumento da lotação, expectando-se uma transferência modal do transporte automóvel para o transporte público, preconizando uma redução das emissões de CO_2 associada ao transporte individual.

  Este assunto será abordado no ponto 7.3.5. relativo ao Investimento.

- **Protocolo Fundo Ambiental – PEES[6] – Mobilidade Sustentável**

  Através do protocolo de colaboração técnica e financeira celebrado entre a Soflusa e o Fundo Ambiental, em 23.09.2020, o qual visou regular os termos e condições de financiamento das medidas previstas no PEES no âmbito do financiamento até ao montante €3.638.301, foi dada continuidade em 2022 aos diversos projetos de investimento, enquadrados no âmbito da Mobilidade Sustentável.

  Face ao contexto macroeconómico e constrangimentos, nomeadamente dificuldades ao nível da cabimentação de projetos de investimento PEES desde o início do ano, bem como às dificuldades de obtenção de materiais necessários para o desenvolvimento dos projetos derivado do aumento dos preços e do contexto atual de incerteza

[5] Despacho n.º 1761/2019, de 5 de fevereiro, publicado em Diário da República (DR) 2.ª série, n.º 35, de 19 de fevereiro, alterado pelo Despacho n.º 6971/2019, de 30 de julho publicado em DR, 2.ª serie, n.º 149, de 6 de agosto, o qual prevê o apoio pelo fundo Ambiental, mediante Protocolo.
[6] Vide Resolução do Conselho de Ministros n.º 41/2020, de 4 de junho, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 110-A, de 6 de junho de 2020, o qual aprovou o Programa de Estabilização Económica e Social, bem como previa, em conformidade com o ponto 2.5.4.2 do anexo I da referida Resolução, a execução de diversas intervenções dirigidas à operação da Soflusa, por via do financiamento do Fundo Ambiental, durante o biénio 2020 -2021.

devido à guerra no leste da Europa e evoluçao do contexto Pandémico, o referido protocolo foi alvo do 3º Aditamento celebrado a 30.11.2022, estabelecendo a prorrogação do prazo por mais um ano.

Apesar dos constrangimentos sentidos, destaca se, em 2022, a conclusão da instalação do sistema de som (informação aos passageiros), a remodelação da Bilheteira e sala de controlo no Terminal do Barreiro e a execução da nova sala de controlo do Terreiro do Paço, bem como a instalação de UPS para alimentar os sistemas de videovigilância.

A execução financeira destes projetos é apresentada no capítulo deste Relatório referente a Investimentos.

- **Apoios - Programa de Apoio à Redução Tarifária nos transportes públicos (PART) e compensações tarifárias**

Em 2022, os efeitos da pandemia ainda se fizeram sentir na retoma da procura do transporte público fluvial, e nos restantes transportes coletivos. No sentido de assegurar a continuidade do apoio ao normal funcionamento dos serviços de transporte público coletivo de passageiros, o Decreto-Lei n.º 42-A/2022, de 30 de junho, veio proceder à sexta alteração ao Decreto-Lei n.º 14-C/2020, de 7 de abril, na sua redação atual, prorrogando o prazo de vigência do mecanismo de apoio e compensação pela redução da procura, até 31.12.2022. Por outro lado, prorrogou também o mecanismo para pagamento de indemnizações compensatórias tarifárias dos títulos (4_18@escola.tp, do passe sub23@superior.tp e do passe Social+,) no ano de 2022, tendo estas sido pagas aos operadores de transporte com base no histórico de compensações dos meses homólogos de 2019.

Relativamente ao **desenvolvimento da atividade de prestação de serviço público** e níveis de desempenho, apresentam-se, no Painel de Indicadores, os principais indicadores de monitorização, evidenciando de forma sistematizada os resultados alcançados em 2022 nas dimensões **Oferta**, **Procura**, **Qualidade do Serviço**, **Frota**, **Recursos Humanos** e **Resultados**, contextualizados numa série histórica homóloga referente aso anos 2019, 2021 e 2022.

Nos capítulos específicos deste relatório será efetuada análise mais aprofundada sobre o desempenho no exercício.

Principais destaques na evolução 2022-2021 - Soflusa:

- Aumento da Procura em +45%;
- Aumento da Oferta em +26%, valor aferido pelo n.º de Lugares. Km Oferecidos (LKO);
- Diminuição do número de efetivos a 31 de dezembro -1 trabalhador (4 entradas e 5 saídas);
- Diminuição da Massa Salarial com variação de -2,15%;
- Total de Investimento efetuado = 654 mil € (ótica capitalização);
- Passivo Remunerado = 7.244 mil €;
- PMP = 27 dias (aumento face ao período anterior);
- EBITDA negativo = 892 mil € (variação de -144,5%);
- Rendimentos Operacionais = 15.798 mil € (variação de +6,84%, +1.012 mil €).

2.1. Painel de Indicadores

Painel de Indicadores Atividade		Var.2022/2021		Var.2022/2019		2022	2021	2019
Procura								
PT (Passageiros Transportados)	Un.	44,80%	2 586 932	-8,26%	-752 736	8 361 784	5 774 852	9 114 520
PKT (Passageiros x Km)	Un.	44,80%	24 117 967	-8,23%	-6 990 414	77 956 912	53 838 945	84 947 326
Oferta					0			
Navios.km (CSP)	Un.	1,42%	5 436	-1,66%	-6 545	388 471	383 035	395 016
Viagens Realizadas	Un.	1,42%	583	-1,66%	-702	41 668	41 085	42 370
LKO (Lugares x Km)	Un.	26,24%	48 592 893	-1,32%	-3 138 752	233 794 288	185 201 395	236 933 040
Qualidade de Serviço					0			
Taxa de Regularidade	%	1,64 pp		-5,96 pp	o	92,49%	90,85%	98,45%
Taxa de Ocupação	%	4,27 pp		-2,51 pp	o	33,34%	29,07%	35,85%
Recursos Humanos								
Nº de efetivos a 31.DEZ	Un.	-0,72%	-1	-0,72%	-1	137	138	138
Número médio de efetivos	Un.	-0,79%	-1	0,67%	1	137	138	136
Massa Salarial	Milhares€	-2,15%	-74	7,42%	232	3 358	3 432	3 126
Indemnizações por Rescisões	Milhares€	0,00%	0	-100,00%	-4	0	0	4
Estrutura Acionista								
Total do Capital Social	Milhares€	0,00%	0	0,00%	0	59 500	59 500	59 500
Cap. Social detido pelo Estado	%	0,00%	0	0,00%	0	100	100	100
Situação Patrimonial								
Ativo não corrente	Milhares€	-21,74%	-2 549	-33,27%	-4 574	9 176	11 725	13 751
Ativo corrente	Milhares€	-31,87%	-2 822	-5,22%	-332	6 033	8 855	6 365
Total Ativo	**Milhares€**	**-26,10%**	**-5 371**	**-24,39%**	**-4 907**	**15 209**	**20 580**	**20 116**
Património Líquido	Milhares€	-49,63%	-6 007	-49,32%	-5 933	6 096	12 102	12 029
Passivo	Milhares€	7,50%	636	12,69%	1 027	9 114	8 478	8 087
Total Capital Próprio e Passivo	Milhares€	**-26,10%**	**-5 371**	**-24,39%**	**-4 907**	**15 209**	**20 580**	**20 116**
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS								
EBITDA[1]	Milhares€	-144,50%	-2 897	-186,85%	-1 919	(892)	2 005	1 027
RESULTADO OPERACIONAL[2]	Milhares€	303,63%	-3 082	153,07%	-2 478	(4 097)	(1 015)	(1 619)
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	Milhares€	291,42%	-3 082	149,63%	-2 481	(4 139)	(1 057)	(1 658)
RESULTADO LÍQUIDO	Milhares€	290,93%	-3 081	149,53%	-2 481	(4 141)	(1 059)	(1 659)
INVESTIMENTOS								
Frota - Navios e Pontões (Material Circulante)	Milhares€	13,52%	52	-66,51%	-867	437	385	1 304
Infraestruturas (ILD's)	Milhares€	-81,97%	-776	20,49%	29	171	946	142
Outros Investimentos Correntes	Milhares€	-85,09%	-267	-80,52%	-193	47	314	240
Total INVESTIMENTO	Milhares€	-60,22%	-991	-61,20%	-1 032	654	1 645	1 686
INDICADORES DE ESTRUTURA								
Passivo Remunerado	Milhares€	0,58%	42	18,22%	1 117	7 244	7 202	6 128
Autonomia Financeira %	%	-23,52 pp		-24,51 pp		35%	59%	60%
Solvabilidade %	%	-88,24 pp		-94,22 pp		55%	143%	149%
INDICADORES FINANCEIROS								
Prazo médio de pagamentos (PMP)	Dias	64,70%	11	82,15%	12	27	17	15
Volume de Negócios	Milhares€	10,59%	968	0,79%	79	10 107	9 139	10 028
EBITDA *(ajustado)*[1]	Milhares€	-160,83%	-3 593	-246,82%	-2 285	(1 359)	2 234	926
Margem do EBITDA *(ajustado)*	%	-37,89 pp		-22,68 pp		-13%	24%	9%
Rendimentos Operacionais [2]	Milhares€	6,84%	1 012	21,65%	2 812	15 798	14 787	12 987
Gastos Operacionais *(sem indemnizações por rescisão)*[3]	Milhares€	25,91%	4 094	36,26%	5 294	19 895	15 802	14 601
Gastos Operacionais por Passageiro Transportado	€	-13,05%	-0,36	48,52%	0,78	2,38	2,74	1,60
Taxa de Cobertura dos Gastos Operacionais	%	-14,17 pp		-9,53 pp		79,41%	93,58%	88,94%

1) Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos
2) Resultado antes de gastos de financiamento e impostos
3) = (1)/(2)

2.2. Impacto decorrentes de fatores excecionais (pandemia Covid-19 e crise geopolítica)

Os anos 2020 e 2021, foram marcados pela Pandemia COVID e pelas fortes restrições nacionais e europeias na circulação, levando a que muitas empresas não tenham conseguido adaptar-se, e consequente redução da capacidade das cadeias económicas, nomeadamente do abastecimento. Em 2022, com a guerra na Ucrânia, surgiu a crise energética na Europa face à dependência existente desses recursos fornecidos pela Rússia. A conjugação destes eventos levou a União Europeia a agir, tendo-se registado a taxa de Euribor mais alta nos últimos 13 anos. Esta escalada da inflação e com o aumento generalizado de preços, em especial dos recursos energéticos, bem como o agravamento na obtenção dos materiais provindos do leste da Europa ou até mesmo da Ásia, levou a Soflusa a sofrer atrasos dos projetos de Investimento, e a fortes constrangimentos orçamentais para as despesas correntes.

O aumento de gastos decorrente do impacto da crise geopolítica, associado ao gasto em gasóleo foi de + 2.781 mil €, tendo sido calculado com base no preço médio de referência indexado ao ano de 2021.

Refira-se também que, o serviço de transporte público prestado pela Soflusa, em 2022 e apesar da retoma da procura, continuou a sofrer efeitos decorrentes da pandemia Covid-19, refletindo-se na alteração dos níveis de mobilidade dos clientes, pelo que se verificou uma redução da procura em -8,26%, face a 2019, com consequente constrangimento na tesouraria da empresa.

A perda de receita da Soflusa, decorrente do impacto da pandemia foi de 1.201.181 €. Por outro lado, ainda que de forma mais atenuada, verificou-se a necessidade da persistência de algumas medidas de prevenção e mitigação da propagação do vírus SARS-CoV2, suportando gastos no montante de 28.315€, (valores sem IVA).

Informação adicional no Anexo às Demonstrações Orçamentais.

2.3. Proposta de Renegociação do CSP

Durante o último semestre do ano de 2022, verificando-se o agravamento generalizado das condições económicas (designadamente aumento de inflação, escassez de materiais e aumento do preços dos combustíveis), foi suscitada a necessidade de rever algumas das condições do Contrato de Prestação de Serviço Público, tendo sido enviada carta, datada de 12.08.2022, às tutelas Sectorial (SEMU) e Financeira (SET), na qual se solicitou a celebração de uma adenda, motivada pela necessidade de rever o modelo de financiamento, de modo a acautelar a reposição do equilibro económico-financeiro, mediante:

- A cobertura financeira dos investimentos correntes, permitindo que os ativos da empresa possam gerar benefícios económicos;
- A adequação das compensações salvaguardando situações de défices operacionais causados por variações de mercado imprevisíveis, exógenas à empresa e muito limitativas da normal prossecução da atividade de serviço público.

Embora tal proposta não tenha merecido Despacho favorável, este tema é sensível e mantém-se nas preocupações da Gestão, considerando, por um lado, a criticidade da cobertura financeira do plano de investimento corrente - que não se encontra assegurada - e por outro, a sujeição do equilíbrio financeiro da empresa à evolução e instabilidade e variáveis exógenas, como é o caso do custo dos combustíveis.

3. O Modelo de Gestão

Na sequência da aquisição do Capital Social da Soflusa pela Transtejo, ocorrida em 2001, o Conselho de Administração da Soflusa passou a ser integrado pelos elementos do Conselho de Administração da Transtejo, em regime de acumulação de funções.

3.1. Estrutura Acionista e de Capital

Em 31 de dezembro de 2022, o **Capital Social da Soflusa**, no montante de **€59.500.000,00** (cinquenta e nove milhões e quinhentos mil euros), encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo constituído por 11.900.000 (onze milhões e novecentas mil) ações com o valor nominal de €5,00 (cinco euros), mantendo-se integralmente detido pela Transtejo – Transportes Tejo, S.A.

Sendo uma sociedade de capitais públicos que age sob a tutela do Estado Português, a atividade da empresa é ainda desenvolvida em articulação com a rede de transportes públicos da Área Metropolitana de Lisboa.

3.2. Conselho de Administração

Em 2022, o Conselho de Administração da Soflusa era constituído por três membros, apresentando a seguinte composição:

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação	
			Forma	Data
(2020-2022)	Presidente	Marina João da Fonseca Lopes Ferreira	DUE	02.06.2020
(2020-2022)	Vogal	Luís Filipe Dias Carvalho Maia	DUE	02.06.2020
(2020-2022)	Vogal	José Ricardo Figuerola Henriques da Silva	DUE	02.06.2020

Tabela 1 - Conselho de Administração (2020-2022)

3.3. Estrutura organizacional da Empresa

No final de 2022 a estrutura organizacional, comum à Transtejo e à Soflusa, encontrava-se sintetizada no seguinte organograma:

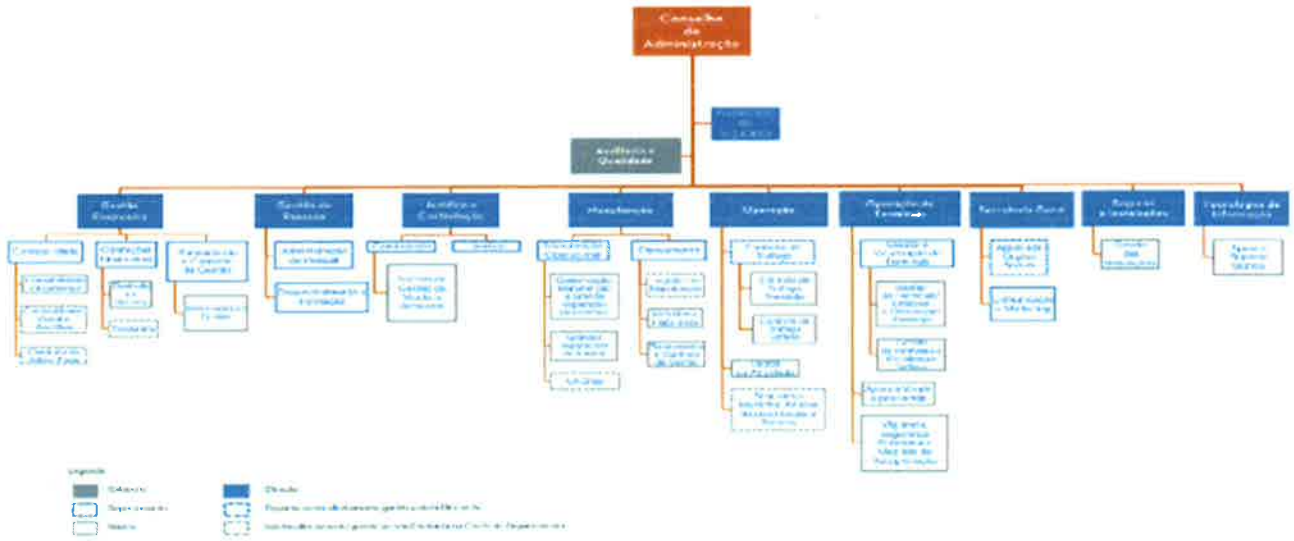


Ilustração 2 – Estrutura Organizacional em vigor a 31.12.2022

3.4. Identidade Corporativa

Considerando que o Capital Social da Soflusa é totalmente detido pela Transtejo e que se mantém o projeto de gestão conjunta das duas sociedades, implementado desde 2002, é inevitável destacar o alinhamento de objetivos e o esforço de aproximação de um padrão de valores e culturas organizacionais, sob a mesma visão do negócio, subjacente ao cumprimento de uma Missão que decorre das atividades económicas desenvolvidas, com características e especificidades muito semelhantes, tendo em comum o foco na prestação de um serviço de transporte fluvial de passageiros, integrado num projeto de mobilidade entre as duas margens do rio Tejo.

Missão (O que fazemos?)

Prestar um serviço público de transporte fluvial de passageiros entre as duas margens do rio Tejo, promovendo a mobilidade sustentável no quadro de uma estratégia integrada de transportes para a Área Metropolitana de Lisboa.

Visão (Que tipo de Organização queremos ser?)

Reconhecida pelo seu bom desempenho em termos de regularidade, segurança, economia de tempo e qualidade do serviço orientada para a satisfação das necessidades de mobilidade das pessoas, com impacto no desenvolvimento das pessoas e da economia, suportado num modelo de gestão evoluído e em energias limpas.

Valores (Quais os nossos princípios fundamentais?)

Excelência - Porque estamos comprometidos em cumprir uma missão pública consistente com elevados padrões de qualidade de serviço.

Accountability - Porque valorizamos a responsabilização com ética, transparência, rigor e eficiência nas práticas de governação dos fundos públicos.

Confiança - Porque queremos construir uma base de confiança com todos os nossos *stakeholders* através de uma comunicação aberta, uma postura flexível e adaptativa.

Responsabilidade ambiental e social - Porque nos preocupamos com o desenvolvimento sustentável, adotamos comportamentos éticos e responsáveis pela satisfação de necessidades de mobilidade da comunidade, favorecendo o bem-estar social, criando emprego e facilitando o dia a dia dos nossos passageiros.

Código de Ética

A necessidade de observância e respeito por valores de natureza ética que regem a atuação da Empresa e dos seus colaboradores encontra-se enquadrada no **Código de Ética,** atualmente em vigor, publicado em 2008, documento que reforça o foco na adoção de padrões de conduta tendo por base princípios de crescimento sustentável, regras de rigor e transparência.

Nos termos previstos no artigo 47.º, do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, o Código de Ética da Empresa encontra-se disponível para consulta no site institucional[7].

[7] https://ttsl.pt/wp-content/uploads/2018/01/codigo_etica_min.pdf

Política de Gestão de (Qualidade, Ambiente e Gestão de Energia)

Documento que define os princípios de ação a implementar na Organização em matéria de qualidade, ambiente e gestão.

Conhecendo a importância crescente dos Transportes Públicos em geral e a do Transporte Fluvial, em particular, na articulação de um Sistema de Mobilidade Sustentável, na área Metropolitana de Lisboa, e reconhecendo que as atividades inerentes à Operação podem ter impactes ambientais menos positivos, a Empresa compromete-se a adotar princípios de ação que traduzem a sua Política de Gestão[8], em vigor, vertida em documento publicado em 2017.

1. A satisfação do cliente como objetivo central
2. Uma liderança empenhada e comprometida
3. Responsabilidades partilhadas e claramente definidas
4. O envolvimento e qualificação dos trabalhadores
5. A Gestão da Empresa como um sistema composto por processos interrelacionados
6. A melhoria contínua do desempenho
7. A tomada de decisões de forma sustentada
8. O estabelecimento de relações de parceria com fornecedores
9. A gestão dos impactes ambientais
10. O cumprimento integral dos requisitos aplicáveis
11. A inovação como fator diferenciador da qualidade do serviço prestado

Regulamento relativo às Condições Gerais do Transporte Fluvial da Soflusa

Documento[9] que define as Condições Gerais da prestação de serviço de transporte público fluvial de passageiros, volumes portáteis, animais de companhia e bicicletas, caraterísticas do serviço público de transporte.

Além das caraterísticas do serviço público de transporte fluvial, o regulamento no seu artigo 4.º refere os Deveres dos Clientes e no seu artigo 5.º os Deveres da Empresa, dos quais se destacam:

a) Garantir a oferta adequada dos serviços de transporte;
b) Praticar preços controlados administrativamente, nos termos da legislação aplicável;
c) Garantir adequadas condições de operacionalidade, disponibilidade, permanência, qualidade, comodidade, acessibilidade, rapidez e segurança da exploração do serviço;
d) Realizar a exploração do serviço público de transporte, respeitando os princípios de equilíbrio, eficiência, transparência e rigor na questão dos recursos públicos, por forma a assegurar a sua sustentabilidade económico-financeira;
e) Manter a frota de navios e os restantes meios de exploração em bom estado de funcionamento e conservação e em condições adequadas à prestação de serviço público, por forma a garantir a sua operacionalidade, a segurança do tráfego e os níveis de qualidade compatíveis com uma exploração eficiente;
f) Disponibilizar aos clientes toda a informação necessária a uma fácil utilização e acesso ao serviço do Operador, desmobilizando os locais adequados, os meios de informação visual e/ou sonoros adequados a assegurar o respeito dos direitos dos passageiros;
g) Assegurar a acessibilidade dos passageiros com mobilidade condicionada, nos termos da Lei;
h) Cumprir as disposições legais aplicáveis ao exercício da sua atividade.

[8] https://ttsl.pt/wp-content/uploads/2019/11/Politica-de-Gestao_junho-2017_TTSL_2018_VF.pdf
[9] https://ttsl.pt/wp-content/uploads/2018/09/TTSL_contrato_transporte-_soflusa_1agosto-2018.pdf

4. Evolução do negócio

Desenvolvimentos do Ano

Ao longo do exercício de 2022, a Soflusa, manteve como objetivo contribuir para a implementação e desenvolvimento de um novo e dinâmico modelo empresarial, com foco na melhoria da intermodalidade, eficiência e aumento da qualidade dos serviços prestados, mantendo como desafio permanente, ser uma alternativa de valor ao transporte individual, diferenciando-se pela crescente qualidade do serviço prestado e pela melhoria do seu desempenho ambiental.

No que diz respeito ao serviço prestado ao Cliente, o ano 2022, foi positivamente marcado pela recuperação face aos efeitos da crise pandémica COVID-19, mas também pela manutenção dos preços dos títulos navegantes, possibilitando dessa forma a promoção da utilização do transporte publico fluvial versus alternativa em transporte individual.

Em 2022, a empresa continuou a receber dotações através do Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART), instituído com o objetivo de compensar as empresas pela perda de receita com a adoção do novo tarifário +simplificado e +acessível instituído na Área Metropolitana de Lisboa (AML).

Em destaque, no ano de 2022, os principais factos, com impacto no Cliente da Soflusa, foram:

a. Recuperação da procura face a 2021;
b. Taxa de Atualização Tarifária para 2022 de 0,57%, sem efeito nos títulos mensais de maior procura - o Navegante Municipal, o Navegante Metropolitano e Passe Navegante Família;
c. Ajuste de Oferta, com horários especiais no dia de Carnaval (1 de março);
d. Ajuste de Oferta, com a redução de 18 ligações diárias, motivado pela falta de recursos humanos.
e. Aumento elevado do preço médio do Gasóleo, consequência da situação do choque geopolítico na Europa, sendo que o mesmo apresenta grande volatilidade face às incertezas da evolução do contexto económico;
f. Redução das taxas mensais cobradas aos concessionários em 20% (medida adotada no 1º trimestre de 2022).
g. Tarifário especial Rock in Rio 2022 | 18, 19, 25 e 26 de junho.
h. Realização da Greve/plenário nos dias 19, 20, e 21 de julho e 29 de agosto com paralisação de atividade.

Em seguida, será efetuada análise mais aprofundada sobre a evolução do negócio da empresa.

4.1. Atividade Transporte

4.1.1. Oferta

O plano de oferta da Soflusa encontra-se definido no Contrato de Serviço Publico (2021-2025), sendo que, por forma a assegurar o cumprimento da prestação do serviço de transporte fluvial na ligação Barreiro - Terreiro do Paço é necessária a disponibilidade permanente de 6 navios, com uma média da lotação oferecida por navio, ao de 600 [10] lugares sentados, em dia útil.

Ligação fluvial	Distância entre cais (Km)	Plano de Oferta a 31.12.2022	Necessidade de n.º de navios DU
Barreiro - Terreiro do Paço	9,323	DU 151; SAB 66; DOM 60.	6

Tabela 2 - Caracterização da Oferta (2022)

Em 2022, registou-se a estabilização no número de viagens realizadas, embora se tenha verificado um aumento na oferta de lugares, considerando que em parte do ano de 2021, permaneceu a medida de mitigação da pandemia, que limitou a 2/3, os lugares da lotação dos navios[11], registando este indicador uma variação de +26% face ao ano de 2021.

Empresa	Ligação Fluvial	Indicador de oferta	Var.2022/2021		2022	2021
SL	Barreiro - Terreiro do Paço	Navios.km (Viagens.km oferecidos)	1,42%	5 436	388 471	383 035
		N.º Viagens Realizadas	1,42%	583	41 668	41 085
		Horas de Serviço	1,69%	375	22 487	22 113
		LKO - Lugares Km oferecidos	26,24%	48 592 893	233 794 288	185 201 395

Tabela 3 - Indicadores de Oferta (2021-2022)

4.1.1.1. Taxa de ocupação

Motivado pelo aumento da procura, a Taxa de Ocupação chegou a 33%, no ano de 2022, superando o valor registado no ano de 2021 e evidenciando-se a retoma aos valores pré-pandemia.

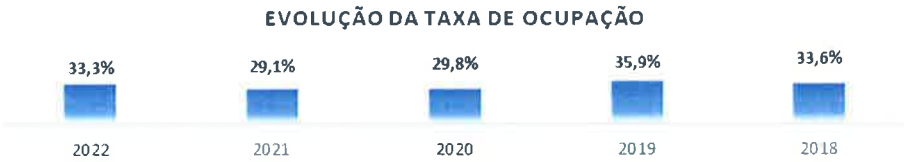


Gráfico 1 - SL - Taxa de Ocupação

4.1.1.2. Taxa de regularidade

A taxa de regularidade, no ano de 2022, foi de 92,49%, observando-se uma melhoria de +1,64pp face ao ano anterior.

Empresa	Ligação Fluvial	Indicador de oferta	Var.2022/2021		2022	2021
SL	Barreiro - Terreiro do Paço	Número de Viagens Realizadas	1,42%	583	41 668	41 085
		Número de Viagens Planeadas[12]	-0,38%	-170	45 053	45 223
		Taxa de Regularidade	1,64 pp		92,49%	90,85%

Tabela 4 - Taxa de Regularidade (2021-2022)

[10] Após finalização da formação aos tripulantes, no âmbito do projeto de aumento de lotação dos navios financiado pelo Fundo Ambiental, denominada de "formação em manobra e uso de jangadas pneumáticas", (concluída no mês novembro), seguiu-se um período de testes com lotação de 700 lugares durante os feriados e fins de semana de dezembro.

[11] Vide n.º 1 do artigo 25º relativo a lotação máxima nos transportes, da Resolução do Conselho de Ministros nº 101-A/2021.

[12] Número de Viagens Planeadas revista

Durante o ano de 2022, foram suprimidas na Soflusa um total de 3.389 viagens programadas, o que representa uma redução de supressões de (-18% face a 2021), uma melhoria justificada, essencialmente, pelo menor número de supressões associadas a paralisações por plenário/greve e de ajustes programados, sendo que estes representam 80% dos motivos. , As supressões por motivo de "Plenário/greve" representam 13%, seguindo-se as motivadas por falta de pessoal (3,75%).

Empresa	Ligação Fluvial	Indicador de oferta	Var.2022/2021		2022	2021
SL	Barreiro - Terreiro do Paço	Assistência passageiro	40,00%	2	7	5
		Indisponibilidade de Frota - Avaria	36,00%	27	102	75
		Condições climatéricas	0,00%	0	0	0
		Passageiros - distúrbios	-100,00%	-2	0	2
		Plenário /greve com paralisação	-38,71%	-283	448	731
		Falta de Pessoal operacional	2016,67%	121	127	6
		Outros motivos (inclui acidente)	-98,31%	-58	1	59
		Ajustes programados	-17,21%	-562	2 704	3 266
		Total Supressões	-18,22%	-755	**3 389**	**4 144**

Tabela 5 - Supressão de carreiras (evolução 2021-2022)

Os ajustes programados ocorrem habitualmente durante períodos de férias, nomeadamente no verão, justificado pela adequação da oferta à procura. Contudo, observou-se, ao longo do ano, a necessidade de efetuar alguns ajustes à oferta, por forma a garantir a manutenção dos navios da frota, bem como, para a colmatar a falta de recursos humanos operacionais.

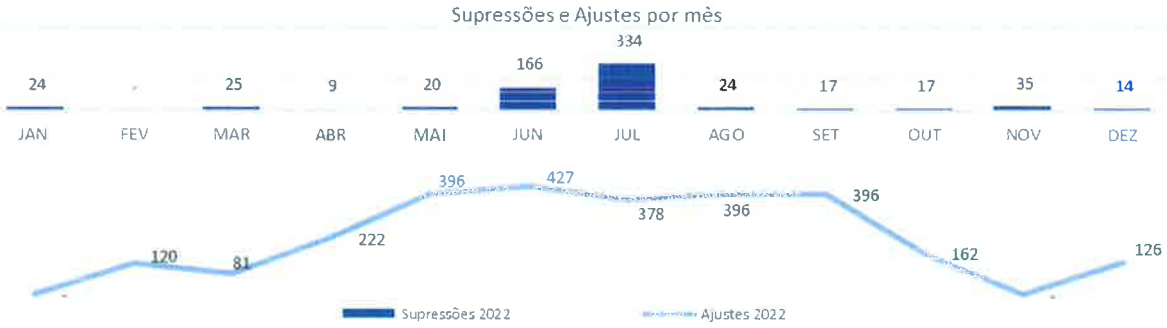


Gráfico 2 - SL - Distribuição do Número de supressões ano de 2022

No gráfico anterior, observa-se também, um aumento muito significativo de supressões nos meses de Junho e Julho Estas são na sua grande maioria causadas pela falta de recursos humanos operacionais e pelas paralisações por greve ou plenário.

4.1.1.3. Pontualidade

A Soflusa, não dispõe de mecanismos que permitam a aferição do indicador de pontualidade no destino, contudo, através do sistema de bilhética e com o fecho da sala de embarque para a partida da viagem respetiva é possível analisar de forma global se as partidas estão a ser realizadas dentro do intervalo aceitável e recuperável em viagem.

O resultado obtido dessa avaliação é o que se apresenta em seguida:

Empresa	Ligação Fluvial	Indicador de oferta	Var.2022/2021	2022	2021
SL	Barreiro - Terreiro do Paço	**Taxa de Pontualidade**	-0,02 pp	**99,84%**	**99,86%**

Tabela 6 - Taxa de Pontualidade (2021-2022)

Os fechos das salas de embarque foram realizados dentro do horário estipulado em 99,84% das viagens realizadas, sendo que os registos evidenciam um ligeiro agravamento face níveis registados em 2021.

4.1.2. Procura

No ano em análise, a procura (número de passageiros transportados) na ligação servida pela Soflusa (Barreiro - Terreiro do Paço) registou um acréscimo de +44,8% (+2.587 mil passageiros) relativamente ao ano anterior. Esta variação reflete, essencialmente, a retoma da mobilidade urbana face ao período pré-pandémico[13].

Empresa	Ligação Fluvial	Indicador da Procura	Var.2022/2021		2022	2021
SL	Barreiro - Terreiro do Paço	Passageiro Transportado (PT)	44,80%	2 586 932	8 361 784	5 774 852
		Passageiro.km Transportado (PKT)	44,80%	24 117 967	77 956 912	53 838 945

Tabela 7 - Indicadores de Procura (2021-2022)

4.1.2.1. Procura por tipo de título

Em 2022, verificou-se na ligação Barreiro – Terreiro do Paço, um aumento de 45,12 % no número de passageiros transportados com títulos regulares bem como, de 41,66 % nos passageiros ocasionais (Bilhetes e Zapping) variações que face ao ano anterior, evidenciam a maior utilização do transporte público fluvial.

Estes dados decorrem da análise da estrutura de procura por tarifário, apresentada na tabela seguinte:

Empresa	Indicador da Procura	Var.2022/2021		2022	2021
	TÍTULOS	**44,80%**	**2 586 932**	**8 361 784**	**5 774 852**
	Títulos Próprios	**39,65%**	**232 229**	**817 863**	**585 634**
	Bilhetes	36,77%	109 664	407 913	298 249
	Bilhetes *(Zapping)*	47,73%	114 898	355 648	240 750
SL	Passes	16,44%	7 667	54 302	46 635
	Combinados	**0,00%**	**0**	**0**	**0**
	Intermodais	**0,00%**	**0**	**0**	**0**
	Navegante	**45,80%**	**2 341 888**	**7 454 740**	**5 112 852**
	Outros (1)	16,78%	12 815	89 181	76 366

(1) Inclui validações, apoio ao cliente e gratuitos

Tabela 8 -Procura por tipo de título de transporte (2021-2022)

Em 2022, foi mantida a estrutura de procura (passageiros transportados) por título, conforme se demonstra no gráfico seguinte.

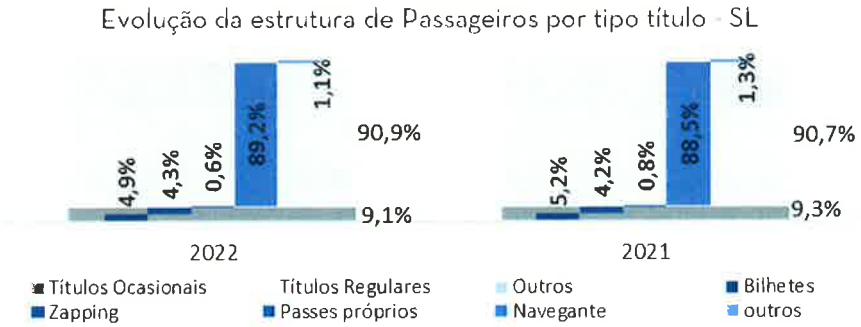


Gráfico 3 - Evolução da estrutura de procura (passageiros transportados) por tipo de título SL (2021-2022)

Releva-se, na análise à evolução da estrutura da procura por título, o aumento da quota de passageiros que recorreram aos títulos regulares, que passou, em 2022, a ser de 90,9%, destacando-se neste grupo os passageiros com o título Navegante com 89,2%, em contrapartida da redução relevância dos títulos ocasionais com destaque para o título

[13] No ano de 2018 a Soflusa registou uma procura de 8.420 mil passageiros, e no ano seguinte, com a introdução dos títulos Passe Navegante (abril 2019) a procura alcançou os 9.115 mil passageiros, atendendo ao peço reduzido destes passes, enquadrados pelo PART.

Zapping que passou a ser de 4,9%. A preferência do passageiro continua a recair sobre o título Navegante, criado em abril 2019, em substituição dos restantes títulos do sistema.

4.1.2.2. Receitas tarifárias

A receita tarifária global apresentou um incremento de 58% em resultado do aumento da procura de passageiros. Conforme ilustra o gráfico seguinte, face a 2021, verifica-se em todas as naturezas de títulos uma subida, destacando-se o passe Navegante (+37,57%)

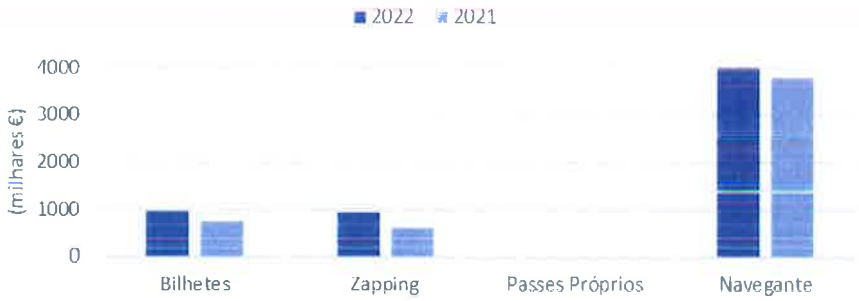


Gráfico 4 - Receitas Tarifárias por tipo de título SL (2021-2022)

A estrutura de receitas por título, em 2022, manteve-se semelhante ao ano anterior, contudo, observa-se um ligeiro aumento da relevância dos Títulos Ocasionais, nomeadamente com a recuperação do Zapping[14] que após a atualização tarifária se tornou ainda mais acessível do que o título "bilhete simples", passando a ter uma importância de 13,3% na receita da atividade.

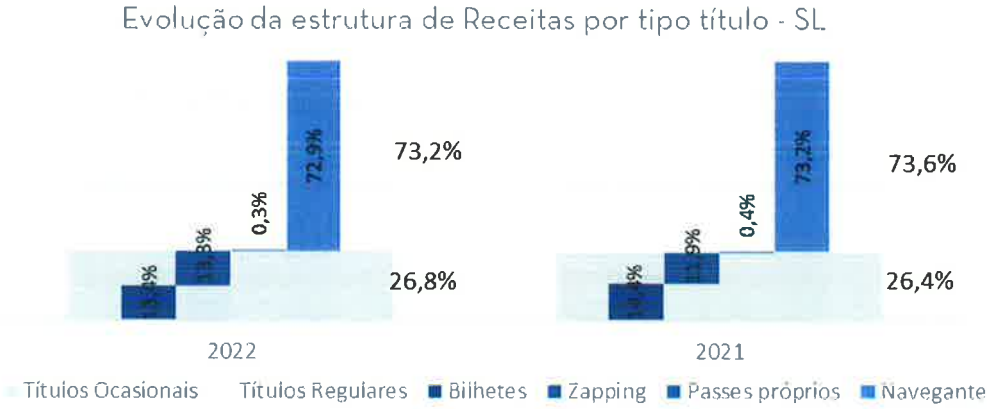


Gráfico 5 - Evolução da estrutura de receita por tipo de título (2021-2022)

[14] O título Zapping, foi criado em 2008, e teve os seus efeitos na Soflusa desde essa data. Trata-se de um sistema de unidades intermodais de transporte que visa os utilizadores ocasionais e que evolui no sentido de abranger todos os operadores e redes, para uma maior simplificação tarifária. Vide Despacho n.º 1297/2011, de 14 de novembro.

4.1.3. Relacionamento com o Cliente

Em 2022, a Soflusa manteve o funcionamento da bilheteira presencial e disponibilizou o acesso a equipamentos de venda automática e informações aos passageiros sobre tarifário e sobre as facilidades existentes nos respetivos interfaces. Sobre os serviços prestados, releva-se a igualdade na acessibilidade do transporte fluvial a todos os clientes, com a adoção de Design Universal dos Terminais da empresa, bem como, o desenvolvimento dos meios de comunicação oferecidos ao cliente.

4.1.3.1. Inovação e desenvolvimento da informação digital

Em 2022 foi dada continuidade à estratégia de comunicação digital iniciada em 2018, nomeadamente através da dinâmica nas plataformas de redes sociais Facebook (www.facebook.com/ttsltranstejosoflusa/) e Instagram, (www.instagram.com/ttsltranstejosoflusa/) da Empresa.

4.1.3.2. Campanhas e comunicações dirigidas ao passageiro

Além das comunicações relativas ao desenvolvimento da informação digital, destacam-se, ainda, no ano de 2022, as seguintes ações de comunicação dirigidas ao passageiro:

Fevereiro, 2022 - **Novos hangares de estacionamento para bicicletas** - A Soflusa disponibiliza, aos seus utilizadores, dois hangares de estacionamento para bicicletas nos Terminais fluviais do Barreiro, contribuindo para uma mobilidade mais sustentável.

Junho, 2022 - **Rock in Rio 2022 | 18, 19, 25 e 26 de junho** - Para esta edição do Rock in Rio Lisboa, a TTSL – Transtejo Soflusa preparou uma oferta especial de Viagem "ida e volta" por, apenas, 2 euros.

Setembro, 2022 - **Combina e Move-te!** - A 21ª edição da Semana Europeia da Mobilidade e a 23ª edição do Dia Europeu sem Carros, de 16 a 22 de setembro.

O Futuro é Coletivo | Use os Transportes Públicos - Esta campanha – iniciativa do IMT, I.P. à qual se associam operadores de transporte, Entidades Intermunicipais e Municípios enquanto autoridades de transportes, visa uma divulgação alargada dos benefícios do uso do transporte público coletivo para o/a Utilizador/a: Mais barato; Melhor para o ambiente; Mais tempo para o que gosta; Cómodo e seguro.

27 Dezembro, 2022 - **Ano Novo, 100 lugares novos!** - Atenta à procura registada nesta ligação fluvial a TTSL desenvolveu e implementou o projeto que, previamente aprovado pela DGRM – Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos, contempla 100 novos assentos e duas jangadas salva-vidas adicionais (com capacidade para 50 pessoas cada), em cada navio.

4.1.3.3. Reclamações

A Soflusa, mantém disponível para o seu cliente a possibilidade de efetuar reclamações acerca do serviço prestado, através do Livro de reclamações eletrónico, formulário no site institucional, correio eletrónico, livro de reclamações disponível nos terminais, bem como através de carta.

A Soflusa registou um acréscimo de 87%, no número total de reclamações recebidas relativamente a 2021. Este aumento deve se, essencialmente, ao efeito do aumento da procura, mas também, reflete, o impacto negativo, na mobilidade e qualidade de vida dos passageiros, das persistentes perturbações de serviço e do incumprimento do horário estipulado (+143 reclamações | +477%), em especial aos dias úteis, apesar do número de supressões ter sido menor face ao registado no ano anterior[15].

A tabela seguinte apresenta o número de reclamações, classificadas pelo motivo que as originou:

Empresa	N.º de Reclamações por motivo	Var. 2022/2021		2022	2021
Total SOFLUSA	Atendimento	100%	17	34	17
	Equipamentos	80%	8	18	10
	Instalações - Terminais & Estações	19%	3	19	16
	Embarcações	-35%	-11	20	31
	Horários	477%	143	173	30
	Suportes Lisboa Viva	200%	2	3	1
	Suportes Viva Viagem	-100%	-1	0	1
	Acidentes/Conflitos	33%	1	4	3
	Diversos / Outros	-46%	-23	27	50
	Total	**87%**	**139**	**298**	**159**

Tabela 9 - Reclamações por motivos (2021-2022)

4.1.3.4. Centro de atendimento

A Soflusa mantém disponível para o cliente um **Centro de Atendimento** que integra vários serviços num único número de telefone e endereço de e-mail., onde se podem obter diversas informações sobre serviços prestados, nomeadamente esclarecimentos sobre títulos de transporte e tarifas mais adequadas, dúvidas relativas à emissão de faturas, percursos, horários de funcionamento dos vários serviços da empresa, informação sobre objetos perdidos e achados, entre outros.

Disponibiliza, ainda aos dias úteis entre as 8h30 e as 12h30 no Terminal Fluvial do Cais do Sodré um "**Ponto de navegante Urgente**" onde o passageiro se pode dirigir para obter a produção do seu cartão personalizado com entrega em 24h.

4.1.3.5. Serviço de apoio a Grupos

A política de apoio a grupos de escolas e instituições de cariz social, consubstanciada no desconto de 50% nas viagens de ida e volta, registou em 2022 um crescimento de n.º de passageiros face ao ano de 2021 de cerca de 111%.

De referir, ainda, que a procura de passageiros se concentrou no primeiro semestre do ano, e que estes grupos são na sua maioria pertencentes a escolas públicas (ensino) e a instituições de cariz social, com idades compreendidas entre os 8 e os 16 anos.

[15] Vide ponto 4.1.1.2 Taxa de Regularidade

4.1.3.6. Fiscalização e sensibilização do passageiro do transporte fluvial

Em 2022, manteve-se a incidência da fiscalização e da sensibilização sobre o momento da validação de títulos (embarque), e cumprimento da necessidade de utilização de máscara dentro do transporte[16], até agosto de 2022, conforme orientações e medidas de mitigação da Pandemia COVID19.

4.2. Atividades Complementares

Para além da atividade principal de prestação de serviço de transporte público, foram desenvolvidas outras atividades geradoras de receita. Destaca-se a concessão de espaços comerciais (bares, lojas), ao abrigo de respetivos contratos, a concessão do parque de estacionamento do Barreiro, ao abrigo do contrato com a Empark Portugal - Empreendimentos e Exploração de Parqueamentos, S.A..

A Soflusa promoveu também, apoios e patrocínios a iniciativas de âmbito educacional, social, desportivo, artístico e cultural.

4.2.1. Receitas Não Tarifárias

A referida exploração de atividades não transporte, proporcionando aos clientes um conjunto de serviços e comodidades complementares, permitiu obter rendimentos suplementares, conforme se detalha na tabela seguinte:

Empresa	Atividades Acessórias *(milhares de €)*	Var.2022/2021		2022	2021
Total SOFLUSA	Aluguer de Espaços Comerciais	47,58%	58	181	123
	Espaços para Publicidade	-21,80%	-2	6	7
	Parques de Estacionamento	17,75%	9	59	50
	Total	36,44%	66	**246**	**180**

Tabela 10 - Rendimentos de Atividades Acessórias (2021-2022)

Em 2022, a taxa de ocupação dos espaços comerciais, permaneceu em 100%, tal como no ano anterior, tendo sido disponibilizados o total de 14 distribuídos pelos terminais do Barreiro (9) e do Terreiro do Paço (5).

Assinala-se um aumento do rendimento global, motivado essencialmente, pelo aumento de receita da concessão de espaços comerciais, mas também, pelo aumento da receita do parque de estacionamento do Barreiro, principalmente derivado do facto de terem sido levantadas as restrições à circulação impostas pela pandemia do Covid 19.

Apresenta-se, em seguida, a estrutura dos rendimentos não tarifários:

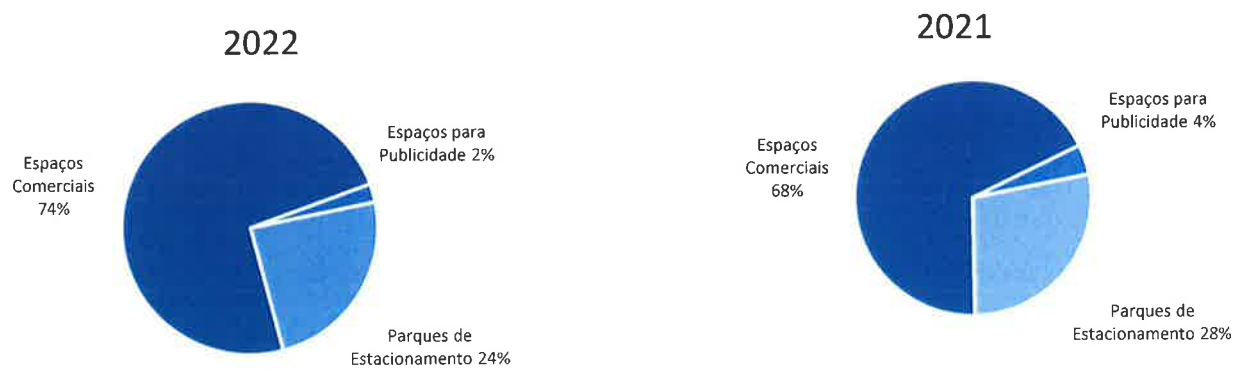


Gráfico 6 - Evolução da estrutura dos Rendimentos não tarifários da SL (2021-2022)

[16] Vide Decreto-Lei n.º 57-A/2022, de 26 de agosto, relativo às medidas aplicáveis no âmbito da pandemia da doença COVID-19, através do qual se procede à eliminação da obrigatoriedade do uso de máscaras ou viseiras na utilização de transportes coletivos de passageiros.

5. Gestão Corporativa

5.1. Segurança e Vigilância

5.1.1. Autoridade de Segurança da Exploração

No âmbito do desenvolvimento das funções de Autoridade de Segurança da Exploração, definidas do Despacho N.º 1094/98 (2ª série), de 19 de janeiro, do Ministério do Equipamento, Planeamento e da Administração do Território (MEPAT), a ação reparte-se pela elaboração, verificação, atualização e treino dos procedimentos e mecanismos de resposta a emergências na operação de transporte fluvial de passageiros.

Inclui, ainda, a definição de procedimentos de segurança, análise de ocorrências e a promoção de ações de formação, por forma a serem adotadas as melhores práticas e supridas deficiências detetadas, agindo preventivamente sobre a cadeia de erros para minimizar os acidentes em exploração. Neste sentido, devem ser desenvolvidos os processos necessários à garantia da prestação do serviço de transporte público em Segurança, nomeadamente no que diz respeito às operações e à circulação de pessoas e bens dentro da Organização.

Enumeram-se, seguidamente, as principais ações e medidas preventivas, levadas a cabo em 2022, no que diz respeito à verificação das boas práticas (individuais e da organização) conducentes a uma operação segura dos navios da frota e da operação dos terminais:

a) Acompanhamento das vistorias e inspeções, para certificação e classificação dos navios e pontões;
b) Acompanhamento das ações de manutenção, teste e inspeção anual, realizadas por entidade externa certificada, aos equipamentos e meios de combate a incêndio de todas as embarcações e instalações da Empresa;
c) Realização das vistorias regulamentares aos equipamentos de combate a incêndio de todas as instalações e embarcações da Soflusa;
d) Vistorias e testes aos equipamentos de deteção de incendio de todas as instalações;
e) Acompanhamento das ações de manutenção preventiva, teste e inspeção bianual, realizadas por entidade externa certificada, aos desfibrilhadores automáticos externos (DAE) nos terminais;
f) Implementação de medidas de autoproteção em todas as instalações da Empresa, bem como a atualização do Manual de Segurança e Proteção do Ambiente e do Plano de Emergência Interno.

Em 2022, em cumprimento com o supramencionado Despacho do MEPAT, foi elaborado o Programa Anual de Segurança para o ano de 2023, bem como, os relatórios semestrais de acompanhamento do Programa do 2º semestre 2021 e do 1º semestre 2022, documentos reportados ao Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P. (IMT).

5.1.2. Vigilância e Segurança Humana (*security*[17])

Em 2022, manteve-se o modelo de gestão desta atividade, no seguimento do processo desenvolvido nos anos anteriores, designadamente:

a) Gestão do contrato de serviço de vigilância e segurança humana, procedendo a correções pontuais ou definitivas de forma a acomodar as necessidades de serviço;
b) Acompanhamento da prestação de serviços gratificados contratados com as forças de segurança (Polícia Marítima e PSP);

[17] Security- Segurança relacionada nomeadamente com o património, segurança pessoal. Segurança para proteger terceiros de atos intencionais (ex. videovigilância).

c) Planeamento e reforço operacional em situações de greve, plenário, falha de navios e outros eventos de massas que requereram reforço das medidas de proteção e de controlo de acessos.

Foram ainda realizadas visitas trimestrais aos postos de vigilância existentes em todos os edifícios da empresa, a fim de aferir o cumprimento das obrigações contratuais do prestador de serviços.

Destaca-se o acompanhamento da manutenção dos equipamentos do sistema automático de deteção de intrusão e roubo (SADIR), de deteção de incêndio (SADI), de combate a incêndio (carretéis e extintores), de CCTV (videovigilância) e, ainda, dos Desfibrilhadores Automáticos Externos (DAE), no intuito de aferir o seu estado de funcionamento e de corrigir eventuais problemas. Os equipamentos dos sistemas referenciados, bem como a respetiva sinalética nos edifícios e embarcações, foram objeto de vistorias programadas, com uma periodicidade mínima trimestral, sendo que a respetiva manutenção anual foi assegurada por empresas externas certificadas.

Foram, também, realizados testes trimestrais aos equipamentos do SADIR e do SADI existentes em todos os edifícios da empresa, e instalados novos equipamentos no armazém do Barreiro (SADIR e Iluminação de emergência) e nos terminais do Terreiro do Paço e do Barreiro (UPS para o CCTV), investimento efetuado com apoio obtido através do Programa de Estabilização Económica e Social (PEES), no montante global de 29 mil €.

5.1.3. Higiene e Segurança no Trabalho (*safety*[18])

No ano de 2022, foram realizadas 16 visitas técnicas aos postos de trabalho no âmbito da segurança e saúde no trabalho, tendo a Soflusa contado com a prestação de serviço externo por parte da Ecosaúde, S.A.

No decorrer das visitas técnicas foram realizadas ações de sensibilização sobre a utilização correta dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI) atribuídos a cada trabalhador. Manteve-se de igual forma a sensibilização para os comportamentos defensivos e de higiene a adotar para prevenção da infeção por SARS-COV-19, e foi distribuído equipamento de proteção para o mesmo efeito.

Durante o ano de 2022 foi feita uma análise de risco à categoria profissional Maquinista bem como uma sensibilização sobre o risco de exposição ao ruído funcional, a qual foi acompanhada pela distribuição de novos atenuadores de ruído a estes trabalhadores.

Em 2022, a sinistralidade laboral registou 10 acidentes, não existindo variação face ao ano de 2021.

Empresa	Indicadores Segurança no Trabalho	Var.2022/2021		2022	2021	2020
	Sinistralidade no trabalho					
	N.º Acidentes de trabalho	0,00%	0	10	10	5
SL	N.º Contraturas musculares e contusões dos membros superiores	50,00%	1	3	2	2
	Consequências dos acidentes de trabalho					
	Dias de trabalho perdidos devido a acidentes	-19,35%	-144	600	744	106

Tabela 11 - Higiene e Segurança no trabalho (2020-2022)

[18] Safety - Segurança relacionada nomeadamente com a saúde, integridade física, proteção de perigos. Segurança para prevenção de atos não intencionais (ex. segurança de equipamentos de trabalho).

5.1.4. Sinistralidade

Com o objetivo de melhorar as condições de exploração, encontram-se estabelecidos procedimentos de averiguação e análise de ocorrências, visando determinar as causas, circunstâncias e consequências sobre os intervenientes envolvidos a fim de propor melhorias no sentido de reduzir os riscos associados e, eventualmente, agir sobre as medidas e mecanismos de prevenção instituídos.

Empresa	Indicadores de Sinistralidade	Var.2022/2021		2022	2021	2020
	I. Total de Acidentes (AT+ E + AP + AV)	**106,7%**	**16**	**31**	**15**	**15**
	Acidentes de Trabalho (AT)	0,0%	0	10	10	5
	Emergências (E)		2	2	0	0
	Acidentes com Passageiros e nos Terminais (AP)	280,0%	14	19	5	10
	Acidentes em viaturas transportadas (AV)		0	0	0	0
	II. Incidentes Criminais	**45,5%**	**10**	**32**	**22**	**40**
Total SOFLUSA	**III. Outros**	**90,9%**	**20**	**42**	**22**	**35**
	Embates e avarias com passageiros a bordo	-50,0%	-1	1	2	1
	Doença súbita a bordo de passageiro	53,8%	7	20	13	16
	Doença súbita em terminal fluvial	160,0%	8	13	5	4
	Outros incidentes nos terminais fluviais	100,0%	1	2	1	3
	Ocorrências Singulares	500,0%	5	6	1	11
	Total (I)+(II)+(III)	**78,0%**	**46**	**105**	**59**	**90**

Tabela 12 - Indicadores de Sinistralidade e outras ocorrências (2020-2022)

Em 2022, registaram-se duas ocorrências na Soflusa enquadradas nas Emergências de [Grau 1], ou seja, em que foi possível resolver as situações/sinistros pelos próprios meios da empresa. Tratou-se de uma colisão entre os navios Miguel Torga e Algés (navio da frota da Transtejo) e de um princípio de incêndio na casa da máquina do navio Fernando Pessoa. Não se registaram ocorrências enquadradas nas Emergências de [Grau 2 ou 3].

Relativamente às restantes tipologias de ocorrências, verificou-se um aumento generalizado da sinistralidade (exceto embates e avarias com passageiros a bordo) devido ao aumento do número de passageiros transportados, uma vez que as restrições à circulação impostas pela pandemia de Covid 19 foram levantadas.

5.2. Gestão Ambiental

Em cumprimento das obrigações legais e contribuindo para a preservação do meio ambiente e dos recursos, com vista à redução de custos e melhoria do desempenho ambiental da empresa, destacam-se as seguintes atividades, desenvolvidas durante o ano de 2022:

a) Acompanhamento do Plano de Racionalização do Consumo de Energia para o triénio 2020-2022;
b) Sensibilização para a utilização racional e eficiente dos consumos de água e energia, através da intranet e do sítio da internet da TTSL;
c) Acompanhamento da implementação das medidas impostas na RCM n.º 141/2018, com vista à redução do consumo de plástico e outros consumíveis e à promoção da economia circular.
d) Preparação para a Elaboração dos Planos de Eficiência Energética ECO.AP.2030[19]

[19] O Barómetro de Eficiência de Recursos na Administração Pública (Barómetro ECO.AP) é uma ferramenta que tem como objetivo caraterizar, comparar e divulgar os consumos e emissões da Administração Pública, conforme disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 104/2020, de 24 de novembro vide https://www.barometroecoap.pt/.

5.2.1. Principais indicadores Ambientais

O combustível (Gasóleo) foi, em 2022, o principal recurso energético consumido na exploração da atividade de transporte de passageiros. Este ano registou-se uma redução do respetivo consumo, em consequência da redução da oferta, traduzindo-se numa redução das emissões de GEE's, face ao ano anterior.

Empresa	Indicadores Ambientais	Var 2022/2021		2022	2021	2020
	Consumo energético					
	Gasóleo das embarcações (L)	-0,29%	-18 468	6 386 621	6 405 089	6 635 011
	Consumo total de energia elétrica (kWh)	7,55%	33 733	480 600	446 867	514 959
SL	Energia elétrica para tração (kWh)		0	0	0	0
	Energia elétrica com exceção da tração (kWh)	7,55%	33 733	480 600	446 867	514 959
	Emissões GEEs					
	Emissões CO2 (eq.)* (10^3 Ton)	-0,29%	0	16	16	17

* Emissões diretas. Fator de emissão do fornecedor

Tabela 13 - Principais indicadores ambientais (2020-2022)

5.3. Gestão de Recursos

5.3.1. Recursos Materiais

5.3.1.1. Caracterização da Frota de navios

A exploração da atividade transporte (ligação Barreiro - Terreiro do Paço) foi realizada pela frota da Soflusa, que em 2022 era constituída por 8 navios catamarans (classe Dámen) com capacidade de transporte de 600[20] passageiros e idade média de 18 anos. Também fazem parte da frota da Soflusa o navio fantasia com 23 anos e 2 navios catamarans (classe Austal) com 20 anos. Estas últimas 3 embarcações estiveram ao serviço da Transtejo, conforme contrato de fretamento celebrado entre as duas sociedades. Todas estas embarcações têm motores com combustão a Gasóleo.

No final de 2022, a frota global da Soflusa era composta por 11 catamarans, com idade média de 19 anos e com a seguinte tipologia:

Classe Dámen – 8 navios
Catamaran com capacidade
para 600 passageiros
Idade média: 18 anos

Classe Austal – 2 navios
Catamaran com capacidade
para 320 passageiros
Idade média: 20 anos

Navio Fantasia
Catamaran com capacidade
para 146 passageiros
Idade média: 23 anos

Ilustração 3 - Frota da Soflusa, em 31-12-2022

5.3.1.2. Gestão e Manutenção da Frota

A Manutenção da Frota (navios e pontões) da Soflusa é da responsabilidade interna da Direção de Manutenção (DMN). No que respeita especificamente à manutenção dos navios, a Soflusa tem recorrido à subcontratação do serviço de gestão técnica. Através execução do contrato plurianual de Manutenção Global da Frota, celebrado a

[20] Conclusão do projeto de aumento de lotação dos navios da classe Dámen de 600 para 700 lugares, no ano de 2022, projeto com cobertura financeira enquadrado no protocolo com o Fundo Ambiental.

26.04.2021 e com termino a 31.12.2022, com o consórcio composto pela S&C-Gestão de Navios e Tripulações, Lda. e pela Navaltagus - Reparação e Construção Naval, S.A., foram prestados serviços de manutenção global de 8 navios da classe Damen e 2 navios da classe Austal da frota da Soflusa, nos quais se incluem, entre outras, as manutenções preventivas, as corretivas, e as grandes intervenções. Cabe a este consórcio coordenar as atividades de manutenção, tendo em vista a obtenção de certificação estatutária e de classe da frota e a realização de grandes intervenções em motores, de obrigatoriedade periódica (consideradas no Plano de Investimentos).

Relativamente à manutenção dos pontões (unidades de frota que carecem igualmente de certificados de navegabilidade), não se encontra enquadrada no âmbito do referido contrato, sendo assegurada pela equipa interna de gestão da manutenção, com recurso à contratação de serviços para cumprimento das intervenções programadas.

Este ano houve um aumento do n.º de horas de manutenção da frota, face ao ano de 2021. Apesar da redução do nº de horas em manutenção corretiva (-4%) existiu um aumento de horas de manutenção preventiva/planeada (+76%), sendo este indicador em grande parte, influenciado pelo n.º de docagens, grandes intervenções, assim como pela quantidade de sinistros registados.

Durante o ano de 2022 foram registadas 11 participações de sinistro, referentes a ocorrências nos navios Jorge de Sena (2), Gil Vicente (2), Miguel torga (1) Damião de Goes (1), Fernando Namora (1), Fernando pessoa (1), Cesário Verde (2) e Almeida Garret (1), totalizando assim, mais 3 participações face ao ano anterior.

No cumprimento do referido Plano de Manutenção, foram realizadas intervenções que envolveram gastos de aproximadamente 3,7 milhões de Euros, com a seguinte distribuição:

euros

REAL 2022	GASTOS MANUTENÇÃO - NAVIOS				
Grandes Rubricas	Serviço Gestão Técnica	Estaleiros	Oficinas	Sobressalentes + Materiais	Total GASTOS
Damião de Goes	591 441	0	0	0	591 441
Miguel Torga	192 191	0	0	23	192 213
Fernando Namora	192 191	0	0	0	192 191
Gil Vicente	589 409	0	35 098	0	624 507
Jorge de Sena	192 191	0	0	23	192 213
Almeida Garrett	564 909	0	0	23	564 931
Fernando Pessoa	192 191	0	0	0	192 191
Antero de Quental	192 191	230 092	25 694	16	447 992
Cesário Verde	483 224	0	1 708	0	484 932
Pedro Nunes	192 191	0	0	0	192 191
Fantasia	0	0	0	0	0
Comuns	- €	- €	- €	2 346	2 346
TOTAL	3 382 127	230 092	62 500	2 429	3 677 148

Tabela 14 - Gastos de Manutenção por navio da Soflusa (€)

Importa referir que, adicionalmente, acresce aos Gastos de Manutenção com Navios, o montante de 11.500€ referente a manutenção dos pontões (infraestruturas de atracação das embarcações), perfazendo o total de 3.688.648€ - Conservação e reparação (frota de navios e pontões).

Destacam-se, em 2022, a conclusão das docagens dos navios: Gil Vicente e Antero de Quental, ambas iniciadas em 2021, bem como as docagens dos navios Damião de Goes, Almeida Garrett e Cesário Verde (esta última encontra-se em curso).

5.3.1.3. Gestão das Infraestruturas (ILD)

A Manutenção das Infraestruturas de Longa Duração (ILD) ao serviço da Soflusa (Terminais do Barreiro e do Terreiro do Paço), interfaces essenciais à operacionalização do Serviço de Transporte Público Fluvial, compreende a realização de intervenções corretivas e preventivas, no sentido de garantir a segurança de passageiros e de trabalhadores.

No ano de 2022 continuou em execução o contrato, iniciado em finais de 2020, de conservação de edifícios e manutenção de instalações técnicas da Soflusa. Neste âmbito e tendo por objeto a conservação dos edifícios, a manutenção de instalações técnicas, sistemas/equipamentos de AVAC, foi possível diagnosticar e realizar intervenções prioritárias, visando corrigir situações de maior risco e urgência e planear a realização de intervenções mais profundas.

Resultante da análise efetuada aos edifícios da Empresa verificaram-se inconformidades ao nível elétrico e ergonómico em algumas instalações, tornando premente a sua correção. Com apoio do subsídio ao investimento obtido através do Programa de Estabilização Económica e Social (PEES), iniciado em 2020, foi possível agilizar a melhoria das condições de segurança e conforto nos terminais, exemplificado através da conclusão das seguintes intervenções:

- Remodelação da Bilheteira e Sala de Controlo do Terminal Fluvial do Barreiro;
- Construção de nova Sala de Controlo do Terminal Fluvial do Terreiro do Paço;
- Vedação do Parque de Combustíveis do Terminal Fluvial do Barreiro.

Dando continuidade à política da melhoria das condições de conforto, bem como da segurança das instalações, foram efetuadas diversas beneficiações nos terminais, destacando-se:

a) Aquisição de bens e consumíveis diversos para garantir a manutenção dos espaços e equipamentos (p. ex. gerador, sistema AVAC -aquecimento, ventilação e ar condicionado, entre outros);
b) Conclusão da remodelação da bilheteira e sala de controlo do Terminal Fluvial do Barreiro;
c) Colocação de película nos vidros interiores da sala de controlo do Terminal Fluvial do Barreiro;
d) Conclusão da construção de vedação do parque de combustíveis do Terminal Fluvial do Barreiro;
e) Conclusão da empreitada de construção da nova sala de controlo do Terminal Fluvial do Terreiro do Paço;
f) Reparação/substituição de equipamentos de AVAC (Terminal Fluvial do Barreiro);
g) Beneficiação/reparação na rede de água e esgotos em ambos os terminais;
h) Beneficiações diversas em portões/portas de embarque em ambos os terminais;
i) Beneficiação/reparação de spots de iluminação em ambos os terminais;
j) Início da reparação do grupo gerador do Terminal Fluvial do Terreiro do Paço;
k) Aquisição e colocação de sinalética de segurança no Terminal Fluvial do Terreiro do Paço.

Em termos de eficiência energética, deu-se continuidade ao processo de substituição de diversas luminárias por LED, prevendo-se continuar com esta boa prática nos próximos anos, adquirindo luminárias mais eficientes.

5.3.2. Recursos Tecnológicos

5.3.2.1. Gestão e manutenção de equipamentos de bilhética

A manutenção corretiva, preventiva e evolutiva do sistema de bilhética da Soflusa, foi, em 2022, assegurada por um prestador de serviço externo.

5.3.2.2. Informação ao passageiro em tempo real

Foi dado seguimento ao projeto de melhoria das condições de Informação ao Público, iniciado em 2018 – designadamente, proporcionando informação em tempo real sobre o serviço, com recurso a painéis eletrónicos instalados nos terminais, destacando-se, em 2022, a melhoria dos conteúdos e a promoção permanente atualização de informação, disponibilizada em várias plataformas digitais, nomeadamente no Site e APP institucionais, no *Google Maps* e na plataforma Transporlis.pt.

5.3.2.3. Sistemas de Informação

Para além da atividade contínua e permanente de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de informação na Soflusa, ao longo de 2022, foram desenvolvidas melhorias com a evolução dos seguintes projetos:

a) Continuação da renovação de equipamentos informáticos para postos de trabalho com a aquisição de computadores portáteis;
b) Substituição dos relógios de ponto, por modelos mais recentes e mais fiáveis.
c) Implementação de MFA (*Multi Factor Authentication*) para ligações VPN à empresa.
d) Implementação de um *Endpoint* de Proteção, Defesa, e Resposta para aumentar a segurança dos sistemas de informação da empresa

5.4. Gestão de Risco e Auditoria Interna

Em dezembro de 2022, realizou-se a auditoria de conformidade legal, aos âmbitos qualidade, ambiente e segurança, tendo sido identificadas na Soflusa apenas 1 "Oportunidade de Melhoria", 34 "Não conformidades" e 19 "Observações", matérias que serão acompanhadas no ano 2023 com vista à sua resolução.

No âmbito da Gestão de Risco, foi realizado, em 2022, o Relatório de execução do PPRCIC - Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas de 2021, tendo sido aprovado pelo Conselho de Administração em 16 de fevereiro de 2023 e carregado no Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira (SIRIEF) em 1 de março de 2023.

O Relatório de Execução do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, respeitante ao exercício de 2022, encontra-se em fase de elaboração.

5.5. Gestão da Marca

A Gestão da Marca engloba a comunicação com o Cliente, a promoção da comunicação interna e o estabelecimento e gestão de acordos e parcerias com diversas entidades institucionais, foi mantido o modelo de gestão dos anos anteriores.

5.6. Relações Internacionais

A Soflusa, através da empresa-mãe Transtejo, assegura a sua participação em organizações internacionais do setor da mobilidade e transporte público de passageiros, nomeadamente, na Associação SGI Portugal e na UITP.

6. Gestão de Recursos Humanos

6.1. Gestão do Efetivo

Ao longo do ano de 2022, foi necessário, com vista à prossecução da Lei n.º 22/2016, de 4 de agosto e no âmbito do processo de autonomização das empresas, continuar o processo de recomposição da estrutura organizacional, promovendo a reorganização interna, no sentido do dimensionamento do efetivo às reais necessidades, tendo em conta o nível de atividade e de forma a garantir uma organização eficiente.

Em 2022, persistiu a necessidade de dar seguimento ao processo de otimização da estrutura organizacional da empresa e recomposição do quadro de efetivos, para permitir colmatar a ausência de recursos decorrente do anterior processo de gestão conjunta das empresas de transportes, que vigorou entre 2015 e 2017.

Contudo, ainda não foi possível concretizar todas as contratações necessárias, destacando-se o permanente foco nesse objetivo e o esforço e empenho dos recursos humanos disponíveis para superar dificuldades associadas à escassez de valências técnicas.

Empresa	Indicadores de Recursos Humanos	Var.2022/2021		2022	2021
SL	Efetivo médio	-0,8%	-1	137	138
	N.º efetivos - 31.DEZ	-0,7%	-1	137	138

Tabela 15 - Gestão do Efetivo (2021-2022)

O gráfico seguinte apresenta a evolução do efetivo médio na Soflusa ao longo dos últimos anos:

Gráfico 7 - Evolução do número de efetivos médio (2012-2022)

Quanto à movimentação de pessoas, verificaram-se **4 entradas**, com contratos de trabalho por tempo indeterminado e **5 saídas**, sendo **1 -** por rescisão por mútuo acordo, **3 -** por motivo de reforma e 1 - por falecimento.

Variação N.º Trabalhadores	2022/2021	2021/2020	2020/2019	2019/2018
Var. Nº efetivos a 31 de dezembro	-1	3	-3	2

Tabela 16 - Variação do número de efetivos (2018-2022)

Os quadros seguintes apresentam a caracterização do efetivo, em 31 de dezembro de 2022, por faixa etária, género e área de atividade.

Grupo Etário	Homens	Mulheres
< 30 anos	0,7%	0%
≥ 30 anos < 49 anos	24,8%	4,4%
≥ 49 anos < 60 anos	51,8%	5,8%
≥ 60 anos	10,9%	1,5%
Área da Atividade	**Homens**	**Mulheres**
Tripulantes	66,4%	1,5%
Comercial	9,5%	5,8%
Manutenção	0,7%	0%
Administrativos	1,5%	2,9%
Técnicos e Chefias	3,6%	1,5%
Outros	6,6%	0%
Empresa	**Homens**	**Mulheres**
SL	88,4%	11,6%

Gráfico 8 - Distribuição % do efetivo, por faixa etária, género e área de atividade a 31.12.2022

Grupo Etário	Homens	Mulheres
Tripulantes	66,42%	1,46%
< 30 anos	0,73%	0%
≥ 30 anos < 49 anos	18,98%	1,46%
≥ 49 anos < 60 anos	39,42%	0%
≥ 60 anos	7,30%	0%
Comercial	9,49%	5,84%
< 30 anos	0%	0%
≥ 30 anos < 49 anos	3,65%	2,19%
≥ 49 anos < 60 anos	5,11%	2,19%
≥ 60 anos	0,73%	1,46%
Manutenção	0,73%	0%
< 30 anos	0%	0%
≥ 30 anos < 49 anos	0%	0%
≥ 49 anos < 60 anos	0,73%	0%
≥ 60 anos	0%	0%
Administrativos	1,46%	2,92%
< 30 anos	0%	0%
≥ 30 anos < 49 anos	0,73%	0%
≥ 49 anos < 60 anos	0,73%	2,92%
≥ 60 anos	0%	0%
Técnicos e Chefias	3,65%	1,46%
< 30 anos	0%	0%
≥ 30 anos < 49 anos	0,73%	0,73%
≥ 49 anos < 60 anos	2,92%	0,73%
≥ 60 anos	0,00%	0%
Outros	6,57%	0%
< 30 anos	0%	0%
≥ 30 anos < 49 anos	0,73%	0%
≥ 49 anos < 60 anos	2,92%	0%
≥ 60 anos	2,92%	0%

Gráfico 9 - Distribuição % do efetivo de cada área de atividade, por grupo etário e género a 31.12.2022

Os dados apresentados permitem extrair as seguintes conclusões:

a) 83% dos efetivos estão afetos às áreas operacionais (Tripulantes, Comerciais);
b) 70% dos trabalhadores têm mais de 48 anos de idade, sendo que 57,7% dos trabalhadores se encontram na faixa etária compreendida entre os 49 e os 60 anos de idade;
c) 12.4% dos colaboradores tem mais de 60 anos de idade, sendo na sua maioria Tripulantes.
d) Apenas 11,7% dos trabalhadores são do género feminino, estando estes, maioritariamente, afetos às áreas Comercial (8) e Administrativa (4).

6.1.1. Princípio de Igualdade do Género

Falar de Igualdade de Género é reconhecer um direito fundamental para todos os homens e mulheres. Significa igualdade de direitos e de oportunidades, reconhecimento, valorização, poder e participação de mulheres e homens, em todas as esferas da sociedade, laboral, pessoal e familiar.

Considerando o desenvolvimento organizacional e as políticas de gestão de pessoas baseadas na valorização do capital humano, das competências e da qualidade, reconhece-se cada vez maior importância às questões relacionadas com a igualdade de género. A conceção e implementação de planos que promovam a igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, que contribuam para diminuir situações de discriminação e que permitam a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional, torna-se premente na promoção das políticas de Responsabilidade Social e nos princípios de Bom Governo das empresas nacionais, sobretudo no sector público.

Assim, a Soflusa elaborou em 2022 um '**Plano de Ação para a Igualdade de Género**'[21], considerando que importa desenvolver ações que promovam uma atitude diária e natural de igualdade entre mulheres e homens (IMH), que seja exercida em todos os domínios da vida individual e coletiva. Efetivamente trabalhar políticas que visam a promoção da igualdade entre mulheres e homens e o combate à discriminação, é um imperativo ético a que a Soflusa está vinculada.

Cumprindo o dever de comunicação[22] a Soflusa remeteu o documento a 29.11.2022, no Sistema de Informação da Organização do Estado (SIOE) e efetuou a divulgação no sítio da Empresa.

Caracterização do universo laboral

A Soflusa, de acordo com dados de dezembro de 2022, conta com **137 trabalhadores** no ativo, sendo 12% mulheres e 88% homens do total da organização, verificando-se que é uma Empresa com um quadro de pessoal maioritariamente masculino, por desenvolver uma atividade ligada a profissões tradicionalmente masculinas, sobretudo nas áreas operacionais, marítima, de manutenção e comercial, que se justifica pela especificidade das funções, pela dispersão geográfica no estuário do Tejo e pelos horários de funcionamento.

Verifica-se ainda, que a maioria dos profissionais se encontra na faixa etária dos 49 aos 60 anos, o que evidencia um efetivo envelhecido, relacionado com a antiguidade do efetivo na Empresa e com o número reduzido de novas admissões, nos últimos 10 anos, o que tem impedido o rejuvenescimento dos quadros.

Relativamente à conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional, em particular no que respeita à parentalidade e assistência à família, verifica-se que estes direitos dos trabalhadores têm sido gozados por ambos os géneros. Ainda neste âmbito, a Empresa tem vindo a percorrer um caminho no sentido de proporcionar aos seus trabalhadores condições para esta conciliação, sendo, contudo, o sexo feminino que maioritariamente goza destes direitos.

Considerando a antiguidade e a especificidade dos Recursos Humanos, especialmente no que diz respeito às funções operacionais marítimas, tendo em conta a marcada exigência física, esta atividade da Empresa tem sido, maioritariamente e tradicionalmente, desempenhada por pessoas do sexo masculino.

Consciente desta realidade, mas adotando o lema "Ninguém pode ficar para trás"[23], a Empresa tem vindo a implementar algumas medidas, ao nível da formação, recrutamento e conciliação da vida profissional, familiar e pessoal, pretendendo, contudo, intensificar e desenvolver esta prática.

---

[21] Vide link https://ttsl.pt/wp-content/uploads/2022/11/TTSL-Plano-Igualdade-Genero-2023.pdf
[22] Vide artigo 3º do Despacho Normativo n.º 18/2019, de 21 de junho.
[23] Lema instituído no âmbito da igualdade do género.

Assim, a proposta tem sido por um lado reforçar as medidas já praticadas, e por outro lado desenvolver outras medidas, sendo as áreas de intervenção as seguintes:

- Promoção das condições da Igualdade de Género nos processos de Recrutamento e Seleção, com a adoção de práticas não discriminatórias nestes processos, especialmente no que respeita às profissões marítimas (tradicionalmente masculinas);
- Promoção das condições da Igualdade de Género na Formação contínua, com ações diversificadas nas várias áreas de atividade da Empresa;
- Promoção da utilização de horários flexíveis e modalidades de organização do trabalho;
- Adoção de medidas de apoio ao trabalhador que facilitem a Conciliação da vida profissional, familiar e pessoal;
- Desenvolvimento de um sistema de gestão que promova a valorização do trabalhador e a conciliação da vida profissional, familiar e pessoal, com aplicação transversal a toda a Empresa;
- Adoção da linguagem inclusiva em todos os meios da Comunicação Interna e Externa;
- Divulgação do Plano de Ação para a Igualdade de Género quer na intranet, quer no site institucional, com o objetivo de tornar publico as intensões da Empresa;
- Assinalar algumas efemérides, designadamente o dia 8 de março – Dia Internacional da Mulher.

Com a implementação e intensificação das referidas ações, pretende-se integrar na Empresa, de forma transversal, a prática de Igualdade de Género, identificando para cada uma das ações propostas, os temas e as áreas da Empresa que deverão intervir para que seja alcançado o resultado definido.

Pretende-se, ainda, contribuir para que todos os trabalhadores percecionem a preocupação da Empresa para as questões da Igualdade de Género e da Conciliação da vida pessoal, familiar e profissional, tendo em vista favorecer a satisfação, motivação e produtividade.

De acordo com o n.º 2, da RCM n.º 18/2014, de 5 de março, que determina que as empresas do Setor Empresarial do Estado promovam, de três em três anos, a elaboração de um relatório, a divulgar internamente e a disponibilizar no respetivo sítio na Internet, sobre as remunerações pagas a mulheres e homens, apresenta-se no quadro seguinte o valor dos Gastos de Pessoal do ano em análise, por género.

	Indicadores de Recursos Humanos	2022		
Empresa	Remunerações Pagas	H	M	Total
SL	Remunerações Órgãos Sociais	648	648	1 297
	Remunerações do Pessoal	2 879 989	370 899	3 250 887
	Indemnizações	53 136	0	53 136
	Encargos sobre remunerações	661 823	76 528	738 351
	Outros Gastos com Pessoal *(Processamento)*	238 884	19 806	258 690
	Total Remunerações Pagas	3 781 344	467 880	4 302 361

Tabela 17 - Remunerações pagas por género, em 2022

6.1.2. Política Salarial

Ao setor público empresarial aplicou-se, em 2022, nos termos do n.º 6 do artigo 151.º do DLEO-2019 e, desde dia 13 de agosto de 2022, nos termos do n.º 1 do artigo 135.º do DLEO-2022, o disposto nos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho.

No ano em análise e no que respeita aos gastos com pessoal, verificou-se a sua estabilização.

Empresa	Indicadores de Recursos Humanos	Var.2022/2021		2022	2021	2020
SL	Gastos com Pessoal	0,0%	1	4 302	4 301	3 988
	Massa Salarial	-2,2%	-74	3 358	3 432	3 140

Tabela 18 - Gastos com Pessoal e Massa Salarial (2020-2022)

Estas variações refletem o impacto da aplicação do Acordo de Empresa revisto em 2022, designadamente no que se refere a matéria de diuturnidades e Regulamento de Carreiras.

Adicionalmente, decorreu um processo de revisão salarial para 2022, que resultou no Ato de Gestão do Conselho de Administração da Soflusa, de 27.10.2022, relativo à atualização de 0,9% na remuneração base mensal com efeitos a 1 de janeiro de 2022.

6.2. Desenvolvimento de competências e formação

Ultrapassado o desafio dos anos da pandemia, 2022 foi um ano de retoma gradual à normalidade, o que possibilitou o regresso à formação profissional e das práticas de aprendizagens, não só de formação à distância, mas também o regresso à formação presencial.

Existiu assim, uma melhoria dos indicadores, nomeadamente em nº de horas de formação com um acréscimo de +327%, bem como o aumento de ações de formação (+10) e em número de participantes (+33) face ao ano de 2021.

Empresa	Indicadores de Recursos Humanos	Var.2022/2021		2022	2021	2020
SL	Horas de Formação	327%	399	521	122	55
	Ações de Formação	125%	10	18	8	4
	Participantes em Formação	92%	33	69	36	10

Tabela 19 - Formação (Horas, ações e participações) na SL (2020-2022)

Destaca-se, este ano, a conclusão da formação, iniciada em 2021, a todos os tripulantes da Soflusa em "Uso e Manobra em Jangadas Pneumáticas" inserida no Projeto do Fundo Ambiental para o aumento de lotação dos navios da Soflusa, tendo sido efetuadas o total de 12 ações (118 horas), a 59 trabalhadores.

6.3. Indicadores de Prestação de Trabalho

6.3.1. Horário de Trabalho

No que se refere à distribuição dos trabalhadores pelo tipo de horário, a grande maioria está afeta a horário por turnos (90%), devido à natureza da atividade, sendo que os restantes trabalhadores estão afetos a horário flexível ou sujeitos a regime de isenção de horário de trabalho (IHT).

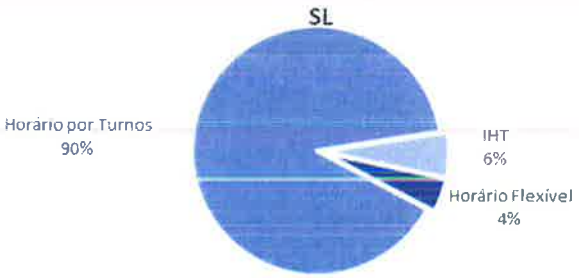


Gráfico 10 - Distribuição de efetivos, por regime de horário de trabalho a 31.12.2022

6.3.2. Taxa de Absentismo

Empresa	Indicadores de Recursos Humanos	Var.2022/2021	2022	2021	2020	2019
SL	Taxa de Absentismo	2,75 pp	16,3%	13,6%	13,9%	10,7%

Tabela 20 - Evolução da Taxa de Absentismo (2019-2022)

A taxa de absentismo registou uma variação de +2,75pp face ao ano anterior, explicada pelo aumento do absentismo de longa duração, nomeadamente por doença (+25%), e que representa 77% da estrutura, conforme se evidencia no gráfico seguinte:

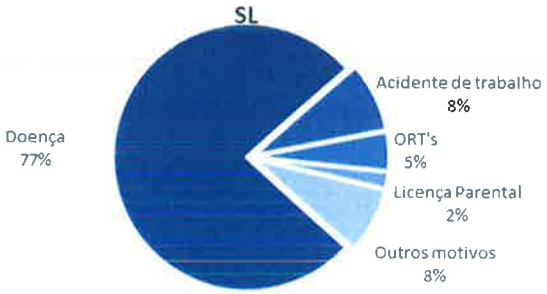


Gráfico 11 - Causas do absentismo - 2022

6.3.3. Horas Trabalhadas

O número de horas trabalhadas encontra-se associado, entre outras variáveis, ao absentismo. No ano de 2022 registou-se um aumento de 0,60% face ao ano anterior, conforme se evidencia no quadro seguinte:

Empresa	Indicadores de Recursos Humanos	Var.2022/2021		2022	2021	2020	2019
SL	Horas Trabalhadas	0,60%	1384	232 801	231 417	232 926	245 148

Tabela 21 - Horas Trabalhadas (2019-2022)

7. Situação Patrimonial, Económica e Financeira

7.1. A Soflusa como Entidade Pública Reclassificada

O baixo grau de autonomia financeira e a insuficiência de meios financeiros próprios, gerados pela atividade (aferido pelo Rácio de Mercantilidade) determinou que em abril de 2013, com base nos dados de 2012, o Instituto Nacional de Estatística (INE) incluísse a Soflusa na lista de entidades reclassificadas no perímetro das Administrações Públicas (Entidades Públicas Reclassificadas equiparadas a Serviços e Fundos Autónomos). Desta condição, decorrem impactos relevantes para a empresa em matéria de reporte de informação e controlo da execução orçamental, em observância de legislação especifica aplicável desde o ano de 2013 até ao presente ano, com destaque para a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso[24], Lei de Enquadramento Orçamental[25], Lei do Orçamento de Estado[26] e Decreto-Lei de Execução Orçamental[27] estes últimos publicados anualmente.

No exercício de 2022, foi dada continuidade ao cumprimento do conjunto de obrigações acima referido, em linha com os processos implementados desde 2014, que visaram o desenvolvimento interno de mecanismos de monitorização da execução orçamental na ótica financeira e modelos de apuramento de informação para reporte à Entidade Coordenadora do Programa Orçamental, isto é, à Secretaria Geral do Ministério do Ambiente e da Ação Climática (SG MAAC) e à Direção-Geral do Orçamento (DGO).

7.2. Adoção do SNC-AP

A Soflusa, em cumprimento ao disposto no Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de outubro, utiliza, desde 2018, o referencial contabilístico SNC-AP – Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

O SNC-AP constitui uma aproximação ao Sistema de Normalização Contabilística em vigor nas empresas privadas, com as necessárias adaptações ao Setor Público, contemplando 3 subsistemas da contabilidade pública:

Contabilidade Orçamental

- Ótica da Despesa / Receita (Registo de todas as fases, ex: Cabimento / Compromisso / Obrigação / Pagamento)
- Destaque para a NCP 26 – Que inclui requisitos para a consolidação orçamental;
- Apresentação de uma classe de contas própria (classe 0) e Classificadores Orçamentais da Despesa / Receita

Contabilidade Financeira

- Contabilidade patrimonial (Ativos, Passivos, Gastos e Rendimentos) / Adotando plano de contas nacionais, semelhante ao utilizado no setor privado (SNC / IFRS);

---

[24] *Vide* Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua versão atual, a qual aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas.

[25] Lei do Enquadramento Orçamental (Lei n.º 151/2015 de 11 de setembro, na sua redação atual), implicando obrigações de reporte à Direção-Geral do Orçamento / Ministério das Finanças:

1- Em 2022: No âmbito dos trabalhos de preparação do Orçamento do Estado 2023, dando cumprimento às orientações transmitidas através da Circular DGO - Série A n.º 1407, de 01.08.2022 (Instruções de preparação do OE2023);

2- No âmbito da execução do OE (de 2022: reportes, previstos nomeadamente no artigo 107º do Decreto-Lei de Execução Orçamental (Decreto-Lei n.º 53/2022, de 12 de agosto);

[26] *Vide* para o ano de 2022 a Lei n.º 12/2022 de 27 de junho - Lei do OE 2022.

[27] *Vide* para o ano de 2022 o Decreto-Lei n.º 126-C/2021 de 31 dezembro - Regime transitório de execução orçamental 2022 e Decreto-Lei n.º 53/2022 de 12 de agosto – que estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2022.

Contabilidade de Gestão

- Integra os modelos de Contabilidade Analítica e Investimentos (projetos);
- Destaca-se a NCP 27;
- Possibilidade de integração com o modelo de orçamentação por programas (Sistema ABC).

A adoção do SNC-AP na Soflusa, implicou a coexistência dos 3 subsistemas de contabilidade (Orçamental, Financeira e de Gestão) num mesmo sistema de informação, suportando toda a informação necessária para assegurar os reportes de execução orçamental, a par do apuramento de resultados e contabilização de Ativos e Passivos.

7.3. Análise sobre as Contas

7.3.1. Fluxos Financeiros

Resultados (Contas Individuais) Unidade : Euro	Var.2022/2021		2022	2021	2020
	%	Abs.	SNC-AP	SNC-AP	SNC-AP
Total de Rendimentos Operacionais	**5,9**	**891 470**	**15 994 119**	**15 102 650**	**14 426 888**
Prestação de Serviços	10,6	967 597	10 106 912	9 139 315	8 452 640
Subsídios à Exploração	0,9	29 958	3 198 782	3 168 824	3 065 017
Reversões	(38,1)	(120 428)	195 721	316 149	558 871
Outros Rendimentos e Ganhos	0,6	14 343	2 492 705	2 478 362	2 350 360
Total de Gastos Operacionais	**24,7**	**3 973 363**	**20 091 014**	**16 117 651**	**13 464 557**
Custo Matérias Consumidas	75,9	2 709 601	6 278 262	3 568 661	2 689 972
Fornecimentos e Serviços Externos	6,7	344 375	5 454 758	5 110 383	3 820 890
Gastos com o Pessoal	0,0	1 422	4 302 361	4 300 939	3 988 175
Gastos de Depreciação e de Amortização	6,1	185 023	3 204 761	3 019 738	2 827 142
Perdas por Imparidade	-	-	-	-	-
Provisões do Período	664,2	575 917	662 624	86 707	108 228
Outros Gastos e Perdas	502,9	157 025	188 248	31 223	30 149
Resultado Operacional	**303,6**	**(3 081 893)**	**(4 096 894)**	**(1 015 001)**	**962 331**
EBITDA	(144,5)	(2 896 870)	(892 133)	2 004 737	3 789 472
Resultado Financeiro	**(0,4)**	**160**	**(42 334)**	**(42 495)**	**(36 174)**
Resultado Líquido	**290,9**	**(3 081 432)**	**(4 140 614)**	**(1 059 183)**	**866 181**

Tabela 22 - Síntese dos Rendimentos e Gastos Operacionais (2020-2022)

O desempenho económico e financeiro da Soflusa, no ano de 2022 face a 2021, caracterizou-se essencialmente pelo seguinte:

a) Globalmente, verifica-se um acréscimo de 5,9% (+891 mil €) nos **Rendimentos Operacionais** devido ao aumento de +10,6% (+968 mil €) **na Prestação de Serviços,** nos **Subsídios à Exploração (+0,9%)** e em **Outros Rendimentos e Ganhos (0,6%)** e à redução na rubrica **Reversões** de -38,1% (-120 mil €), face ao período homólogo.

b) No que respeita aos **Gastos Operacionais**, registou-se um acréscimo de +24,7% (+3.973 mil €), consequência do aumento, nomeadamente, de +75,9% (+2.710 mil €) em **Custo Matérias Consumidas** (devido, essencialmente, ao aumento do preço do Gasóleo) e de +6,7% (+344 mil €) em **Fornecimentos e Serviços Externos**, bem como em **Amortizações** registando acréscimo de +6,1% (+185 mil €). Destaca-se, ainda o aumento muito significativo em provisões do período, associadas a processos judiciais em curso no montante de +576 mil €. Estas provisões visam acautelar o risco da condenação da Soflusa ao pagamento de indemnizações referentes à inclusão de remunerações variáveis nos subsídios de férias e Natal. Encontram-se em desenvolvimento diversos processos instaurados por trabalhadores, relacionadas com este assunto.

Em 2022, os *Cash-flows* gerados pela atividade de prestação de serviço público (Atividades Operacionais) foram os que se apresentam no quadro seguinte:

Demonstração dos Fluxos Caixa (Contas individuais)) (Euros)	Var.2022/2021		2022	2021	2020
	%	Abs.			
Fluxo Atividades Operacionais	6,87%	(67 400)	(1 049 060)	(981 660)	1 245 873
Fluxo das Atividades de Investimento	-257,72%	(1 306 075)	(799 300)	506 775	(857 114)
Fluxo das Atividades de Financiamento	0,00%	-	-	-	1 000 000
Variação de caixa e seus equivalentes	**289,22%**	**(1 373 475)**	**(1 848 359)**	**(474 885)**	**1 388 759**
Caixa e seus equivalentes no início do período	**-7,42%**	**(474 885)**	**5 927 718**	**6 402 603**	**5 013 844**
Caixa e seus equivalentes no fim do período	**-31,18%**	**(1 848 359)**	**4 079 359**	**5 927 718**	**6 402 603**

Tabela 23 - Variação de caixa e seus equivalentes (2020-2022)

7.3.2. Modelo de Financiamento

Na sequência da reclassificação das sociedades Transtejo e Soflusa no perímetro das Administrações Públicas, foi necessário alterar o modelo de financiamento, promovendo a sua concentração no apoio financeiro do Estado. Foi constituída uma operação de apoio financeiro, no montante de 118,6 M€, prestado pelo Estado Português à Transtejo (dotação orçamental, inscrita no OE2013 retificativo), tendo permitido a reestruturação de toda a dívida de curto prazo de ambas as empresas em financiamento de M/L Prazo.

Esta operação visou o reforço do apoio financeiro concedido pela Transtejo à participada Soflusa, convertendo-o também em operação de financiamento a M/L prazo, permitindo à Soflusa amortizar todas as linhas de financiamento contratadas na banca comercial e beneficiar das condições de remuneração do serviço da dívida contratadas pela Transtejo.

O modelo de financiamento em vigor é caracterizado pela concentração de novos financiamentos em empréstimos de M/L prazo a obter junto da Transtejo, para fazer face às necessidades de Tesouraria Corrente.

No final de 2022, o montante em dívida ascendia a 7.244 mil €, salientando-se que desde 2020 não ocorreu qualquer operação de financiamento, para além da capitalização de juros (encargos financeiros do stock de dívida contratada junto da Transtejo)

	Var.2022/2021				(euros)
Endividamento	Abs.	%	2022	2021	2020
Acionista Transtejo - M/L prazo	42 063	0,58%	7 244 433	7 202 369	7 163 897
TOTAL	**42 063**	**0,58%**	**7 244 433**	**7 202 369**	**7 163 897**

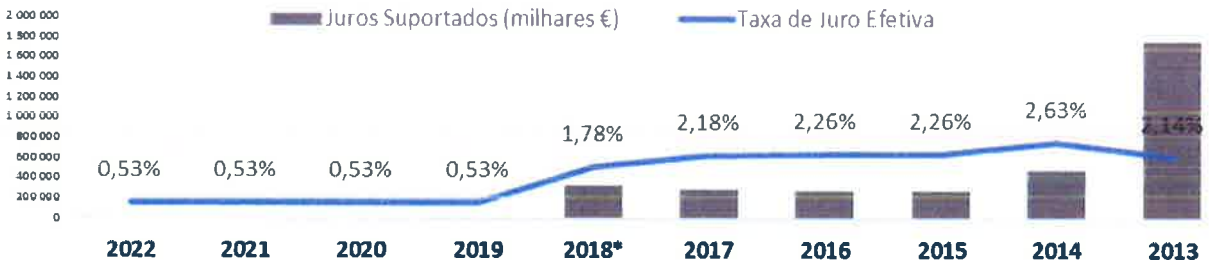
Tabela 24 - Endividamento (2020-2022)

7.3.3. Gestão de Risco Financeiro

A Soflusa, como empresa pública de transporte integrada na área metropolitana de lisboa, encontra-se condicionada pela legislação ao nível tarifário, não conseguindo gerar receita direta suficiente para cobrir os seus custos operacionais, apresentando uma estrutura financeira pouco equilibrada, pelo que, o Modelo de Financiamento tem vindo, desde 2013, a ser suportado em apoio específico da Acionista Transtejo, para cobertura das necessidades de tesouraria corrente e para financiamento dos planos de investimento.

De salientar que na sequência desse modelo de financiamento, a Soflusa tem beneficiado de melhorias significativas nas condições de remuneração do serviço da dívida, comparativamente ao modelo que vigorou até 2013 e, como se

pode verificar no gráfico seguinte, permitiu reduzir significativamente os encargos suportados pela empresa com os seus financiamentos.



*A taxa de juro retificada

Gráfico 12 - Evolução dos Juros Suportados 2013-2022

Stock da Dívida (milhares de euros)	Var.2022/2021 %	Var.2022/2021 Abs.	2022	2021	2020
Taxa de Juro Efetiva	-	-	0,53%	0,53%	0,53%
Juros Suportados (milhares €)	(0,4)	(0)	42	42	36
Stock da Dívida (10^3 €uros)	0,6	42	7 244	7 202	7 164

Tabela 25 - Stock da Dívida

7.3.4. Esforço Financeiro do Estado

O exercício de 2021, constituiu o ano inicial de vigência do novo Contrato de Prestação de Serviço Público de Transporte de Passageiros (CSP) no qual foram estabelecidos níveis mínimos de oferta a praticar no período 2021-2025. Este contrato, celebrado entre a Soflusa e a Transtejo, enquadra a exploração do serviço público de transporte de passageiros na ligação do Barreiro a Lisboa, assegurando os níveis de oferta e respeitando as condições de qualidade, comodidade, rapidez e segurança que estiveram subjacentes com ao contrato que vigorou no período entre 2012-2014 (em modelo de contratação direta entre a Soflusa e o Estado).

No atual modelo de contratação, o apoio financeiro do Estado à Soflusa é realizado de forma indireta (através de subcontrato celebrado com a Transtejo).

Na tabela seguinte apresenta-se o esforço financeiro realizado pelo Estado no apoio à Soflusa durante os exercícios de 2020 a 2022, tendo para efeitos desta análise, sido considerado o apoio direto e indireto:

RENDIMENTOS DE SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO (Contas Individuais) (euros)	Var.2022/2021 %	Var.2022/2021 Abs.	2022	2021	2020
Indemnizações Compensatórias	-	-	0	0	224 196
Comp. Tarifária 4_18 e Sub-23	0,00%	(4)	177 355	177 359	160 839
Comp. Tarifária Passe Social +	-0,03%	(36)	104 429	104 465	104 429
Compensação CSP - DI	1,83%	15 948	885 948	870 000	0
Compensação CSP - OSP	0,70%	14 050	2 031 050	2 017 000	0
TOTAL	0,95%	29 958	3 198 782	**3 168 824**	**489 464**

Tabela 26 - Rendimentos de Subsídios à Exploração (2020-2022)

O montante máximo de compensações tarifárias aos títulos subsidiados, atribuído em 2022 à Soflusa, foi determinado através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2022, de 23 de novembro, que fixou essa compensação no montante de até 328.351,80 € (IVA incluído).

O montante da compensação previsto no subcontrato de prestação de serviço público (CSP) celebrado entre a Soflusa e a Transtejo, pelo cumprimento das obrigações de serviço público e disponibilidade de infraestruturas, no ano de 2022, ascendeu a 2.916.997,72€ (acrescido de IVA à taxa legal em vigor). Tratando-se de um compromisso plurianual assumido pela Transtejo, o mesmo teve autorização para a repartição de encargos, através da PEE - Portaria de Extensão de Encargos n.º 230-A/2021, de 15 de junho.

7.3.5.Investimento

No ano de 2022, o valor do investimento realizado totalizou 654 mil € (ótica económica), registando um decréscimo de -1.874 mil € comparando com o ano anterior. Em seguida apresenta-se quadro resumo do Investimento dos últimos 3 anos, em grandes rubricas:

INVESTIMENTO | Ótica Económica (Contas Individuais) (euros)	2022	2021	2020
Beneficiações de Infraestruturas	170 690	1 265 993	215 108
Beneficiações da Frota (Navios e Pontões)	436 831	1 207 259	974 994
Segurança	15 208	-	-
Investimentos Correntes	31 576	54 745	101 504
Total	**654 304**	**2 527 997**	**1 291 607**

Tabela 27 -Investimentos - Ótica económica (2020-2022)

Destacam-se em seguida os projetos desenvolvidos com o apoio do Fundo Ambiental:

- **A Otimização da frota da Soflusa (130 mil € | 20% do investimento)**
  No ano de 2022, foi dada continuidade ao projeto de aumento da lotação de 600 para 700 lugares da frota Damen, tendo sido concluída a instalação de novos berços e aquisição de novas jangadas, a formação aos tripulantes, bem como a emissão de novo Certificado de Navegabilidade pela DGRM.

Ilustração 4 – Piso Superior navio classe Damen com reposição dos assentos

- **A Mobilidade Sustentável no âmbito do Programa de Estabilização Económica e Social (507 mil €| 78% do investimento)**
  Após prorrogação[28] do protocolo FA-PEES foi possível dar continuidade aos projetos de investimento destacando-se, este ano, as grandes intervenções e revisões às máquinas principais dos navios Almeida Garrett, Damião de Goes e Gil Vicente (307 mil € | 47% do investimento), bem como, o investimento realizado nos Terminais[29] do Barreiro e do Terreiro do Paço (170 mil € | 26% do investimento).

Ilustração 5 - Bilheteira Barreiro remodelada

[28] Face a diversos constrangimentos, nomeadamente circunstâncias totalmente excecionais que decorreram da situação de pandemia por COVID-19, obrigando a ajustamentos permanentes no âmbito das ações necessárias à boa prossecução dos objetivos dos projetos, daí resultando atrasos não imputáveis à Soflusa, S.A, foi assinado, em dezembro de 2021, o 2.º aditamento ao protocolo n.º 23 de colaboração técnica e financeira, no âmbito do financiamento das medidas previstas no PEES com o Fundo Ambiental, o qual foi ainda alvo de novo aditamento já no final do ano de 2022, tendo sido prorrogado por mais um ano. Vide ponto 2. do presente relatório.

[29] *Vide* ponto 5.3.1.3 - Gestão das Infraestruturas (ILD)

Apresenta-se em seguida a evolução anual do Investimento realizado, bem como, a sua estrutura em 2022.

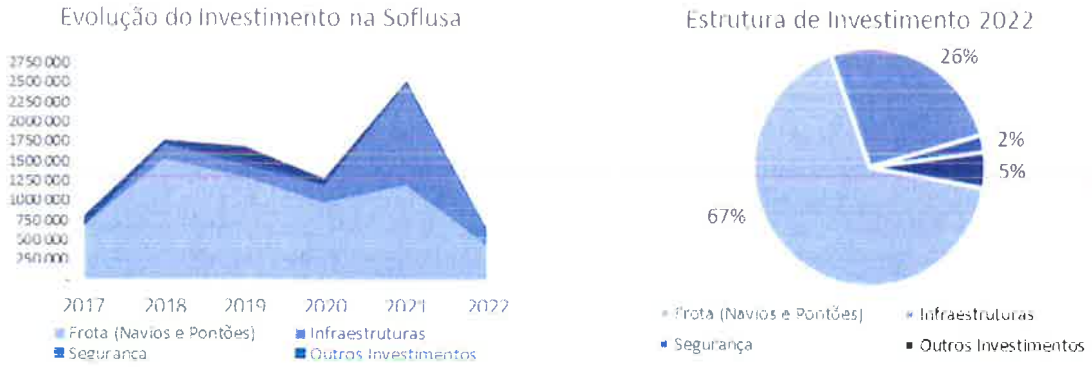


Gráfico 13 - Evolução e estrutura do Investimento (2022)

Como se pode observar, a estrutura é caracterizada pelo forte investimento na frota. Contudo, refira-se que no ano de 2022, o investimento apresenta valores abaixo dos últimos anos, tendo os projetos sido muito condicionados pelos constrangimentos orçamentais decorrentes da sujeição ao regime de duodécimos e orçamento transitório, que vigorou na empresa durante o 1º semestre, e pela não obtenção atempada dos reforços orçamentais solicitados (descativações e aplicação de saldo de gerência). A estes fatores, acresceu o efeito da conjuntura económica internacional.

No capítulo 9.1.c) encontra-se quadro de análise ao Plano de Investimentos previsto para 2022.

7.3.6. Estrutura Patrimonial

SITUAÇÃO PATRIMONIAL (Contas Individuais) (euros)	Var.2022/2021 %	Var.2022/2021 Abs.	2022	2021
Ativo	**-26,10**	**(5 370 546)**	**15 209 389**	**20 579 935**
Ativo não Corrente	-21,74	(2 548 573)	9 176 427	11 724 999
Ativo Corrente	-31,87	(2 821 974)	6 032 962	8 854 936
Património Líquido e Passivo	**-26,10**	**(5 370 546)**	**15 209 389**	**20 579 935**
Património Líquido	-49,63	(6 006 725)	6 095 693	12 102 418
Passivo não Corrente	6,80	508 966	7 996 357	7 487 391
Passivo Corrente	12,85	127 212	1 117 339	990 126

Tabela 28 - Evolução da situação Patrimonial (2021-2022)

a) **Ativo não Corrente.** O decréscimo de -22% (-2.549 mil €) decorre, essencialmente, do efeito líquido da depreciação e amortização acumulada no montante de -3.205 mil € e a capitalização dos novos investimentos efetuados no exercício no montante de +654 mil €, conforme mencionado no ponto anterior.

b) **Ativo Corrente.** Registou um decréscimo de -2.822 mil € refletindo, a redução do saldo da rubrica de **Caixa e depósitos bancários** -1.848 mil €, assim como, da rubrica **Outras Contas a receber** de -1.034 mil € valor relacionado com verbas a receber da Transtejo respeitante ao afretamento de navios, e reembolso das atividades acessórias, num total de 536 mil €, com regularizações de sinistros e indemnizações a receber, em consequência de incidentes e sinistralidades ocorridas com a frota de navios da Soflusa de 257 mil€, e verbas de receitas tarifárias decorrentes de repartição entre a Soflusa e outros operadores públicos de transporte, bem

como, receitas relativas a compensações tarifárias dos títulos 4_18, Sub23 e Social+ e Navegante (PART), no montante de 160 mil€.

c) **Património Líquido.** No final de 2022, a Soflusa apresentava Património Líquido positivo, no montante de 6.096 mil €, embora menos positivo face a 2021, representando uma variação de -6.007 mil € no período.
Esta variação reflete, essencialmente, o impacto do **Resultado Líquido do período**, negativo de -4.141 mil €, a redução na rubrica de **Outras variações no património líquido** de -1.866 mil €, correspondente ao valor da imputação de subsídios e transferências para investimentos em outros rendimentos do ano, isto é, reflete a amortização dos subsídios ao investimento efetuada no período e o reconhecimento, no exercício, de subsídios a receber nomeadamente, do Fundo Ambiental, no montante de 4.026 mil € no âmbito dos protocolos celebrados com a Soflusa, destinados à cobertura financeira dos projetos de investimento: (i) adaptação de navios para transporte de bicicletas, no valor de 19 mil €, (ii) aumento de lotação dos navios da classe Damen, no valor de 641 mil € e (iii) 3.366 mil € em projetos para a promoção da mobilidade, ao abrigo do Programa PEES[30]. Destaca-se, ainda, o decréscimo dos **Resultados Transitados** negativo resultante da incorporação do Resultado Líquido do Exercício de 2021 no montante de (-1.059.183 €).

d) **Passivo não Corrente.** Esta rubrica ascendeu a 7.996 mil €, refletindo um acréscimo líquido no período, no montante de +509 mil €. Esta variação contempla o reforço de **Financiamentos Obtidos**, pelo montante de 42.063 € (referente a encargos financeiros), sob a forma de empréstimo (capitalização de juros). No que respeita à rubrica **Provisões,** na qual se inclui montantes para fazer face aos riscos decorrentes de processos judiciais em curso (conforme já explicado, considerando o significativo valor desta provisão) pelo que esta rubrica apresenta um acréscimo de 467 mil €).

e) **Passivo Corrente.** O acréscimo no montante de 127 mil€ resulta, fundamentalmente, do aumento na rubrica de **Diferimento**s no montante de +79 mil € (respeitante a verbas de receita tarifária) e de **Outras contas a pagar** em +50 mil €.

7.3.7. Resultados Globais

7.3.7.1. Evolução de Resultados

No exercício de 2022, a Soflusa apresenta um Resultado Líquido negativo de -4.141 mil €, representando um agravamento do prejuízo em 291 %, face ao período homólogo.

Este agravamento resultou da impossibilidade de acomodar o aumento dos Gastos Operacionais de +3973 mil € (+24,7%) face a 2021, refletindo o impacto do aumento dos preços dos combustíveis e da generalidade dos bens e serviços, não obstante se ter verificado um aumento de Rendimentos Operacionais, +891 mil € (+5,9%), conforme se explica nos pontos seguintes deste documento.

Resultados (Contas Individuais) Unidade : Euro	Var.2022/2021 %	Var.2022/2021 Abs.	2022 SNC-AP	2021 SNC-AP	2020 SNC-AP
Resultado Operacional	**303,6**	**(3 081 893)**	**(4 096 894)**	**(1 015 001)**	**962 331**
EBITDA	(144,5)	(2 896 870)	(892 133)	2 004 737	3 789 472
Resultado Financeiro	**(0,4)**	**160**	**(42 334)**	**(42 495)**	**(36 174)**
Resultado Líquido	**290,9**	**(3 081 432)**	**(4 140 614)**	**(1 059 183)**	**866 181**

Tabela 29 - Resultados (2020-2022)

[30] Vide ponto 2 - Factos relevantes, e ainda o ponto 7.3.5. - Investimento, do presente relatório.

7.3.7.2. Evolução dos Rendimentos Operacionais

Na análise gráfica ao Rendimento operacional, observa-se, em 2022, o aumento de rendimentos operacionais e a recuperação do nível de rendimentos do ano de 2019 (ano que se verificava uma tendência positiva de receitas da atividade, associada à maior retenção de clientes no transporte público). Este aumento considera o efeito conjugado da compensação atribuída no âmbito do Contrato de Serviço Público (CSP)[31], das compensações tarifárias[32] dos passes 4_18@escola.tp, sub23@superior.tp e Social+, bem como, a continuação do recebimento de verbas ao abrigo do Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes Públicos (PART) e o aumento dos rendimentos diretos da atividade de serviço de transporte de passageiros.

Salienta-se que o ano de 2022, foi um ano de significativa recuperação de receitas diretas da atividade, após o impacto decorrente da redução do número de passageiros devido ao contexto económico e social da situação de pandemia, que marcou os anos de 2020 e 2021.

Por último, evidencia-se na série histórica, o impacto da redução das indemnizações compensatórias logo após 2014 (último ano de vigência do contrato de prestação do serviço público, celebrado com o Estado para o período 2012-2014), e um novo ciclo, assinalado pelo recebimento de compensações em 2020, ano do início do cenário pandémico caracterizado por dificuldades de tesouraria, que suscitaram medida de apoio urgente à empresa, em conformidade com o modelo de financiamento do CSP que se encontrava em fase de negociação (apoio enquadrado pela RCM nº 41-A/2020 de 09 de junho). Evidencia-se também o efeito das compensações atribuídas em 2021 e 2022, já enquadradas no âmbito do novo CSP, celebrado para o período 2021 -2025.

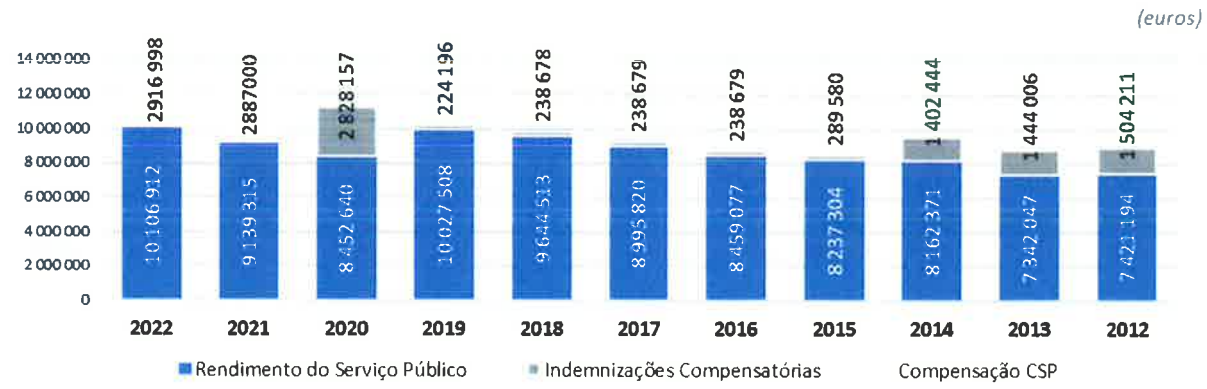


Gráfico 14 - Evolução dos Rendimentos Operacionais (2012-2022)

Na análise comparativa sobre os **Rendimentos Operacionais (+891 mil € | +5,9%)**, conforme detalhe apresentado na tabela seguinte, destaca-se:

- Aumento do **Rendimento do Serviço Público (+968 mil € | +10,6%) -** Apesar da diminuição da compensação ao abrigo do Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART)[33] (-981 mil € |-23%), a recuperação de passageiros possibilitou o aumento em receitas diretas da atividade (+1.949 mil €| +40%), face a 2021.

[31] Sobre o Contrato de Serviço Publico, celebrado entre a Soflusa e a Transtejo, para o período 2021 -2025, vide ponto 1.2. do presente relatório.
[32] Vide Passe 4_18@escola.tp, criado pelo Decreto-Lei n.º 186/2008, de 19 de setembro, na sua redação atual; Passe sub23@superior.tp, criado pelo Decreto-Lei n.º 203/2009, de 31 de agosto, na sua redação atual e Passe Social+, regulado pela Portaria n.º 272/2011, de 23 de setembro.
[33] De acordo com o regime jurídico subjacente ao PART, publicado no Decreto-Lei nº 1-A/2020 de 03 de janeiro, foram estabelecidas medidas de compensação a assegurar pelas Autoridades de Transporte, no pressuposto que a adoção do PART não pode agravar o défice operacional das empresas públicas.

- Foram mantidos, em 2022, os níveis de **Compensações Tarifárias**[34], referentes a títulos de transporte subsidiados pelo Estado (Passe Social +, 4_18 e Sub-23), de 2021.
- Aumento global da **Compensação CSP** (30 mil € | +1%), repartida nas 2 componentes previstas no contrato: Disponibilidade de Infraestruturas (886 mil €| +16 mil | +1,8%) e Cumprimento da Obrigação de Serviço Público (2.031 mil €| +14 mil € | +0,7%).
- Diminuição dos rendimentos de atividades acessórias (-45,5 mil € | -6,9%), apesar do aumento na venda de cartões para passes (+43,8%), e das receitas das concessões relativas a aluguer de espaços comerciais, incluindo o parque de estacionamento do Barreiro (+39%), a indisponibilidade da frota, levou a um decréscimo de receita relacionada com o afretamento de navios à Transtejo (-30,5%), e de concessão de espaço para publicidade (-21,8%).

Rendimentos Operacionais (Contas Individuais) Unidade: Euro	Var.2022/2021		2022	2021	2020
	%	Abs.	SNC-AP	SNC-AP	SNC-AP
Rendimento do Serviço Público (Transporte Passageiros)	**10,6**	**967 597**	**10 106 912**	**9 139 315**	**8 452 640**
Subsídios à Exploração	**0,9**	**29 958**	**3 198 782**	**3 168 824**	**3 065 017**
Indemnizações Compensatórias	-	-	-	-	2 828 157
Compensações Tarifárias	(0,0)	(39)	281 785	281 824	236 861
Compensação CSP - DI	1,8	15 948	885 948	870 000	-
Compensação CSP - OSP	0,7	14 050	2 031 050	2 017 000	-
Outros Rendimentos e Ganhos	**0,6**	**14 343**	**2 492 705**	**2 478 362**	**2 350 360**
Alugueres, vendas de cartões passe e Ativ. Turística	(6,9)	(45 516)	613 544	659 061	689 296
Ganhos em investimentos não financeiros	-	-	-	-	57 461
Subsídios ao Investimento (afetação ao período)	11,7	195 931	1 866 110	1 670 179	1 596 897
Outros	(91,2)	(136 072)	13 050	149 122	6 705
Reversões	**(38,1)**	**(120 428)**	**195 721**	**316 149**	**558 871**
TOTAL	**5,9**	**891 470**	**15 994 119**	**15 102 650**	**14 426 888**

Tabela 30 - Rendimentos Operacionais (2020-2022)

Em 2022, os rendimentos provenientes da **prestação de serviços** representaram 63% da estrutura total de rendimentos, assinalando-se um aumento (2%) da sua relevância na estrutura face ao ano de 2021, em contrapartida da diminuição da relevância dos **Subsídios à Exploração**. Sem alteração da sua quota, de 16%, permaneceram os **Outros rendimentos e Ganhos**.

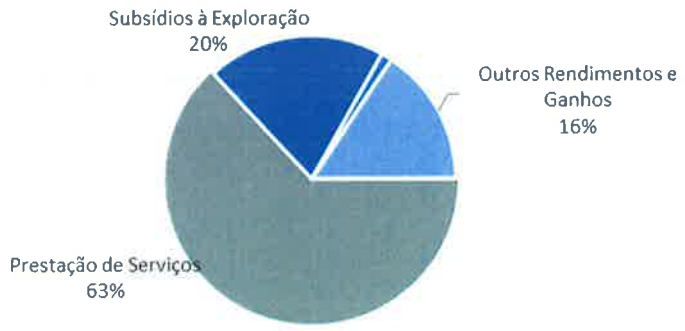


Gráfico 15 - Estrutura de Rendimentos (2022)

[34] Vide ponto 7.3.4 Esforço financeiro do Estado, do presente relatório.

7.3.7.3. Evolução dos Gastos

Na análise gráfica ao Gastos operacionais, observa-se, em 2022, um aumento muito significativo (+3.973 mil € | +24,6%). Este aumento, encontra-se, essencialmente, associado ao contexto económico (aumento generalizado dos preços dos bens e serviços), destacando-se o acréscimo dos gastos com aquisição de gasóleo (+2.714 mil€ | +77,7%), decorrente do súbito aumento do preço dos combustíveis e os gastos em conservação e reparação da frota (+413 mil € | +12,6%) associado aos ciclos de manutenção contemplados no novo contrato de manutenção global e também ao preço dos materiais, designadamente alumínio. Com relevância também para o aumento de gastos operacionais, destacam-se as Provisões do período, associadas aos Processos judiciais em curso (+576 mil € | +664%).

Gráfico 16 – Evolução dos Gastos Operacionais (2012-2022)

Em 2022, a estrutura de gastos caracteriza-se pelo aumento da relevância do peso do Custo das Matérias Consumidas (31,2%) e das Provisões (3,3%), em contrapartida dos restantes gastos. Releve-se, ainda, o facto de que o Custo das Matérias Consumidas, os Fornecimentos e Serviços Externos e os Gastos com Pessoal representam em conjunto 80% do total de Gastos.

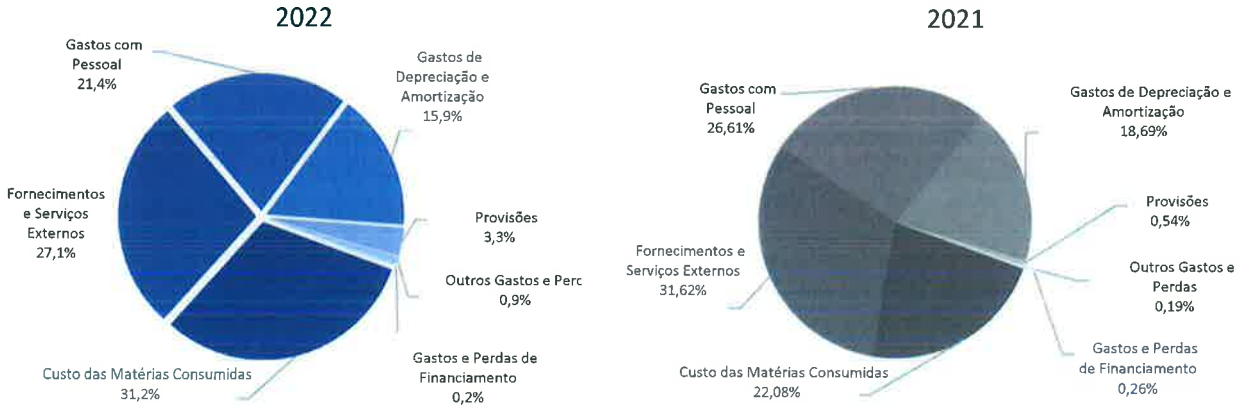


Gráfico 17 - Estrutura de Gastos (2021 - 2022)

A evolução dos Gastos totais por natureza, nos anos de 2020 a 2022, detalha-se no quadro seguinte.

GASTOS (Contas Individuais) Unidade: euro	Var.2022/2021 %	Var.2022/2021 Abs.	2022 SNC-AP	2021 SNC-AP	2020 SNC-AP
Custo das Matérias Consumidas	75,9	2 709 601	6 278 262	3 568 661	2 689 972
Fornecimentos e Serviços Externos	6,7	344 375	5 454 758	5 110 383	3 820 890
Gastos com Pessoal	0,0	1 422	4 302 361	4 300 939	3 988 175
Gastos de Depreciação e Amortização	6,1	185 023	3 204 761	3 019 738	2 827 142
Perdas por Imparidade	-	-	-	-	-
Provisões	664,2	575 917	662 624	86 707	108 228
Outros Gastos e Perdas	502,9	157 025	188 248	31 223	30 149
Gastos Financeiros	(0,4)	(160)	42 334	42 495	36 174
TOTAL	**24,6**	**3 973 203**	**20 133 348**	**16 160 145**	**13 500 731**

Tabela 31 - Síntese de Gastos (2020-2022)

Na análise dos Gastos Operacionais registados no exercício, merecem referência as seguintes rubricas:

a) **Custo das Matérias Consumidas** (+2.710mil € | +76%) - relativamente ao período homólogo, releva-se o acréscimo nos gastos com combustível para as embarcações (+ 2.715 mil €, +78%).

CMCMV (Contas Individuais) Unidade: euro	Var.2022/2021 %	Var.2022/2021 Abs.	2022 SNC-AP	2021 SNC-AP	2020 SNC-AP
Consumo de Gasóleo	77,7	2 714 864	6 207 860	3 492 996	2 635 430
Consumo de Lubrificantes	6,1	3 684	64 413	60 729	54 542
Consumo de Bilhetes	(59,9)	(8 947)	5 989	14 936	-
TOTAL	**75,9**	**2 709 601**	**6 278 262**	**3 568 661**	**2 689 972**

Tabela 32 - Detalhe CMVMC (2020-2022)

A variação do preço do combustível constitui um fator exogéneo, forte condicionante dos objetivos de redução de gastos operacionais. Como se demonstra no gráfico seguinte, os últimos dez anos foram marcados pela irregularidade e em 2022 o custo médio por litro teve um aumento histórico.

Gráfico 18 - Evolução do custo anual médio (€/L) de Gasóleo consumido (2012-2022)

No ano em análise, registou-se um aumento do preço médio por litro (+0,44€/L) face ao ano anterior conduziu a um acréscimo deste gasto (+2.715 mil €), apesar de se ter verificado uma ligeira redução da quantidade de combustível consumida (-121 mil L), resultado de um menor número de circuitos associados a formação, testes/manutenção e retorno ao cais sem passageiros, por indisponibilidade de navios.

GASÓLEO	Var.2022/2021		2022	2021
Gasto do consumo na operação SL (euros)	77,72%	2 714 864	6 207 860	3 492 996
Quantidades consumidas (litros)	-1,89%	-120 868	6 284 221	6 405 089
Custo médio por litro	81,14%	0,44 €\L	**0,99 €\L**	**0,55 €\L**

Tabela 33 - Indicador de consumo de Gasóleo na Exploração (2021-2022)

b) Fornecimentos e Serviços Externos (+344 mil € | +6,7%) - comparativamente ao período homólogo, destaca-se o acréscimo nos gastos com conservação e reparação frota (+ 413 mil €, +12,6%).

FSE (Contas Individuais) unidade: Euro	Var.2022/2021 %	Var.2022/2021 Abs.	2022 SNC-AP	2021 SNC-AP	2020 SNC-AP
Conservação e reparação *(frota Navios e Pontões)*	12,6	412 549	3 688 648	3 276 099	2 083 679
Conservação e reparação *(outra)*	(55,4)	(48 865)	39 314	88 180	130 511
Trabalhos Especializados	(17,5)	(85 940)	404 758	490 698	327 753
Seguros	1,9	6 082	333 020	326 938	351 352
Vigilância e Segurança	1,3	4 537	341 544	337 007	315 892
Combustíveis	27,3	1 103	5 138	4 035	3 616
Limpeza, Higiene e Conforto	15,5	32 151	239 115	206 963	239 045
Rendas e Alugueres	1,1	1 696	152 482	150 785	154 785
Comunicação	(57,2)	(11 812)	8 835	20 647	28 580
Publicidade	(41,5)	(17 252)	24 274	41 526	6 991
Eletricidade + Água	46,2	30 503	96 527	66 023	79 395
Honorários	(100,0)	(347)	-	347	11 578
Outros Afretamentos	127,0	2 858	5 108	2 250	-
(Outros)	17,3	17 111	115 996	98 885	87 713
TOTAL	**6,7**	**344 375**	**5 454 758**	**5 110 383**	**3 820 890**

Tabela 34 - Detalhe de FSE (2020-2022)

Apresenta-se em seguida a estrutura das rubricas de FSE, do ano de 2022:

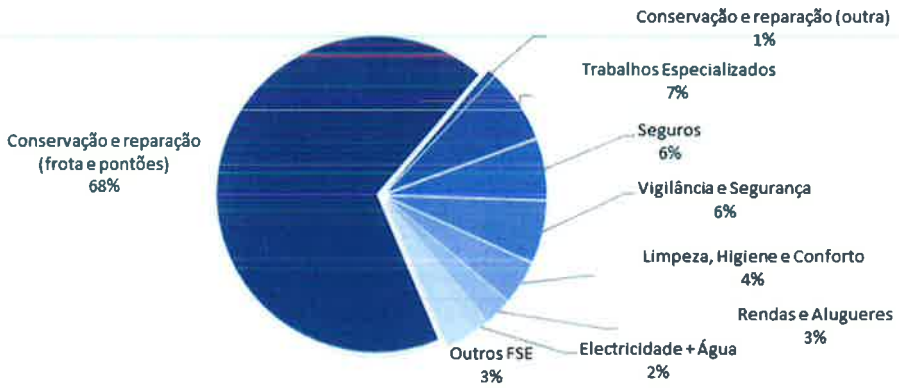


Gráfico 19 - Estrutura de FSE (2022)

Considerando a sua relevância merecem destaque as seguintes rúbricas, que se apresentam com indicação da variação face ao período homólogo de 2021:

i. **Conservação e reparação (frota)** (+412mil € | +13%| **68% Estrutura**) – A variação dos gastos de conservação da frota está associada ao plano de intervenção na frota de navios e pontões, contemplando os efeitos dos ciclos de manutenção preventiva dos motores principais, estando também sujeita a um conjunto de intervenções pontuais decorrentes de avarias ou situações imprevistas (intervenções inopinadas). O valor registado nesta rubrica corresponde ao contrato de serviços externos de manutenção global. Destacam-se intervenções nas seguintes unidades: Damião de Goes, Gil Vicente, Almeida Garrett, e Cesário Verde.

ii. **Trabalhos Especializados** (-86 mil € | -18% | **7,4% Estrutura**) – Rúbrica que inclui os serviços externos de amarração prestado nas operações de atracação das embarcações, de abastecimento de navios e contempla, na subconta "assistências e avenças", os vários contratos de prestação de serviços de assistência técnica

especializada (manutenção de equipamentos em regime de contrato de avença). Agrega, também, trabalhos especializados diretamente associados às atividades de manutenção da frota: vistorias e emissão de certificações estatutárias e de classe, inclui também a contratação de outros serviços especializados, visando colmatar a ausência de valências internas, designadamente, consultorias jurídicas, contabilista certificado, consultorias no âmbito do RGPD, e de monitorização do CSP.

iii. **Seguros** (+ 6 mil € | +2% | **6,1% Estrutura**) – Prémios de seguros de diversos ramos, com destaque para o ramo marítimo de cascos referente aos 11 navios que compõem a frota da Soflusa. A variação encontra-se relacionada com a atividade, especialmente, com o n.º de passageiros transportados, massa salarial, e n.º de navios em riscos de navegação e em riscos de porto.

iv. **Vigilância e Segurança** (+4,5 mil € | +1% | **6,3% Estrutura**) – Gastos decorrentes dos serviços de vigilância e segurança humana e policiamento gratificado prestado nos Terminais Fluviais da empresa e gastos dos serviços de recolha e transporte de valores. Assinala-se um aumento face aos valores de 2021, originado, nomeadamente, pelo aumento do Rendimento Mínimo Mensal Garantido (RMMG)[35].

v. **Limpeza, higiene e Conforto** (+32 mil € | +16% | **4,4% Estrutura**) – Gastos decorrentes dos serviços de limpeza da frota e instalações, refletindo ainda o reforço das medidas de saúde pública, e segurança dos clientes e trabalhadores. Este aumento deve-se, essencialmente, ao facto de ter existido um menor poder de negociação para a aquisição destes serviços com prazos de vigência menores, mas também à relevância nesses contratos da componente de mão de obra, também esta sujeita ao RMMG.

vi. **Rendas e alugueres** (+1 mil € | +1% | **2,8% Estrutura**) – Gastos, essencialmente, decorrentes das rendas das instalações no Barreiro, cuja atualização é periódica, e gastos de alugueres de equipamentos.

c) **Gastos com Pessoal** (+ 1 mil €| +0,03%) – Foram mantidos os níveis do ano 2021. Contudo, destaca-se, as variações ocorridas na rubrica de indemnizações (-203 mil € | -79%), estas na sua maioria associadas a processos judiciais [36], e ao aumento de trabalho extraordinário (+170 mil€ | 92,3%), por forma a colmatar a falta de pessoal operacional[37] necessário à atividade da empresa.

Gastos com Pessoal *(Contas Individuais)* unidade:Euro	Var.2022/2021 %	Var.2022/2021 Abs.	2022 SNC-AP	2021 SNC-AP	2020 SNC-AP
Remunerações dos Órgãos Sociais	-	1 297	1 297	-	-
Vencimentos e Outras Remunerações	(1,4)	(35 261)	2 566 437	2 601 699	2 507 742
Subsídios de Férias e Natal	(1,8)	(5 952)	330 076	336 028	319 332
Trabalho Extraordinário	92,3	170 088	354 374	184 286	261 236
Encargos sobre Remunerações	(0,6)	(4 250)	738 351	742 601	696 877
Indemnizações	(79,3)	(202 942)	53 136	256 077	306
Seguros (Saúde e Acidentes trabalho)	11,0	15 593	156 710	141 117	141 546
Gastos extra processamento [1]	160,6	62 849	101 979	39 130	61 136
TOTAL	**0,0**	**1 422**	**4 302 361**	**4 300 939**	**3 988 175**

Notas: (1) - Inclui: fardamentos, formação, assistência médica e outros

Tabela 35 - Detalhe de Gastos com Pessoal (2020-2022)

d) **Provisões do Período** (+576 mil € | +664%) – é a rubrica de gastos operacionais que apresenta o 2º maior aumento face ao período homologo (logo a seguir ao consumo de gasóleo). Este montante reflete o impacto extraordinário

[35] Vide Decreto-Lei 109-A/2020, de 31 de dezembro (€ 665) e Decreto-Lei 109-B/2021, de 7 de dezembro (€ 705).
[36] Processos judiciais relacionados com a reposição de abonos variáveis a trabalhadores (situação que se mantém em desenvolvimento).
[37] Conforme identificado no ponto 4.1.1.2 – taxa de regularidade, a falta de pessoal originou 127 supressões.

associado ao reconhecimento do risco associado à condenação da Soflusa ao pagamento de indemnizações a trabalhadores no âmbito de processos judiciais relacionados com a componente remuneratória.

e) **Gastos de Depreciação e Amortização** (+185 mil € | +6,1%) - acréscimo face ao período homólogo. Este incremento está associado às amortizações dos novos investimentos (vide 7.3.5. do presente relatório).

f) **Outros Gastos e Perdas** (+157 mil€ | +503%) -acréscimo em relação ao ano transato. Este incremento encontra-se, essencialmente, associado a gastos decorrentes de Sinistros ocorridos com a frota (76 mil €)[38] correções de impostos diretos relativos a períodos anteriores (15 mil €) e a um acordo extrajudicial (58,7 mil€).

g) **Gastos e Perdas de Financiamento** (-160€ | -0,04%) - Manteve os níveis em relação ao período homólogo[39]. Inclui gastos em juros de financiamento de médio e longo prazo, no montante de 42 mil €, debitados pela Transtejo, referentes ao serviço da dívida dos financiamentos obtidos.

Gastos de Financiamento (Contas Individuais) Unidade: Euro	Var.2022/2021		2022	2021	2020
	%	Abs.	SNC-AP	SNC-AP	SNC-AP
Outros Juros (Apoio financeiro Transtejo, S.A.)	0,8	318	42 077	41 759	36 174
Outros Gastos de Financiamento	(65,0)	(479)	257	736	-
TOTAL	**(0,4)**	**(160)**	**42 334**	**42 495**	**36 174**

Tabela 36 - Gastos de Financiamento (2020-2022)

[38] Vide ponto 5.1.4 Sinistralidade e ainda ponto 5.3.1.2. Gestão e Manutenção da frota, para maior detalhe.
[39] Vide ponto 7.3.2. e 7.3.3. do presente relatório.

8. Governo Societário

Nos termos do Regime Jurídico do Sector Público Empresarial, estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, as empresas públicas estão obrigadas a elaborar, anualmente, um "Relatório de boas práticas de Governo Societário", no qual deverá constar informação atual e completa sobre todas as matérias reguladas no Capítulo II – "Princípios de Governo Societário" do referido Decreto-Lei.

Neste sentido, dando cumprimento ao disposto no n.º 1 do artigo 54.º do diploma supra identificado, bem como as orientações sobre o processo de prestação de contas de 2022, transmitidas através do ofício n.º 631/2023, de 10.02.2023, será elaborado um relatório de Governo Societário referente ao ano de 2022, que se publicará em documento autónomo.

	Relatório do Governo Societário	Identificação		Divulgação	
		S	N	S	N
I.	**Sumário Executivo**	√		√	
II.	**Missão, Objetivos e Políticas**	√		√	
III.	**Estrutura de Capital**	√		√	
IV.	**Participações Sociais e Obrigações legais detidas**	√		√	
V.	**Órgãos Sociais e Comissões**	√		√	
A.	Modelo de Governo	√		√	
B.	Assembleia Geral	√		√	
C.	Administração e Supervisão	√		√	
D.	Fiscalização	√		√	
E.	Revisor Oficial de Contas	√		√	
F.	Conselho Consultivo (caso aplicável)		√		√
G.	Auditor Externo (caso aplicável)	√		√	
VI.	**Organização Interna**	√		√	
A.	Estatutos e comunicações	√		√	
B.	Controlo interno e gestão de riscos	√		√	
C.	Regulamentos e códigos	√		√	
D.	Deveres especiais de informação	√		√	
E.	Sítio na internet	√		√	
F.	Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral	√		√	
VII.	**Remunerações dos Órgãos Sociais**	√		√	
A.	Competência para a determinação	√		√	
B.	Comissão de fixação de remunerações	√		√	
C.	Estrutura das remunerações	√		√	
D.	Divulgação das remunerações	√		√	
VIII.	**Transações com partes relacionadas e Outras**	√		√	
IX.	**Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económicos, social e ambiental**	√		√	
X.	**Avaliação do Governo Societário**	√		√	
XI.	**Anexos do Relatório**	√		√	

Tabela 37 – Grelha-resumo das boas práticas de governação

Para além da informação sobre o governo da sociedade, que consta do documento acima mencionado, a Soflusa disponibiliza esta informação no sítio eletrónico da empresa - https://ttsl.pt/ - bem como no sítio eletrónico do Setor Empresarial do Estado, através da sua empresa-mãe Transtejo - http://www.dgtf.gov.pt - mantendo-a atualizada.

9. Cumprimento das Orientações Legais

Dando cumprimento ao ofício-circular da DGTF - "Instruções sobre o processo de prestação de contas referente a 2022", de 10.02.2023, apresenta-se detalhe da informação solicitada, que segue o esquema do respetivo Anexo I:

1 Objetivos de gestão (artigo 38.º de RJSPE) e Plano de Atividades e Orçamento

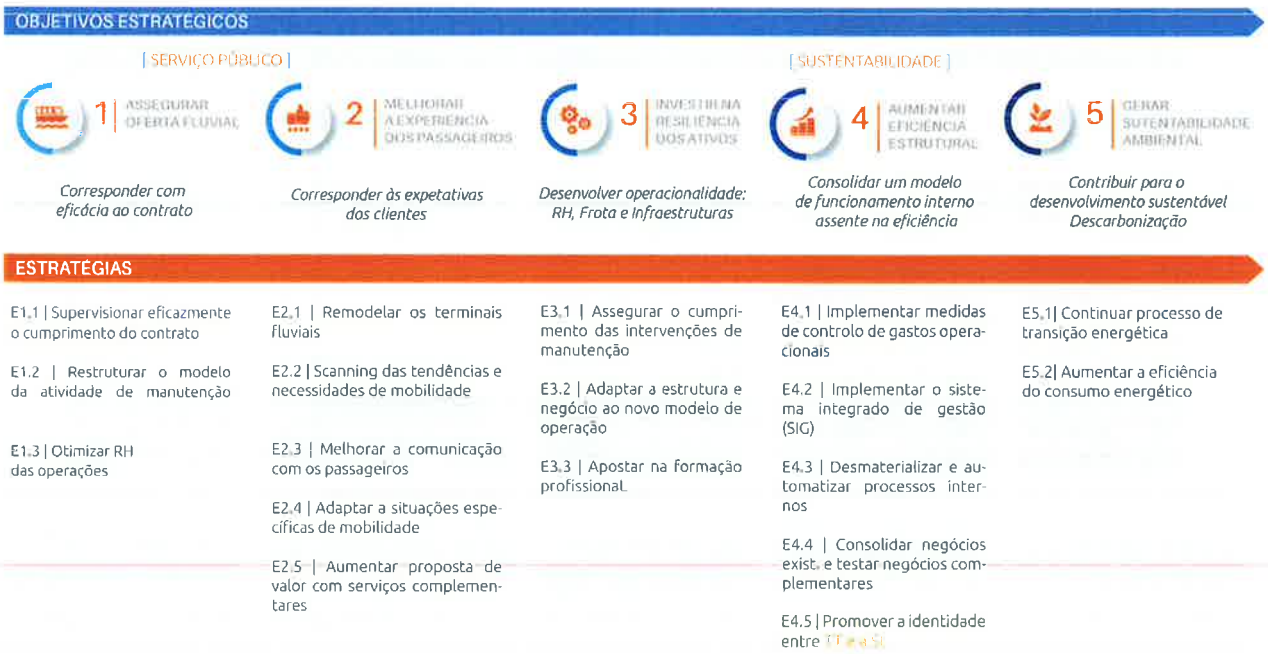
1.a) Objetivos de gestão

No âmbito dos Princípios de Governo Societário, o art.º 38º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, determina o conteúdo e exercício da função Acionista, integrando a definição de **orientações a aplicar no desenvolvimento da atividade empresarial**, e os **principais objetivos de gestão e resultados a alcançar pelos titulares dos Órgãos de Gestão, nomeados para cada triénio**.

O Conselho de Administração deu cumprimento, em 2022, às orientações recebidas do Acionista, e ao cumprimento dos regulamentos e normativos legais a que a empresa se encontra sujeita, designadamente, a Lei do Orçamento de Estado para 2022 e o Despacho n.º 682/2021 de 29.07.2021 do Senhor Secretário de Estado do Tesouro relativo às "Instruções sobre a elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão para 2022", apesar de não terem sido celebrados os Contratos de Gestão.

Procurou ainda, em toda a sua atuação, seguir a estratégia definida pelo Governo, no âmbito da promoção da mobilidade sustentável e descarbonização da economia, tendo em julho de 2021, aprovado o Plano Estratégico para 2021-2022[40].

Apresenta-se, em seguida, resumo dos objetivos a alcançar e respetivas estratégias definidas no Plano Estratégico:



[40] Vide documento em "documentos oficiais" no website www.ttsl.pt.

Apresenta-se, ainda, neste contexto, um conjunto de indicadores de monitorização de 2022, destinados a acompanhar o cumprimento dos objetivos operacionais da Soflusa:

	INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO		ORÇAMENTO 2022	REAL 2022	Variação	Grau de Execução
1	**Rendimentos do Serviço Público (VN)**	10^3 €				
	Prestação de Serviços Tráfego de Passageiros + PART		8 504	10 107	1602	119%
2	**Margem do EBITDA**	(%)				
	EBITDA (€) / Volume de Negócios (Prestação de Serviços + PART)		6,2%	-8,8%	-0,15 pp	-1,43 pp
3	**Prazo Médio Pagamentos (PMP)**	Dias				
	Prazo Médio Pagamentos (PMP)		30	27	-3	91%
4	**Consumo de combustível por LKO**	Litros				
	Consumo de combustível (litros) / LKO - Lugares Km Oferecidos		0,024 L	0,027 L	0,003 L	112%
5	**Gastos de Manutenção por LKO**	(€)				
	Gastos de Manutenção (€) / LKO - Lugares Km Oferecidos		0,015 €	0,016 €	0,001 €	104%
6	**Taxa de cobertura dos Gastos Operacionais**	(%)				
	Rendimentos Operacionais (Sem IC's) (€) / Gastos Operacionais		60,9%	64,7%	3,85 pp	3,85 pp
7	**Gastos Operacionais por Passageiro Transportado**	(€)				
	Gastos Operacionais (€) / Nº total Passageiros Transportados		2,13 €	2,02 €	-0,11 €	95%
8	**Taxa de Absentismo *(a aferir após desempenho)***	(%)				
	Taxa de Absentismo			16,3%		
9	**Grau cumprimento Plano de Investimentos**	(%)				
	Grau cumprimento Plano de Investimentos			37,3%		0,37 pp
10	**Índice Qualidade da Oferta *(a aferir após desempenho)***					
a)	**Nº Reclamações por mil PT**			0,04		4%
b)	**Regularidade**			92,5%		92,5%
c)	**Nº acidentes com passageiros por mil PT**			0,2%		0,2%

Tabela 38 - Indicadores de Gestão (2022)

De acordo com o quadro anterior, é possível fazer as seguintes considerações relativamente aos indicadores de acompanhamento:

Prestar um serviço público de qualidade (Indicador 10) - Apesar de não ter sido definido objetivo para 2022 nas várias componentes deste indicador, é, contudo, possível afirmar que (a) o n.º de reclamações por mil PT e o n.º de acidentes com passageiros por mil PT permanecem reduzidas e que (b) a regularidade, determinada pela percentagem de viagens realizadas face às planeadas, foi aproximadamente de 92,5%; (vide informação adicional nos pontos 4.1.1.2 - Regularidade, 4.1.3.3 - reclamações e 5.1.4 - sinistralidade, do presente relatório).

Promover o consumo eficiente de recursos (Indicadores 4, 5 e 7) - verifica-se um ligeiro incremento no indicador de consumo de combustível por LKO motivado pelo aumento do consumo por viagem associado ao incremento do peso da estrutura do navio, nomeadamente devido ao incremento de mais 100 lugares na classe Damen[41], mas também pela necessidade de limpeza dos cascos dos navios em operação. Registou-se, também, um acréscimo de gastos de manutenção por LKO face ao previsto, devido, essencialmente, ao aumento de preços dos bens e serviços. Relativamente aos gastos operacionais por passageiro transportado, verifica-se uma ligeira melhoria, traduzindo a recuperação da procura registada.

Criar valor para o Acionista (Indicadores 6 e 2) - a taxa de cobertura dos Gastos Operacionais apresenta uma variação positiva, motivada pelo aumento dos rendimentos da prestação da atividade, por outro lado verifica-se uma variação negativa da margem do EBITDA, face ao previsto. Para este resultado, contribui o agravamento dos gastos operacionais, sujeitos aos impactos extraordinários já referidos (súbito aumento do custo dos recursos energéticos e elevado montante de reforço de provisões do exercício).

[41] Sobre o projeto de Aumento de Lotação vide ponto 7.3.5 - Investimento realizado.

1.b) Execução do Plano de Atividades e Orçamento

O seguinte quadro, evidencia a execução do Plano de Atividades e Orçamento (PAO) de 2022 no que diz respeito aos princípios financeiros de referência, investimento e quadro de pessoal:

INDICADORES (Contas Individuais) Unidade: Euro	PAO 2022	REAL 2022	Desvio Abs.	Desvio %
Resultado Líquido	**(3 019 433)**	**(4 140 614)**	**(1 121 181)**	**27,1%**
EBITDA	**526 121**	**(892 133)**	**(1 418 254)**	**159,0%**
Resultado Operacional (líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor)	**(2 974 133)**	**(3 629 991)**	**(655 858)**	**18,1%**
Volume de negócios	**14 665 889**	**13 932 289**	**(733 601)**	**95,0%**
Prestação de Serviços Tráfego de Passageiros	5 335 347	6 837 542	1 502 195	128,2%
PART	3 169 127	3 269 370	100 243	103,2%
Compensações Tarifárias (4_18, Sub23, Social.+)	249 658	281 785	32 126	112,9%
Compensação Contrato Serviço Publico (DI+OSP)	3 222 550	2 916 998	(305 553)	90,5%
Compensação Adicional (conjuntura COVID-19)	1 645 513		(1 645 513)	0,0%
Atividades Acessórias	1 043 694	613 544	(430 150)	58,8%
Outros rendimentos		13 050	13 050	
Endividamento				
Acionista TRANSTEJO - M/L Prazo	8 515 582	7 244 433	(1 271 149)	-17,5%
Divida Financeira Líquida / EBITDA	**4,61**	**4,52**	**(,09)**	**98,0%**
Valor do Endividamento reduzido das disponibilidades	2 424 432	(4 029 215)	(6 453 646)	-166,2%
Gasóleo - Custo Total	**3 400 000**	**6 207 860**	**2 807 860**	**45,2%**
Consumo *(litros)*	6 296 296 L	6 386 621 L	90 325 L	1,4%
Preço médio / litro	0,54	0,97	0,43	44,4%
Plano de Investimentos	**1 752 722**	**654 304**	**-1 098 418**	**-167,9%**
Frota - Navios e Pontões	1 401 724	436 831	(964 893)	-220,9%
Infraestruturas (ILD's)	15 000	170 690	155 690	91,2%
Investimentos Correntes			-	
- Segurança	149 998	15 208	(134 790)	-886,3%
- informação ao público	185 000	5 239	(179 761)	-3431,2%
- Equipamentos Sociais e Administrativos	1 000	1 750	750	42,9%
Quadro de Pessoal				
Nº Médio de Efetivos	150	137	(13)	-9,4%
Nº de trabalhadores a 31.dez	153	137	(16)	-11,7%

Tabela 39 - Indicadores de Execução PAO (2022)

1.c) Investimento

Em seguida, apresenta-se quadro do Plano de Investimento 2022, com respetiva execução:

Plano de Investimento	PAO 2022	Executado 2022							Desvio (PAO vs Executado)	(Observações/ medidas)
		Total	Fontes de Financiamento							
			Autofinanciamento (Receitas próprias)	OE	Endivid.	Fundos Comunitários	PRR	Outras*		
Aquisição/Construção de Navios e Pontões	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	
Beneficiações da Frota	**1 365 724**	**307 020**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**307 020**	**-1 058 704**	**FA - PEES**
Grande Intervenção - Navio ALMEIDA GARRETT	90 112	90 112	0	0	0	0	0	90 112	0	FA - PEES
Grande Intervenção - Navio DAMIÃO DE GOES	185 500	126 796	0	0	0	0	0	126 796	-58 704	FA - PEES
Grande Intervenção - Navio PEDRO NUNES	500 000	0	0	0	0	0	0	0	-500 000	
Grande Intervenção - Navio GIL VICENTE	90 112	90 112	0	0	0	0	0	90 112	0	FA - PEES
Grande Intervenção - Navio CESÁRIO VERDE	500 000	0	0	0	0	0	0	0	-500 000	
Outros Investimentos (Frota)	**36 000**	**129 811**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**129 811**	**93 811**	**FA - Aumento Lotação**
Beneficiações de Infraestruturas	**15 000**	**170 690**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**170 690**	**155 690**	**FA - PEES**
Segurança	**149 998**	**15 208**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**15 208**	**-134 790**	**FA - PEES**
Informação ao Público	**185 000**	**5 239**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**5 239**	**-179 761**	**FA - PEES**
Equipamentos Sociais e Administrativos	**1 000**	**1 750**	**1 750**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**750**	
Bilhética e Controlo de Acessos	**0**	**12 822**	**6 946**	**0**	**0**	**0**	**0**	**5 876**	**12 822**	**FA - PEES e Receita Própria**
Sistemas e Tecnologias de Informação	**0**	**10 030**	**10 030**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**10 030**	
Outros Investimentos	**0**	**1 735**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**1 735**	**1 735**	**FA - PEES**
Valor total do Investimento	**1 752 722**	**654 304**	**18 726**	**0**	**0**	**0**	**0**	**635 578**	**-1 108 447**	

Nota: * FA- Fundo Ambiental

Tabela 40 - Plano de Investimentos (execução 2022)

Os investimentos foram na sua grande maioria financiados ao abrigo de protocolos com o Fundo Ambiental (97%), conforme já evidenciado neste relatório[42], tendo o restante investimento (18 mil €) sido financiado através de receita própria, nomeadamente, os investimentos com a aquisição de Software Implementação do GIST3 (software de gestão de escalas), a conclusão do projeto de atualização dos concentradores estação (que permite, nomeadamente interagir com 2 sistemas centrais distintos, como mapear nos validadores todos os títulos válidos para o novo destino, e mapear os navios desse destino), a substituição de equipamentos, tais como concentrador e controlo de portas, e a aquisição de mobiliário, necessários à continuidade da operação de serviço público.

1.d) Grau de Execução do Orçamento

Esta análise está desenvolvida no capítulo de Demonstrações Orçamentais.

2 Gestão do risco financeiro

Não se aplica.

3 Limite de crescimento do endividamento

Não se aplica.

[42] Vide ponto 7.3.5 - Investimento

4 Evolução do Prazo Médio de Pagamentos (PMP)

A evolução do Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores, nos termos da Resolução de Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, consta da tabela infra:

Prazo Médio de Pagamentos (PMP)	2022	2021	Var. 2022/2021	
			Valor	%
Prazo (dias)	27	17	10	64,7%

(*) Eliminação de saldos com operadores de transportes

Tabela 41 – PMP (2021-2022)

No ano em análise foram adotadas medidas criteriosas para garantir o cumprimento atempado dos prazos de pagamento. Estas medidas permitiram alcançar o objetivo de assegurar um Prazo Médio de Pagamentos (PMP) máximo de 60 dias, data de vencimento acordada com os fornecedores.

O quadro seguinte demonstra a posição em 31-12-2022 das contas a pagar, com evidência das dívidas não vencidas e do valor das dívidas vencidas "*arrears*", conforme definido no Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio[43].

SL 2022	Dívidas não vencidas	Valor (€)	Valor das dívidas Vencidas de acordo com o art.º 1º DL 65-A/2011 (€)			
		0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aquisição de Bens e Serviços	22 143,67	159,91	0	0	0	0
Aquisições de Capital	0,00					
Saldo em dívida	22 143,67	159,91	0	0	0	0

Tabela 42 – Atrasos nos Pagamentos (31 de dezembro 2022)

O controlo dos Pagamentos em Atraso é um dos requisitos críticos da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA)[44], aplicável à Soflusa a desde janeiro de 2014, em consequência da sua reclassificação no perímetro de consolidação das contas públicas, como Serviço e Fundo Autónomos Para efeitos do cálculo dos Fundos Disponíveis, é determinante a avaliação da condição da entidade, no âmbito da detenção ou não de pagamentos em atraso, em conformidade com o disposto na LCPA.[45]

5 Recomendações do Acionista

Não aplicável.

[43] *Vide* Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio, o qual desenvolve e reforça deveres de prestação de informação financeira necessários ao controlo da execução orçamental e define no artigo 1.º o conceito de atraso no pagamento.
[44] *Vide* alínea e) do artigo 3.º da LCPA (Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro), estabelece como «Pagamentos em atraso» as contas a pagar que permaneçam nessa situação mais de 90 dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura, contrato, ou documentos equivalentes;
[45] *Vide* alínea f) do artigo 3.º da LCPA, estabelece como "Fundos Disponíveis" as verbas disponíveis a muito curto prazo, relacionando o valor acumulado de compromissos assumidos com a receita acumulada, acrescida da previsão de receita a cobrar nos 90 dias seguintes.

6 Remunerações (*Apêndice 1*)

6.a) Órgãos Sociais

1- Mesa da Assembleia Geral

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Número de Senhas Pagas	Valor Bruto Auferido em 2022 (€)
2021 - 2023	Presidente	João António da Silva Pintassilgo	324,22	1	324,22 €
2021 - 2023	Secretário	Margarida Perez Perdigão	324,22	2	648,44 €
2018 - 2020	Presidente	Rui Jorge Fernandes Faria*	324,22	1	324,22 €
					1 296,88 €

Nota: Dr. Rui Jorge Fernandes Faria, esteve presente na Assembleia Geral de 31.01.2022, na qual se procedeu à eleição da nova Mesa da Assembleia Geral para o triénio 2021-2023.

Tabela 43 - Remunerações da Mesa da Assembleia Geral

2- Conselho de Administração

Para enquadramento da informação apresentada nos quadros seguintes, importa referir que o Conselho de Administração da Soflusa, nomeado em 02.06.2020 em regime de acumulação de funções, não aufere qualquer remuneração especifica suportada pela Soflusa, sendo os seus encargos remuneratórios assumidos integralmente pela Transtejo.[46]

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO ou Opção pela Média dos últimos 3 anos (2)				Indicação do número total de mandatos
			Forma (1)	Data	Sim/Não	Entidade de Origem	Entidade Pagadora (O/D)	Identificação da data da autorização e Forma	
(2020-2022)	Presidente	Marina João da Fonseca Lopes Ferreira	DUE	02.06.2020	Não	n/a	n/a	n/a	2
(2020-2022)	Vogal	Luís Filipe Dias Carvalho Maia	DUE	02.06.2020	Não	n/a	n/a	n/a	2
(2020-2022)	Vogal	José Ricardo Figuerola Henriques da Silva	DUE	02.06.2020	Não	n/a	n/a	n/a	1

(1) indicar Resolução (R)/AG/DUE/Despacho (D)
(2) Opção Pela Remuneração do Lugar de Origem ou opção pela média dos últimos 3 anos - prevista nos n.os 8 e 9 do artigo 28.º do EGP; indicar entidade pagadora (O-Origem/D-Destino)

Tabela 44 - Identificação dos membros do Conselho de Administração

Membro do CA	Acumulação de Funções			
	Entidade	Função	Regime	Identificação da data da autorização e forma
Marina João da Fonseca Lopes Ferreira	Transtejo, S.A.	Presidente do Conselho de Administração	Público	DSUE de 01.06.2020
Luís Filipe Dias Carvalho Maia	Transtejo, S.A.	Vogal do Conselho de Administração	Público	DSUE de 01.06.2020
José Ricardo Figuerola Henriques da Silva	Transtejo, S.A.	Vogal do Conselho de Administração	Público	DSUE de 01.06.2020

Tabela 45 - Acumulação de Funções dos membros do Conselho de Administração

Membro do CA	EGP			
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruta (€)	
	[S/N]	[A/B/C]	Vencimento mensal	Despesas Representação
Marina João da Fonseca Lopes Ferreira	n/a	n/a	n/a	n/a
Luís Filipe Dias Carvalho Maia	n/a	n/a	n/a	n/a
José Ricardo Figuerola Henriques da Silva	n/a	n/a	n/a	n/a

Tabela 46 - Estatuto do Gestor Público

[46] *Vide* ponto 9.6.a) do Relatório de Gestão da Transtejo, exercício de 2022.

Membro do CA	Remuneração Anual (€)				
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3) = (1) +(2)	Reduções Remuneratórias (4)	Valor Bruto Final (5) = (3)-(4)
Marina João da Fonseca Lopes Ferreira	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Luís Filipe Dias Carvalho Maia	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
José Ricardo Figuerola Henriques da Silva	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
			-	-	-

(1) O valor da remuneração Fixa corresponde ao vencimento + despesas de representação (sem reduções).
(4) redução prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

Tabela 47 - Remunerações do Conselho de Administração

Membro do CA	Benefícios Sociais (€)							
	Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Encargo Anual Seguro de Saúde	Encargo Anual Seguro de Vida	Outros	
	Valor / Dia	Montante pago Ano	Identificar	Encargo Anual			Identificar	Valor
Marina João da Fonseca Lopes Ferreira	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Luís Filipe Dias Carvalho Maia	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
José Ricardo Figuerola Henriques da Silva	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
	-	-	-	-	-	-	-	-

Tabela 48 - Benefícios Sociais do Conselho de Administração

Membro do CA	Encargos com Viaturas								
	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura	Modalidade (1)	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal	Gasto Anual com Rendas	Prestações Contratuais Remanescentes
Marina João da Fonseca Lopes Ferreira	N	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Luís Filipe Dias Carvalho Maia	N	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
José Ricardo Figuerola Henriques da Silva	N	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a

(1) aquisição; ALD; Leasing ou outra

Tabela 49 - Encargos com Viaturas

Membro do CA	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de custo	Outras		Gasto total com viagens (Σ)
				Identificar	Valor	
Marina João da Fonseca Lopes Ferreira	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Luís Filipe Dias Carvalho Maia	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
José Ricardo Figuerola Henriques da Silva	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
						-

Tabela 50 - Gastos anuais associados a deslocações em serviço

3 - Fiscalização - Revisor Oficial de Contas / Fiscal Único

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação			Nº de anos de funções exercidas no grupo	Nº de anos de funções exercidas na sociedade
		Nome	Nº de inscrição na OROC	Nº Registo na CMVM	Forma (1)	Data	Data do Contrato		
2021-2023	Fiscal Único efetivo	RSM & Associados - SROC, Lda. Dr. Joaquim Patrício da Silva	N.º21 ROC n.º 320	20161380 (20160076)	AG N.º 45	31.01.2022	n.a.	14	14
2021-2023	Fiscal Único Suplente	Dr. António José Lino do Patrocínio Santos	ROC n.º 840	(20160465)	AG N.º 45	31.01.2022			

Nota: Deve ser identificada o efetivo (SROC e ROC) e suplente (SROC e ROC), (1) Indicar AG/DUE/Despacho (D).
A SROC exerce funções, consecutivamente desde 2008, altura em que foi designada para o mandato 2008-2010, mediante Deliberação Social Unânime por Escrito (DSUE) de 28.07.2008, sobre a designação "Patrício, Moreira, Valente & Associados - SROC", atualmente designada RSM & Associados - SROC, Lda.

Tabela 51 - Identificação do Revisor Oficial de Contas / Fiscal Único

Nome ROC/FU	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2022 (€)			Valor Anual de Serviços Adicionais - 2022 (€)			
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)	Identificação do Serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)
RSM & Associados - SROC, Lda.	12 360		12 360	n/a			

Tabela 52 - Remuneração do Revisor Oficial de Contas / Fiscal Único

6.b) Auditor Externo

Apresenta-se, em seguida, o Auditor Externo que, durante o ano de 2022, acompanhou o processo de prestação de contas do exercício de 2021:

Identificação do Auditor Externo			Data da Contratação	Duração do Contrato	Nº de anos de funções exercidas no grupo	Nº de anos de funções exercidas na sociedade
Nome Auditor Externo	Nº OROC	Nº CMVM				
PKF & Associados, SROC	152	20161462	08/05/2020	3	0	0

Tabela 53 - Identificação do Auditor Externo (exercício de 2021)

Nota: * O valor global da prestação de serviços de auditoria contratada de 49.890 € (valor sem IVA), engloba os serviços de auditoria da Transtejo (contas individuais e consolidadas) e da Soflusa (contas individuais) para os exercícios 2019, 2020 e 2021. Os encargos respeitantes exclusivamente à Soflusa (contas individuais e consolidadas) ascendem a 16.290€ (valor sem IVA), sendo o valor anual de 5.430 €.

Nome Auditor Externo	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2021 (€)			Valor Anual de Serviços Adicionais – 2021(€)			
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)	Identificação do Serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)
PKF & Associados, SROC	5.430	0	5.430	n/a	0	0	0

Nota: valores sem IVA

Tabela 54 -Remuneração do Auditor Externo (exercício de 2021)

O Auditor Externo que acompanhará o exercício de 2022, é o que se identifica em seguida:

Identificação do Auditor Externo			Data da Contratação	Duração do Contrato	Nº de anos de funções exercidas no grupo	Nº de anos de funções exercidas na sociedade
Nome Auditor Externo	Nº OROC	Nº CMVM				
BDO & Associados, SROC, Lda.	29	20161384	08/02/2023*	3	0	0

Tabela 55 - Identificação do Auditor Externo (exercício de 2022)

Nota: * O valor global da prestação de serviços de auditoria contratada de 51.150 € (valor sem IVA), engloba os serviços de auditoria da Transtejo (contas individuais e consolidadas) e da Soflusa (contas individuais) para os exercícios 2022, 2023 e 2024. Os encargos respeitantes exclusivamente à Soflusa (contas individuais) ascendem a 16.950€ (valor sem IVA), sendo o valor anual de 5.650 €.

Nome Auditor Externo	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2022 (€)			Valor Anual de Serviços Adicionais – Exercício 2022(€)			
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)	Identificação do Serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)
BDO & Associados, SROC, Lda.	5.650	0	5.650	n/a	0	0	0

Nota: valores sem IVA

Tabela 56 -Remuneração do Auditor Externo (exercício de 2022)

7 Aplicação do disposto nos artigos 32º e 33º do EGP

7.a) Não utilização de cartões de crédito

Não aplicável.

7.b) Não reembolso de despesas de representação pessoal

Não aplicável.

7.c) Despesas associadas a comunicações

Membro do CA (Nome)	Gastos com Comunicações (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Marina João da Fonseca Lopes Ferreira	n/a	0	n/a
Luís Filipe Dias Carvalho Maia	n/a	0	n/a
José Ricardo Figuerola Henriques da Silva	n/a	0	n/a
		0	

Tabela 57 - Gastos com Comunicações

7.d) Despesas associadas a viaturas de serviço

Membro do CA (Nome)	Plafond Mensal Combustível e Portagens	Gastos anuais associados a Viaturas (€)			
		Combustível	Portagens	Total	Observações
Marina João da Fonseca Lopes Ferreira	n/a	0	0	0	n/a
Luís Filipe Dias Carvalho Maia	n/a	0	0	0	n/a
José Ricardo Figuerola Henriques da Silva	n/a	0	0	0	n/a
				0	

Tabela 58 – Gastos com Viaturas

8 Despesas não documentadas ou confidenciais

A Soflusa cumpriu o disposto no n.º 2, do artigo 16º, do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro que aprova o Regime Jurídico do Sector Público Empresarial e o disposto no artigo 11º, do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, que aprova o novo Estatuto do Gestor Público, não tendo realizado despesas não documentadas.

9 Relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens

O n.º 2, da RCM n.º 18/2014, de 5 de março, determina que as empresas do Setor Empresarial do Estado promovam, de três em três anos, a elaboração de um relatório, a divulgar internamente e a disponibilizar no respetivo sítio na Internet, sobre as remunerações pagas a mulheres e homens tendo em vista o diagnóstico e a prevenção de diferenças injustificadas naquelas remunerações.

O cumprimento desta disposição encontra-se subjacente à informação divulgada no Ponto 6.2. - Princípio de Igualdade de Género deste relatório.

Destaca-se ainda, sobre este tema, o Plano de Ação para a Igualdade Género 2022, aprovado por Deliberação do Conselho de Administração a 02.12.2021.

10 Relatório anual sobre Prevenção da Corrupção

As empresas Transtejo e Soflusa tem aprovado e implementado, desde 28 de Janeiro de 2010, um Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPRCIC), dando cumprimento à Recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção, de 1 de julho de 2009, onde se identificam as áreas que potencialmente podem ser sujeitas à ocorrência de atos de corrupção, bem como os principais riscos daí decorrentes, os controlos instituídos que visam a sua mitigação e prevenção, os seus impactos e a sua probabilidade de ocorrência.

O Relatório de Execução do Plano Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas de 2022, encontra-se em fase de produção.

Esta matéria será divulgada com maior profundidade no Relatório do Governo Societário referente ao ano de 2022.

11 Contratação Pública

No âmbito da Contratação Pública, a Soflusa aplica, o Código dos Contratos Públicos (CCP) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, na sua atual redação[47], a toda a contratação que está sujeita a esse regime jurídico.

[47] Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto (retificado pelas declarações de retificação n.º 36-A/2017, de 30 de outubro e n.º 42/2017, de 30 de novembro), pelo Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio, pelo Decreto-Lei n.º 170/2019, de 4 de dezembro, pela Resolução da Assembleia da República n.º 16/2020, de 19 de março, pela Lei n.º 30/2021 de 21 de maio pela Declaração de Retificação n.º 25/2021, de 21 de julho e pelo Decreto-Lei n.º 78/2022, de 7 de novembro.

A estrutura organizacional da Soflusa contempla uma área de contratação, que tem como competência o acompanhamento de todos os procedimentos aquisitivos necessários à empresa, garantindo o cumprimento de todas as normas aplicáveis no que respeita à contratação, designadamente:

- pedidos de autorização para a assunção de compromissos plurianuais exigidos pelo artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual.
- Efetua a aquisição de serviços cujo objeto sejam estudos, pareceres, projetos e serviços de consultoria ou outros trabalhos especializados de natureza intelectual, apenas por impossibilidade de satisfação das necessidades através de recursos próprios, em cumprimento do disposto no artigo 50.º do DLEO2022 e após ás entidades cuja consulta seja obrigatória por lei, designadamente o CEGER, em matéria de certificação eletrónica, a Agência de Modernização Administrativa - AMA, I. P., em matéria de modernização e simplificação administrativa e administração eletrónica, bem como o JurisAPP, em matéria de serviços jurídicos, em cumprimento do disposto no artigo 49.º do DLEO2022.

Em 2022, a Soflusa, não procedeu a qualquer ato ou contrato celebrado com valor superior a € 5 000 000, pelo que não houve lugar a qualquer sujeição a Visto Prévio do Tribunal de Contas, conforme determina o artigo 47.º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC).

12 Adesão da empresa ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)

Nesta matéria, desde 2010 que a Soflusa implementa as medidas previstas no Plano de Estabilidade e Crescimento (PEC) 2010-2013, tendo aderido voluntariamente ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP).

Ao abrigo dos Acordos Quadro geridos pela Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública (ESPAP), IP., foi concluído o procedimento pré-contratual relativo à aquisição de energia para a Transtejo/Soflusa.

13 Medidas de otimização da estrutura de gastos operacionais

Nos termos do Regime Jurídico do Setor Público Empresarial, publicado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro de 2013, as orientações específicas para a preparação dos IPG foram transmitidas pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), através do Despacho n.º 682/2021-SET, de 29 de julho 2021, referente às "Instruções para a Elaboração dos Planos de Atividades e Orçamentos para 2022, anual e plurianual das empresas públicas não financeiras do SEE", no qual são apresentados os princípios financeiros de referência, em conformidade com o estabelecido no artigo 144º do DLEO 2022:

	Indicadores relevantes	Principais referências para 2022
Eficiência Operacional	GO/VN = **[**Gastos CMVMC + FSE + Pessoal (sem indemnizações)**]** / Volume de Negócios	Garantir que, o rácio dos gastos operacionais sobre o volume de negócios, seja igual ou inferior, ao verificado para 2019 ou 2021. *O volume de Negócios integra, quando existam, além da rubrica de Vendas e Prestações de Serviços, as indemnizações compensatórias, nos termos dos respetivos contratos de serviço público.* No Rácio GO/VN poderão ser excluídas as receitas e despesas, isto é, afetadas por fatores excecionais, nomeadamente a pandemia COVID-19.
PRC	**(a)** Gastos com Pessoal, com exceção relativa aos Corpos Sociais e descontado o efeito do absentismo; **(b.I)** Gastos com Deslocações , Ajudas de Custo e Alojamento; **(b.II)** Gastos com Frota Automóvel; **(c)** Gastos com contratação de Estudos, Pareceres, Projetos e Consultoria.	Manutenção ou redução (face ao valor mais alto entre os montantes de 2021 (estimados) ou de 2019 (executado) dos seguintes gastos operacionais: *a) Com pessoal, excluído os relativos aos órgãos sociais, corrigidos dos impactos do cumprimento de disposições legais, de indemnizações por rescisão e das valorizações remuneratórias que sejam obrigatórias, nos termos do disposto na Lei do Orçamento do Estado, bem como do efeito do absentismo;* *b) Conjunto dos encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, os associados à frota automóvel e dos encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria.*

Tabela 59 - Princípios Financeiros de referência

Ao longo de 2022, foi mantido o foco da gestão na aplicação de medidas de contenção de gastos de funcionamento, procurando dar cumprimento às medidas estabelecidas.

O desempenho da Soflusa, foi o seguinte:

EFICIÊNCIA OPERACIONAL	2022 Exec.	2022 Orc.	2021 Exec.	2020 Exec.	2019 Exec.	2022 /2021		2022 /2019	
						Δ Absol.	Var. %	Δ Absol.	Var. %
(0) EBITDA	(892 133)	526 171	2 004 737	3 789 477	1 027 177	(2 896 870)	-144,5%	(1 919 310)	-186,9%
(1) CMVMC	6 278 262	3 549 517	3 568 661	2 689 972	3 692 309	2 709 601	75,9%	2 585 953	70,0%
(2) FSE	5 454 750	6 330 590	5 110 383	3 820 890	4 111 922	344 375	6,7%	1 342 836	32,7%
(3) Gastos com o pessoal	4 302 361	6 182 657	4 300 939	3 988 175	3 929 784	1 422	0,0%	372 577	9,5%
(3.i) Relativos aos órgãos sociais [a]	1 297	1 275	-	648	648	1 297		648	100,0%
(3.ii) Indemnizações pagas por rescisão [a]	-	100 000	-	-	-	-		-	
(3.iii) Valorizações remuneratórias que sejam obrigatórias [a]	59 864	18 041	16 845	93 313,2	115 667,2	43 019	255,4%	(55 803)	-48,2%
(3.iv) Efeito do absentismo e do cumprimento de disposição legais [a]			incluído (3.iii) valorizações remuneratórias			-	-	-	
(3.v) Indemnizações extraordinárias	28 631	1 361 250	316 896	-	4 994,9	(288 265)	-91,0%	23 636	473,2%
(4) Gastos com pessoal sem os impactos I, II, III, IV e V	4 212 589	4 703 367	3 967 198	3 894 862	3 809 121	245 371	6,2%	403 447	10,6%
(5) Impactos nos gastos decorrentes de fatores excecionais [b]	2 809 094	121 867	29 682	-	-	2 779 412	9364,0%	2 809 094	
(5.i) Impactos nos gastos decorrentes da pandemia por COVID-19	28 315	121 867	29 682	-	-	(1 367)	-4,6%	28 315	
(5.ii) Impactos nos gastos decorrentes da crise geopolítica	2 780 779	-	-	-	-	2 780 779		2 780 779	
(6) Gastos operacionais para efeitos do apuramento da eficiência operacional= (1)+(2)+(4)-(5)	13 136 495	14 461 615	12 616 561	10 405 725	11 613 353	519 935	4,1%	1 523 143	13,1%
(7) Volume de negócios (VN)	13 932 289	14 665 889	13 116 322	12 206 954	10 516 972	815 967	6,2%	3 415 316	32,5%
(7.i) Subsídios à exploração	3 198 782	5 117 722	3 160 824	276 861	265 268	29 958	0,9%	2 933 514	1106,0%
(7.ii) Indemnizações Compensatórias	-	-	-	2 828 157	224 196	-		(224 196)	-100,0%
(7.iii) Prestação de serviços + PART e atividades acessórias	10 720 456	9 548 168	9 798 375	9 141 936	10 052 650	922 001	9,4%	(132 194)	-1,2%
(8) Perda Receita decorrente de fatores excecionais [b]	1 201 181	1 043 694	2 944 904	3 657 603	-	(1 743 724)	-59,2%	1 201 181	
(8.i.) Perda de receita decorrente da pandemia por COVID-19	1 201 181	1 043 694	2 944 904	3 657 603	-	(1 743 724)	-59,2%	1 201 181	
(8.ii.) Perda de receita decorrente crise geopolítica								-	
(9) Volume de negócios para efeitos do apuramento da eficiência operacional (7+8)	15 133 469	15 709 583	16 061 226	15 864 556	10 516 972	(927 757)	-5,8%	4 616 497	43,9%
(10) Peso dos Gastos/VN = (6)/(9)	87%	92%	79%	66%	110%	8%	10,5%	-24%	-21,4%
11.i. Gastos com Deslocações e Alojamento (FSE)	20	-	53	132	13	(33)	-62,5%	7	52,7%
11.ii. Gastos com Ajudas de custo (G c/ Pessoal)	-	-	-	-	-	-		-	
11.iii. Gastos associados à frota automóvel [c]	12 606	21 762	10 347	10 568	12 514	2 260	21,8%	92	0,7%
11.iv Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	26 530	44 603	55 663	57 146	57 146	(29 133)	-52,3%	(30 616)	-53,6%
(11) Total = (i) + (ii) + (iii) + (iv)	12 626	21 762	10 400	10 700	12 527	2 226	21,4%	99	0,8%
Número Total de RH (OS+CD+Trabalhadores)	139	155	140	137	140	(1)	-0,7%	2	1,4%
N.º Órgãos Sociais (OS)	2	2	2	2	2	-	0,0%	-	0,0%
N.º Cargos de Direção (CD)	1	1	1	1	1	-	0,0%	-	0,0%
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	136	152	137	134	137	(1)	-0,7%	2	1,5%
N.º Trabalhadores/N.º CD	136	152	137	134	137	(1)	-0,7%	2	1,5%
N.º de viaturas	4	4	4	4	4	-	0,0%	-	0,0%

a) Conforme disposto na alínea a) do n.º 5 do artigo 144.º do DLEO 2022.
b) Se aplicáveis, os impactos excecionais (designadamente da crise geopolítica e do COVID-19) e os impactos por imposições legais deverão ser devidamente justificados, nos termos do artigo 144.º do DLEO 2022, bem como quantificados e discriminados relativamente às diferentes rubricas de gastos/custos, vendas e serviços prestados.
c) Os gastos com as viaturas deverão incluir: rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis e/ou eletricidade, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos.
(7) O Volume de Negócios - conforme o n.º 2 do artigo 144.º do DLEO 2022 integra, os rendimentos da atividade (Prestação de Serviços e Outros Rendimentos e Ganhos excluindo os Subsídios ao Investimento), bem como os Subsídios à exploração e Indemnizações Compensatórias (incluindo Compensações Tarifárias e Compensações do Contrato de Serviço Público). Para efeitos de comparabilidade, os valores dos períodos anteriores foram reexpressos".
n.d. - valores não disponíveis.

Tabela 60 - Avaliação do cumprimento do PRC (2022)

Os impactos decorrentes de fatores excecionais nos gastos operacionais (5.) são relativos a impactos da crise geopolítica, decorrente da variação do preço do gasóleo, mas também da pandemia Covid-19 nomeadamente, a aquisição de produtos de desinfestação e de material de proteção (luvas, máscaras, viseira, etc.), bem como a desinfestação de espaços passíveis de contaminação de COVID-19/ desinfestação da Frota.

O Volume de Negócios (7), engloba os rendimentos da atividade de transporte e atividades acessórias, e os valores do Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes Públicos, bem como, compensações financeiras (CSP) e tarifárias.[48]

Relativamente ao número de trabalhadores releva-se, o facto de o Quadro de Efetivos ter ficado aquém do previsto e necessário à operação.

[48] Vide n.º 2 do artigo 144.º do Decreto-Lei n.º53 /2022, de 12 de Agosto - DLEO2022.

Em relação à frota automóvel, importa referir que o número de viaturas se mantém inalterado, salientando-se, ainda, a sua elevada antiguidade.

14 Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

No cumprimento do disposto na Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho[49], a Soflusa dispõe de conta na Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E. (doravante IGCP)[50], no âmbito do cumprimento do Princípio de Unidade de Tesouraria do Estado (UTE).

Conforme previsto no artigo 136.º relativo ao Princípio da Unidade de Tesouraria da LOE[51] e no artigo 102.º relativo à Unidade de Tesouraria do DLEO de 2022[52], a Soflusa procura manter as suas disponibilidades no IGCP, situação que se demonstra no quadro seguinte:

IGCP	1º Trimestre (€)	2º Trimestre (€)	3º Trimestre (€)	4º Trimestre (€)
Disponibilidades	4 990 363	3 202 667	3 061 591	3 977 737
Aplicações financeiras	0	0	0	0
Total	4 990 363	3 202 667	3 061 591	3 977 737

Banca Comercial*	1º Trimestre (€)	2º Trimestre (€)	3º Trimestre (€)	4º Trimestre (€)
IGCP, E.P.E.	4 990 363	3 202 667	3 061 591	3 977 737
BANCO BPI, S.A.	217 378	138 168	213 623	58 722
Total	5 207 741	3 340 835	3 275 214	4 036 459
Juros auferidos**	0	0	0	0

* - Identificar a Instituição junto da qual se encontram as disponibilidades e/ou aplicações financeiras, acrescentando as linhas necessárias.
** - Identificar os juros auferidos de todas as aplicações financeiras que se encontram junto da Banca Comercial.

Tabela 61 – Cumprimento Princípio UTE

Não obstante a Soflusa dispor de conta à Ordem junto do IGCP conforme acima indicado, a especificidade da atividade comercial da empresa compreende um conjunto de atividades e serviços que o IGCP não se encontra vocacionado para disponibilizar, nomeadamente a emissão e gestão de garantias bancárias, que não possam ser substituídas por depósitos caucionados.

Considerando que a aplicação do princípio da UTE pode ser excecionada em casos devidamente fundamentados, mediante autorização do titular da função acionista, o Conselho de Administração submeteu à apreciação da DGTF e ao IGCP um pedido de dispensa fundamentada, do cumprimento integral do disposto no princípio da UTE, nos termos do n.º 3, do artigo 28.º, do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro (RJSPE).

Através de ofício de 05.08.2022, a Soflusa solicitou ao IGCP, o reforço de dispensa da aplicação do princípio da Unidade de Tesouraria para 2022 e extensão para o ano de 2023. Por ofício n.º 744 de 30.11.2022, o IGCP comunicou o despacho de autorização para excecionamento do cumprimento da UTE, para os anos de 2022 e 2023, nos termos invocados.

[49] *Vide* n.º 1, do Artigo 63º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho - Aprova um conjunto de medidas adicionais de consolidação orçamental que visam reforçar e acelerar a redução de défice excessivo e o controlo do crescimento da dívida pública previstos no Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC).
[50] Anteriormente designada como Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, I. P. (IGCP, I. P.)
[51] *Vide* artigo 136.º da Lei n.º 12/2022, de 27 de junho - Lei do Orçamento do Estado para 2022
[52] *Vide* artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, artigo 136.º da LOE 2022 e artigo 102.º do DLEO 2022

15 Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas

A última auditoria operacional efetuada pelo Tribunal de Contas às empresas Transtejo e Soflusa ocorreu em 2010 (Processo n.º 16/10-AUDIT), tendo sido emitido um conjunto de recomendações, que constam do Relatório de Auditoria n.º 49/2010-2ªS.

Para efeitos de acompanhamento, as empresas deram conhecimento ao Tribunal de Contas das medidas tomadas e sua adoção, dando seguimento às recomendações recebidas.

16 Plano para a Igualdade

Cumprindo o dever de comunicação a Soflusa informou a 03.12.2021, através de correio eletrónico[53] ao SIOE, a divulgação no *sítio* da Empresa ttsl.pt, do **Plano para a Igualdade 2022**, elaborado tendo em consideração o artigo 7.º da Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto. Sendo o mesmo posteriormente partilhado junto da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG), e da Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE), através da Plataforma de Interoperabilidade da Administração Pública (iAP), nos termos do artigo 3.º e do n.º 3 do artigo 6.º do Despacho Normativo n.º 18/2019, de 21 de junho.

17 Divulgação da Demonstração não financeira

A Demonstração não financeira relativa ao exercício de 2022 com informação referente ao desempenho e evolução da sociedade quanto a questões ambientais, sociais e relativas aos trabalhadores, igualdade de género, não discriminação, respeito pelos direitos humanos, combate à corrupção e tentativas de suborno (conforme artigo 66.º-B do CSC) não é a aplicável à Soflusa, pelo facto de à data do encerramento do seu balanço, o número médio de trabalhadores ser inferior a 500 trabalhadores, conforme estabelecido no n.º 1 do mesmo artigo.

Para maior detalhe, consultar o Relatório de Governo Societário referente exercício de 2022, que se publicará em documento autónomo.[54]

[53] Correio eletrónico SIOE@dgaep.gov.pt (do Sistema de Informação da Organização do Estado)
[54] No Relatório de Governo Societário, do exercício de 2022, e conforme as instruções da UTAM para a sua elaboração, a empresa inclui toda a informação e cumpre todas as formalidades exigidas pela lei, nesta matéria.

18 Informação divulgada a 31 de dezembro de 2022 no site do SEE (portal DGTF)

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação		Comentários
	S/N/N.A.(1)	Data Atualização	
Estatutos	N.A.	05/03/2021	Vide site Transtejo e Soflusa
Caracterização da Empresa	N.A.	05/03/2021	Vide site Transtejo e Soflusa
Função de tutela e acionista	N.A.	05/03/2021	Vide site Transtejo e Soflusa
Modelo de Governo / Membros dos Órgãos Sociais	N.A.	05/03/2021	Vide site Transtejo e Soflusa
- Identificação dos órgãos sociais	N.A.	05/03/2021	Vide site Transtejo e Soflusa
- Estatuto Remuneratório Fixado	N.A.	05/03/2021	Vide site Transtejo e Soflusa
- Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	N.A.	05/03/2021	Vide site Transtejo e Soflusa
- Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	N.A.	05/03/2021	Vide site Transtejo e Soflusa
- Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	N.A.	05/03/2021	Vide site Transtejo e Soflusa
Esforço Financeiro Público	N.A.	05/03/2021	Vide site Transtejo e Soflusa
Ficha Síntese	N.A.	05/03/2021	Vide site Transtejo e Soflusa
Informação Financeira histórica e atual	N.A.	05/03/2021	Vide site Transtejo e Soflusa
Princípios de Bom Governo	N.A.	05/03/2021	Vide site Transtejo e Soflusa
- Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	N.A.	05/03/2021	Vide site Transtejo e Soflusa
- Transações relevantes com entidades relacionadas	N.A.	05/03/2021	Vide site Transtejo e Soflusa
- Outras transações	N.A.	05/03/2021	Vide site Transtejo e Soflusa
- Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios:	N.A.	05/03/2021	Vide site Transtejo e Soflusa
Económico	N.A.	05/03/2021	Vide site Transtejo e Soflusa
Social	N.A.	05/03/2021	Vide site Transtejo e Soflusa
Ambiental	N.A.	05/03/2021	Vide site Transtejo e Soflusa
- Avaliação do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo	N.A.	05/03/2021	Vide site Transtejo e Soflusa
- Código de ética	N.A.	05/03/2021	Vide site Transtejo e Soflusa

(1) Esta obrigação não é aplicada diretamente à empresa Soflusa, encontra-se divulgada informação sobre a mesma na empresa "Transtejo", bem como no site da www.TTSL.pt.

Tabela 62 - Informação divulgada no SEE

19 Cumprimento das Orientações legais – quadro síntese (Apêndice 2)

Apêndice 2 — EPNF SA - 2022

Cumprimento das Orientações Legais - 2022	Cumprimento S/N/N.A.	Quantificação/Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
Objetivos de Gestão			
Indicadores de Acompanhamento definidos para 2022	S		9-1.a)
Metas a atingir constantes no PAO 2022	S		9-1.b) e 9-1.c)
Investimento	S	Cumprimento - Grau de execução 37,33%	9-1.c)
Nível de endividamento	S		9-1.b)
Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE	S	Receita = 94,10% | Despesa = 78,79%	9-1.d)
Gestão do Risco Financeiro	N.A.	Taxa média de financiamento 0,53%	9-2.
Limites de Crescimento do Endividamento (Justificar se superior a 2%)	N.A.	Endividamento através da Transtejo, S.A.	9-3.
Evolução do PMP a fornecedores	S	-3 dias relativamente ano anterior	9-4
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("*Arrears*")	S	Total de '*Arrears*' em 31 de dezembro (em euros) 159,91€	9-4.
Recomendações do acionista na última aprovação de contas (Última Assembleia-Geral de aprovação de contas ocorrida a 02 de fevereiro de 2022 - aprovação de contas do exercício de 2021)	S		9.5.
Reservas emitidas na última Certificação Legal de Contas (CLC)			
Reserva ...	N A		
Remunerações /honorários			
CA - reduções remuneratórias vigentes em 2022 (se aplicável)	N.A.		9-6.a)
Fiscalização (CF/ROC/FU) - reduções remuneratórias vigentes em 2022 (se aplicável)	N.A.		9-6.a)
Auditor Externo - redução remuneratória vigentes em 2022 (se aplicável)	N.A.		9-6.b)
EGP - artigo 32º e 33.º do EGP			
Não utilização de cartões de crédito	S		9-7.a)
Não reembolso de despesas de representação pessoal	S		9-7.b)
Valor máximo das despesas associadas a comunicações	S		9-7.c)
Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	S		9-7.d)
Despesas não documentadas ou confidenciais- n.º 2 do artigo 16º do RJSPE e artigo 11.º do EGP			
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	S		9-8.
Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens - n.º 2 da RCM n.º 18/2014			
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	S	https://ttsl.pt/empresa/documentos-oficiais/	9-9.
Elaboração e divulgação de relatório anual sobre prevenção da corrupção	S	https://ttsl.pt/empresa/documentos-oficiais/	9-10.
Contratação Pública			
Aplicação das normas de contratação pública pela empresa	S		9-11.
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	S		9-11.
Contratos submetidos a visto prévio do TC	S	N.º de Contratos: 0 - Valor: 0 €	9.11.
Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas	S		9-12.
Gastos Operacionais das Empresas Públicas	S		9-13.
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 28.º do DL 133/2013)	S		9-14.
Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP	S	98,55% disponibilidades e aplicações no IGCP em 31.12.2022	9-14.
Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial	N.A.	Ofício IGCP n.º 744/2022 de 30 de novembro - Dispensa do cumprimento em 2022 e 2023	9-14.
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado	N.A.		9-14.
Auditorias do Tribunal de Contas [b]			
Recomendações	S	2010 | Relatório de Auditoria n.º 49/2010-2ªS	9-15.
Elaboração do Plano para a Igualdade conforme determina o art.º 7.º da Lei 62/2017, de 1 de agosto	S	Plano de Ação para a Igualdade de Género 2022	9-9. e 9-16.
Apresentação da demonstração não financeira	N.A.	Efetivos 137 <500 | vide Relatório Governo Societário 2022	9.17

Tabela 63 – Resumo do Cumprimento das Orientações Legais (2022)

10. Notas Finais

10.1. Agradecimentos

O Conselho de Administração manifesta o seu reconhecimento pela colaboração prestada pelas entidades que supervisionam a atividade que constitui o objeto social da Soflusa, particularmente à Direção Geral dos Recursos Marítimos, ao ex-Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos e à Capitania do Porto de Lisboa.

Agradece, finalmente, a colaboração de todos os que ao longo do exercício contribuíram com o seu desempenho na prossecução do objetivo principal da Empresa, a prestação de um serviço público cada vez mais eficiente e de melhor qualidade.

10.2. Proposta de aplicação de Resultados

O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício, no montante negativo de -4.140.614,47€ (quatro milhões, cento e quarenta mil, seiscentos e quatorze euros e quarenta e sete cêntimos), seja transferido para Resultados Transitados.

10.3. Eventos subsequentes

A preparação destes documentos de prestação de contas, reportados ao ano 2022 decorre, ainda, num contexto de grande incerteza, derivado da situação geopolítica na União Europeia, associado ao desenrolar de uma guerra no Leste da Europa, com grande impacto ao nível social e económico, nomeadamente, decorrente do aumento generalizado dos preços dos bens e serviços, e em especial dos recursos energéticos e matérias-primas.

Embora se encontrem significativamente atenuados os efeitos decorrentes do surto de Covid-19, mantém-se a expectativa da sustentabilidade desta situação e aguarda-se a efetiva recuperação dos níveis de atividade económica e confiança numa retoma da normalidade da vida das empresas.

Lisboa, 25 maio de 2023,

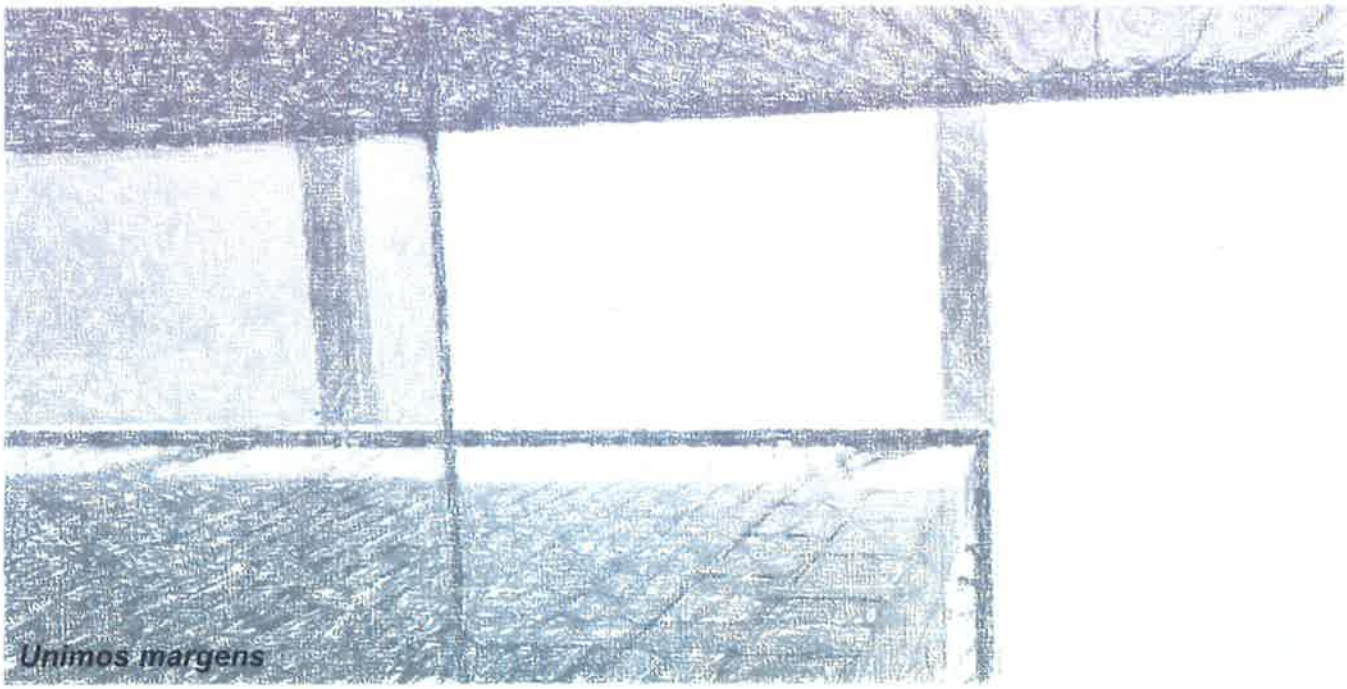
O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Dra. Alexandra Ferreira de Carvalho

(Presidente)

Dr. Alexandre Miguel Santos

(Vogal)



SOFLUSA – Sociedade Fluvial de Transportes, S.A.

Exercício de 2022- Contas Individuais

Demonstrações Financeiras & Anexo às Demonstrações Financeiras

Balanço Individual em 31 de dezembro de 2022

Rubricas	Notas	Datas	
		31.12.2022	31.12.2021
ATIVO			
Ativo Não Corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	9 079 559,46	11 597 366,71
Ativos intangíveis	3	92 912,29	125 561,42
Investimentos Financeiros		3 954,78	2 070,95
Total Ativo Não Corrente		**9 176 426,53**	**11 724 999,08**
Ativo Corrente			
Inventários	10	231 661,69	156 165,89
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	18.2	160 000,00	160 000,00
Clientes, contribuintes e utentes	18.2	36 896,70	58 149,02
Estado e outros ente públicos	18.2	441 292,70	436 471,22
Outras contas a receber	18.2	1 082 340,43	2 116 431,06
Diferimentos		1 411,52	-
Caixa e depósitos	1.2.e) / 18.2	4 079 359,07	5 927 718,42
Total Ativo Corrente		**6 032 962,11**	**8 854 935,61**
Total do ATIVO		**15 209 388,64**	**20 579 934,69**
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital	18.15	59 500 000,00	59 500 000,00
Outros instrumentos de capital próprio	18.18	3 720 000,00	3 720 000,00
Resultados transitados	18.18	(59 159 577,36)	(58 100 394,72)
Outras variações no património líquido	14	6 175 884,93	8 041 995,03
Resultado líquido do período		(4 140 614,47)	(1 059 182,64)
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO		**6 095 693,10**	**12 102 417,67**
PASSIVO			
Passivo Não Corrente			
Provisões	15	751 924,18	285 021,18
Financiamentos obtidos	7/ 18.2	7 244 432,51	7 202 369,35
Total Passivo Não Corrente		**7 996 356,69**	**7 487 390,53**
Passivo Corrente			
Fornecedores	18.2	45 234,60	23 837,81
Estado e outros entes públicos	18.2	129 242,18	141 751,82
Fornecedores de investimentos	18.2	-	11 252,80
Outras contas a pagar	18.2	761 993,58	711 634,36
Diferimentos	18.2	180 868,49	101 649,70
Total Passivo Corrente		**1 117 338,85**	**990 126,49**
TOTAL DO PASSIVO		**9 113 695,54**	**8 477 517,02**
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO		**15 209 388,64**	**20 579 934,69**

O Conselho de Administração:

Dra. Alexandra Ferreira de Carvalho

Dr. Alexandre Miguel Santos

O Contabilista Certificado:

Dr. Gonçalo Maria R. C. de Almeida e Vasconcelos

Demonstração dos Resultados por Natureza Individual
período findo em 31 de dezembro de 2022

Rendimentos e Gastos	Notas	Período	
		31.12.2022	31.12.2021
Prestações de serviços e concessões	13	10 106 911,66	9 139 314,66
Transferências e subsídios correntes obtidos	14	3 198 782,28	3 168 823,98
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	(6 278 261,77)	(3 568 661,20)
Fornecimentos e serviços externos	23.2	(5 454 758,45)	(5 110 383,18)
Gastos com pessoal	23.3	(4 302 360,54)	(4 300 938,79)
Provisões (aumentos/reduções)	15	(466 903,00)	229 442,32
Outros Rendimentos e Ganhos	13/14	2 492 704,72	2 478 362,18
Outros Gastos e Perdas	23.4	(188 248,08)	(31 222,87)
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		**(892 133,18)**	**2 004 737,10**
Gastos/reversões de depreciação e amortização	3/5	(3 204 760,86)	(3 019 737,78)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		**(4 096 894,04)**	**(1 015 000,68)**
Juros e gastos similares suportados	7	(42 334,40)	(42 494,76)
Resultado antes de imposto		**(4 139 228,44)**	**(1 057 495,44)**
Imposto sobre o rendimento		(1 386,03)	(1 687,20)
Resultado líquido do Período		**(4 140 614,47)**	**(1 059 182,64)**

O Conselho de Administração:

Dra. Alexandra Ferreira de Carvalho

Dr. Alexandre Miguel Santos

O Contabilista Certificado:

Dr. Gonçalo Maria R. C. de Almeida e Vasconcelos

Demonstração Individual de Fluxos de Caixa, do período findo em 31 de dezembro de 2022

Rubricas	Notas	Período	
		2022	2021
Fluxos de Caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		13 422 975,68	10 294 125,07
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		2 466 919,56	2 319 561,80
Pagamentos a fornecedores		(14 076 153,16)	(10 236 152,25)
Pagamentos ao pessoal		(4 052 581,35)	(4 195 939,60)
Caixa Gerada de Operações		**(2 238 839,27)**	**(1 818 404,98)**
Outros recebimento/pagamentos		1 189 779,76	836 745,41
Fluxos de caixa das actividades operacionais (a)		**(1 049 059,51)**	**(981 659,57)**
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Recebimentos provenientes de:			
Subsídios ao investimento		-	3 011 456,00
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos Fixos tangíveis		(777 230,69)	(2 478 332,75)
Ativos Intangíveis		(22 069,15)	(26 348,28)
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		**(799 299,84)**	**506 774,97**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-	-
Juros e gastos similares			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		-	-
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		**(1 848 359,35)**	**(474 884,60)**
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	1.2.e)	5 927 718,42	6 402 603,02
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1.2.e)	4 079 359,07	5 927 718,42
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes no início do período		**5 927 718,42**	**6 402 603,02**
- Equivalentes a caixa no início do período			
- Variações cambiais de caixa no início do período			
= Saldo da gerência anterior		5 927 718,42	6 402 603,02
De execução orçamental			
De operações de tesouraria			
Caixa e seus equivalentes no fim do período		**4 079 359,07**	**5 927 718,42**
- Equivalentes a caixa no fim do período			
- Variações cambiais de caixa no fim do período			
= Saldo para a gerência seguinte		4 079 359,07	5 927 718,42
De execução orçamental		4 067 151,48	5 976 004,63
De operações de tesouraria		12 207,59	(48 286,21)

O Conselho de Administração:

Dra. Alexandra Ferreira de Carvalho

Dr. Alexandre Miguel Santos

O Contabilista Certificado:

Dr. Gonçalo Maria Ramos Chaves de Almeida e Vasconcelos

Demonstração Individual das Alterações no Património Líquido em 31 de dezembro de 2022

Descrição	Notas	Património Líquido atribuido aos detentores do Património liquido da entidade-mãe					
		Capital/Património Realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Resultados Transitados	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período	Total
Posição no início do Período (1)		**59 500 000,00**	**3 720 000,00**	**(58 100 394,72)**	**8 041 995,03**	**(1 059 182,64)**	**12 102 417,67**
Alterações no Perído							-
Primeira adoção de novo referencial contabilístico							-
Alterações de políticas contabilísticas							-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras							-
Realização do excedente de revalorização							-
Excedentes de reavalorização e respectivas variações							-
Transferências e subsídios de capital					(1 866 110,10)		(1 866 110,10)
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido				(1 059 182,64)		1 059 182,64	-
(2)		-	-	**(1 059 182,64)**	**(1 866 110,10)**	**1 059 182,64**	**(1 866 110,10)**
Resultado Líquido do Período (3)						**(4 140 614,47)**	**(4 140 614,47)**
Resultado integral (4)=(2)+(3)		-	-	**(1 059 182,64)**	**(1 866 110,10)**	**(3 081 431,83)**	**(6 006 724,57)**
Operações com detentores de Capital no Período							-
Realizações de capital/património		-					-
Entradas para cobertura de perdas							-
Outras operações							-
(5)		-	-	-	-	-	-
Posição no fim do Período (6)=(1)+(2)+(3)+(5)		**59 500 000,00**	**3 720 000,00**	**(59 159 577,36)**	**6 175 884,93**	**(4 140 614,47)**	**6 095 693,10**

O Conselho de Administração:

Dra. Alexandra Ferreira de Carvalho

Dr. Alexandre Miguel Santos

O Contabilista Certificado:

Dr. Gonçalo Maria Ramos Chaves de Almeida e Vasconcelos

Anexo às demonstrações financeiras individuais de 2022

1. Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

1.1. Identificação da entidade e período de relato

A Soflusa – Sociedade Fluvial, S.A. (referida neste documento como "Soflusa" ou "Empresa"), com sede na Rua da Cintura do Porto de Lisboa, Terminal Fluvial do Cais do Sodré, concelho de Lisboa, freguesia da Misericórdia, foi constituída por escritura pública celebrada em 11 de novembro de 1992, tendo como objeto social a exploração de transportes fluviais de passageiros, bem assim como efetuar outras operações civis e comerciais, industriais e financeiras que no seu todo, ou em parte, sejam suscetíveis de facilitar ou favorecer a realização da atividade principal atrás referida, tendo iniciado a atividade em junho de 1993.

A Soflusa é detida integralmente pela Transtejo – Transportes Tejo, S.A., com sede na Rua da Cintura do Porto de Lisboa, Terminal Fluvial do Cais do Sodré, concelho de Lisboa, freguesia da Misericórdia.

A Soflusa é uma sociedade de capitais públicos que age sob a tutela do Estado Português, em articulação com a rede de transportes públicos da Área Metropolitana de Lisboa. A Empresa rege-se pelos seus Estatutos, pelas normas reguladoras de sociedades anónimas, por disposições do Governo Central relacionadas com o setor dos transportes públicos e com a própria Empresa, e ainda subsidiariamente subordinada à disciplina estatutária em vigor para a Acionista-Única (no âmbito de aquisições de ativos fixos tangíveis), cujos estatutos, nos termos da alínea g) do Artigo 8º remetem para a competência da Assembleia-Geral (Acionista-Estado) a autorização para realizar investimentos cujo valor exceda 20% do Capital Social.

A Soflusa é uma Entidade Pública Reclassificada (EPR), equiparada a Serviço e Fundo Autónomo (SFA) desde 2013. O código da classificação orgânica é o 5872 e está sob a tutela do Ministério do Ambiente.

Com efeitos, a partir de 01 de janeiro de 2014, o regime jurídico e financeiro do organismo encontra-se subordinado ao cumprimento da seguinte legislação:

a) Lei do Orçamento de Estado aplicável a cada ano (no caso concreto do ano em análise, Lei n.º 12-2022, de 27 de junho - Lei do Orçamento de Estado de 2022) e Regime Transitório (DL 126-C/2021, 31 de Dezembro);
b) Lei do Enquadramento Orçamental (Lei n.º 151/2015 de 11 de setembro, alterada pela Lei n.º 2/2018 de 29 de janeiro e republicada pela Lei n.º 37/2018 de 7 de agosto, alterada pela Lei n.º 41/2020 de 18 de agosto e novamente alterada pela Lei nº10-B/2022, de 28 de abril), implicando obrigações de reporte à Direção-Geral do Orçamento / Ministério das Finanças;
c) Cumprimento das orientações transmitidas através das Circulares DGO para preparação das Propostas Orçamentais para o OE (em 2022, no âmbito dos trabalhos de preparação do Orçamento do Estado 2023, foi aplicada a Circular Série A nº 1407 de 01 de agosto de 2022);
d) No âmbito da execução do OE2022: reportes, previstos no artigo 107.º do Decreto-Lei de Execução Orçamental (DL n.º 53/2022, de 12 de agosto);
e) Aplicação da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), a partir de janeiro de 2014.

1.2. Referencial contabilístico e demonstrações financeiras

a) Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras foram preparadas em harmonia com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro. De referir que

as notas não indicadas neste Anexo não são aplicáveis, nem significativas para a compreensão das Demonstrações Financeiras em análise.

Não existiram, no decorrer do exercício, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras.

b) Comparabilidade

As presentes demonstrações financeiras são comparáveis com exercício anterior.

c) Reclassificação de itens nas demonstrações financeiras

No exercício de 2022 não se verificaram reclassificações nas demonstrações financeiras.

d) Saldos significativos de caixa e seus equivalentes não disponíveis para uso

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 não existiam saldos de caixa e seus equivalentes não disponíveis para uso.

e) Valores de caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 a desagregação dos saldos de caixa e depósitos bancários era como segue:

Conta PCM	Natureza	31.dez.2022	31.dez.2021
111	Caixa/Máquinas Automáticas	42 762,59	25 132,32
118	Caixa Pequena	137,50	137,50
121	Depósitos à ordem no Tesouro	3 977 737,27	5 365 122,77
1221	Banco BPI, S.A.	58 721,71	537 325,83
	Equivalentes de caixa		-
	Descobertos bancários		-
	Total	**4 079 359,07**	**5 927 718,42**

2. Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

2.1. Bases de mensuração usadas na preparação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras Individuais foram preparadas de acordo com a NCP 1 e são apresentadas em Euros, correspondendo à moeda funcional da Soflusa, dado que a maior parte das suas transações são efetuadas nesta moeda tratando-se, também, da moeda do seu ambiente económico.

Apresentação apropriada e conformidade com as NCP

As presentes demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. Representam de forma fiel os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura concetual e nas NCP.

Informação comparativa

A informação comparativa foi divulgada com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras.

Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas foram adotadas de maneira consistente ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações de políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação serão divulgadas, tendo em conta:

a) A natureza da reclassificação;
b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
c) Razão para a reclassificação.

Consistência de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os leitores destas Demonstrações Financeiras.

Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. Cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras. Os itens de natureza ou função dissemelhante serão apresentados separadamente, a menos que sejam imateriais.

Compensação

Devido à importância de os ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não foram sujeitos a compensações, exceto os que forem exigidos por uma NCP.

Continuidade

Com base na informação disponível e expetativas futuras, a Soflusa continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

2.2. Outras políticas contabilísticas relevantes

i) Conversão cambial

Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Soflusa, estão mensurados na moeda do ambiente económico em que esta opera (moeda funcional), o Euro. As demonstrações financeiras e as respetivas notas deste anexo são apresentadas em Euros, salvo indicação explícita em contrário.

Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do Euro (moeda funcional) são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento / recebimento das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados por natureza.

Ganhos ou perdas cambiais, relativos a empréstimos, caixa e/ou equivalentes de caixa são reconhecidos na demonstração dos resultados por natureza como "Juros e gastos similares suportados" ou "Juros e rendimentos similares obtidos". Todos os outros ganhos ou perdas cambiais são reconhecidos na demonstração dos resultados por natureza como outros rendimentos ou gastos operacionais.

No período, não se registaram transações, nem existem saldos em moeda diferente do Euro.

ii) Ativos fixos tangíveis

O tratamento contabilístico dos ativos fixos tangíveis foi efetuado de acordo com o disposto na *NCP 5 - Ativos Fixos Tangíveis*, estando estes valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização. Os custos incorridos com empréstimos obtidos para a construção de ativos tangíveis são reconhecidos como parte do custo de construção do ativo.

Sempre que as partes integrantes de dado ativo fixo tangível possuam ritmos de desgaste funcional diferentes, e caso estas sejam materialmente significativas quando comparadas com o *main* item (componente principal), a Soflusa efetua a depreciação do ativo por componentes (navio e recondicionamentos), em função das suas vidas úteis esperadas.

As despesas subsequentes incorridas com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil, ou a capacidade produtiva dos ativos são reconhecidas no valor do ativo. Tais despesas poderão ser registadas como um ativo independente apenas se se confirmar como sendo provável que os benefícios económicos associados à posse do ativo sejam benéficos para a Empresa, e caso estes possam ser mensurados com fiabilidade.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que estes são incursos.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

	Anos
Edifícios e outras construções	Entre 3 a 10 anos
Embarcações	20 anos
Recondicionamento motores embarcações	Entre 5 a 7 anos
Equipamento básico	Entre 4 a 10 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Ferramentas e utensílios	Entre 4 a 8 anos
Equipamento administrativo	Entre 3 a 10 anos
Outros ativos tangíveis	Entre 4 a 10 anos

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e, quando necessário, registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada período de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos benefícios económicos dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados por natureza.

iii) Ativos intangíveis

O tratamento contabilístico dos ativos intangíveis é efetuado de acordo com o disposto na NCP 3 - Ativos Intangíveis.

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando:

i) sejam identificáveis;

ii) seja provável que dos mesmos advenham benefícios económicos futuros;

iii) o seu custo possa ser mensurado com fiabilidade.

Os ativos gerados internamente, nomeadamente as despesas com investigação e desenvolvimento corrente, são registados como gastos quando incorridos sempre que não seja possível distinguir a fase da pesquisa da fase de desenvolvimento ou não seja possível determinar com fiabilidade os custos incorridos em cada fase.

Os dispêndios com estudos e avaliações efetuados no decurso das atividades operacionais são reconhecidos nos resultados do período em que são incursos.

O custo dos ativos intangíveis adquiridos compreende:

i) o preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e os impostos sobre as compras não reembolsáveis, após dedução dos descontos comerciais e abatimentos;
ii) qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo, para o seu uso pretendido.

A Soflusa valoriza os seus ativos intangíveis, após o reconhecimento inicial, pelo modelo do custo, que define que um ativo intangível deve ser escriturado pelo seu custo de aquisição deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

A Soflusa determina a vida útil e o método de amortização dos ativos intangíveis com base na estimativa de consumo dos benefícios económicos associados ao ativo. Os ativos intangíveis registados na demonstração da posição financeira da Soflusa referem-se a software informático (licenças), o qual é amortizado segundo a vida útil estabelecida, a qual não excede 3 anos.

iv) Imparidade de ativos

Os ativos com vida útil indefinida não estão sujeitos a amortização, sendo objeto de testes de imparidade anuais. A Soflusa não tem reconhecidos ativos com vida útil indefinida.

Relativamente aos ativos não financeiros com vida útil definida, os testes de imparidade são efetuados sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras individuais não seja recuperável.

Sempre que a quantia recuperável determinada é inferior ao valor contabilístico dos ativos, a Soflusa avalia se a situação de perda assume um carácter permanente e definitivo, e se assim for, regista a respetiva perda por imparidade. Nos casos em que a perda não é considerada permanente e definitiva, é feita a divulgação das razões que fundamentam essa conclusão.

O valor recuperável é o maior entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa). O valor de uso corresponde ao valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados decorrentes do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da vida útil. A determinação da existência de imparidade é efetuada para cada ativo individualmente quando gerem fluxos de caixa separados ou de forma agregada ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Os ativos não financeiros para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade. Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

v) Ativos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos ativos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com o objetivo da sua compra, reavaliando esta classificação a cada data de relato.

Os ativos financeiros podem ser classificados como:

a) Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados - incluem os ativos financeiros não derivados detidos para negociação respeitando a investimentos de curto prazo e ativos ao justo valor por via de resultados à data do reconhecimento inicial;
b) Empréstimos concedidos e contas a receber – inclui os ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis não cotados num mercado ativo;
c) Investimentos detidos até à maturidade – incluem os ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades fixas, que a Transtejo tem intenção e capacidade de manter até à maturidade;
d) Ativos financeiros disponíveis para venda – incluem os ativos financeiros não derivados que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou não se enquadram nas categorias acima referidas. São reconhecidos como ativos não correntes exceto se houver intenção de alienar nos 12 meses seguintes à data do balanço.

A Empresa reavalia esta classificação a cada data de relato.

vi) Inventários

Os inventários na Soflusa são tratados de acordo com o disposto na *NCP 10 – Inventários*. São reconhecidos como inventários os materiais de consumo (peças, sobressalentes e consumíveis) a utilizar na manutenção dos ativos fixos tangíveis e o inventário de combustíveis e lubrificantes, principal matéria-prima de exploração.

Os inventários são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas suportadas com a compra, sendo valorizados subsequentemente ao menor entre o custo de aquisição e o valor líquido de realização. O custo é determinado utilizando o método do custo médio ponderado.

vii) Clientes e outras contas a receber

As rubricas de Clientes e outras contas a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente, mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade (se aplicável). As perdas por imparidade dos clientes e contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação.

A exposição da Empresa ao risco de crédito é atribuível às contas a receber da sua atividade operacional.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados por natureza, em "Imparidade de contas a receber", sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

As contas a receber não têm implícito juro e são apresentadas pelo respetivo valor nominal, deduzidas de perdas por imparidade estimadas, correspondendo o valor líquido das contas a receber, aproximadamente ao seu justo valor.

viii) Caixa e depósitos bancários

O caixa e depósitos bancários incluem caixa e equivalentes de caixa, depósitos bancários e outros instrumentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidade no curto prazo. Sempre que existam, os descobertos bancários são apresentados no balanço, no passivo corrente, na rubrica "Financiamentos obtidos", e não são considerados na elaboração da demonstração de fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Soflusa não dispunha de qualquer montante registado como descoberto bancário.

ix) Capital social

O capital corresponde à quantia de capital estatutário da Empresa, estando totalmente titulado em ações ordinárias. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

Contribuições adicionais de capital por parte do acionista, sem prazo de reembolso e sem remuneração configuram instrumentos de capital e são classificados como prestação suplementar no Património Líquido.

x) Passivos financeiros

Os Outros passivos financeiros incluem os "Financiamentos obtidos", "Fornecedores" e "Outras contas a pagar". Os saldos classificados em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são reconhecidos ao custo amortizado, sendo que usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

xi) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido dos custos de transação e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração dos resultados por natureza ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo não corrente, considerando o modelo de financiamento em vigor no Grupo Transtejo, com base na contratação de financiamentos de Médio / Longo Prazo junto do IGCP.

xii) Gastos com financiamentos

Os gastos com financiamentos incluem juros e outros gastos incorridos pela Empresa ao contrair financiamentos bancários. Estes incluem:

- Juros incorridos com descobertos bancários;

- Juros de empréstimos a curto, médio e longo prazo;
- Amortização de descontos ou prémios derivados da emissão ou re-pagamento de empréstimos;
- Amortização de gastos auxiliares incorridos com a contratação de empréstimos;
- Diferenças de câmbio que surjam no âmbito de empréstimos em moeda estrangeira, na medida em que tais valores sejam encarados como custos adicionais aos juros incorridos.

Os gastos com financiamentos são reconhecidos como gastos do exercício no período em que incorrem, exceto se associados à construção ou aquisição de um ativo qualificável, caso em que são obrigatoriamente capitalizados.

A capitalização de gastos com financiamentos começa quando o investimento num ativo está a decorrer e existem custos efetivos suportados com os financiamentos, e cessa quando todas as atividades necessárias para preparar um ativo qualificável para o seu uso pretendido, ou venda, são completadas.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Soflusa não dispunha de qualquer financiamento contratado na banca comercial.

xiii) Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre rendimento do exercício compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados por natureza, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente no património líquido. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base no balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras individuais.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do balanço, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto as relacionadas com: i) o reconhecimento inicial do *goodwill*; ou ii) o reconhecimento inicial de ativos e passivos, que não resultem de uma concentração de atividades, e que à data da transação não afetem o resultado contabilístico ou fiscal. Contudo, no que se refere às diferenças temporárias tributáveis relacionadas com investimentos em filiais, estas não devem ser reconhecidas na medida em que: i) a empresa mãe tem capacidade para controlar o período da reversão da diferença temporária; e ii) é provável que a diferença temporária não reverta num futuro próximo.

A Soflusa não reconhece ativos por impostos diferidos devido à existência de dúvidas quanto à capacidade de gerar matéria coletável suficiente no futuro que permita a utilização dos ativos por impostos diferidos, na medida que respeitam, essencialmente, a prejuízos a reportar.

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 não existiam situações geradoras de passivos por impostos diferidos.

xiv) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Soflusa tem:

i) uma obrigação presente legal contratual ou construtiva resultante de eventos passados;

ii) para a qual é mais provável que não que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e
iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade.

Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a Soflusa divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

As provisões para processos judiciais são reconhecidas quando: a Soflusa tem uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de eventos passados; seja provável que um ex-fluxo de recursos seja necessário para liquidar a obrigação; e o montante possa ser mensurado com fiabilidade.

As provisões para reestruturação compreendem compensações para terminação de contratos de colaboradores. Não são reconhecidas provisões para fazer face a perdas operacionais futuras.

Quando exista um conjunto de obrigações semelhantes, a probabilidade de ser necessário incorrer num ex-fluxo para liquidar a obrigação é determinada ao se considerar a classe de obrigações como um todo.

Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de um ex-fluxo que respeite a um item incluído na mesma classe de obrigações seja reduzida.

Os ativos contingentes são ativos "possíveis" gerados por acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos, não totalmente sob controlo da Soflusa.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras separadas, mas divulgados nas notas anexas quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

xv) Subsídios e apoios do Governo

A Soflusa reconhece os subsídios do Estado Português, da União Europeia ou organismos semelhantes quando existe uma certeza razoável de que o subsídio será recebido, e não na base do seu recebimento.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis (fundo perdido) são, no âmbito da "NCP14 - Rendimentos de transações sem contraprestação", reconhecidos na rubrica "Transferências e subsídios para aquisição de ativos depreciáveis", no momento em que se cumprem as condições, sendo subsequentemente creditados na Demonstração de Resultados por Natureza à medida que forem contabilizadas as amortizações ou depreciações dos ativos que foram financiados e na respetiva proporção.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na Demonstração de Resultados por Natureza no mesmo exercício em que os gastos associados são incursos e registados (contrapartidas das obrigações contratuais assumidas em termos de exploração, de transporte e de tarifas).

A Soflusa regista como resultados do exercício os valores das indemnizações compensatórias atribuídas pelo Estado, decorrentes das obrigações contratuais assumidas em termos de exploração, de transportes e de tarifas. Os apoios do Governo sob a forma de atribuição de financiamentos reembolsáveis a taxa bonificada, devem ser descontados na data do reconhecimento inicial, constituindo o valor do desconto o valor do subsídio a amortizar pelo período do financiamento.

xvi) Locações

Locações de ativos fixos tangíveis, relativamente aos quais a Soflusa detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo são classificados como locações financeiras. São igualmente classificadas como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, cada um determinado à data de início do contrato. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica de "Financiamentos obtidos". Os encargos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos ativos locados, são reconhecidos na demonstração de resultados por natureza, no período a que dizem respeito.

Os ativos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do ativo e o período da locação quando a Soflusa não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado quando a Soflusa tem a intenção de adquirir os ativos no final do contrato.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como custo na demonstração de resultados por natureza numa base linear, durante o período da locação.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Soflusa não dispunha de qualquer ativo fixo em regime de locação financeira.

xvii) Fornecedores e outras contas a pagar

As rubricas de "Fornecedores" e "Outras contas a pagar", correntes, não vencem juros e são registados pelo seu valor nominal, que corresponde, aproximadamente ao seu justo valor. Quando os saldos a pagar sejam exigíveis para além de 12 meses ou da data de pagamento normal do negócio, a Soflusa terá de registar os passivos pelo valor presente.

xviii) Especialização de gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidos como ativos ou passivos, caso se qualifiquem como tal.

xix) Rédito

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda de produtos e/ ou serviços no decurso normal da atividade da Soflusa. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e descontos financeiros atribuídos.

O rédito da Soflusa refere-se à prestação de serviços de transporte fluvial de passageiros. A contraprestação recebida pela Soflusa resulta das seguintes transações:

i) venda de bilhetes nas estações;
ii) venda de passes exclusivos Soflusa;
iii) venda dos passes introduzidos através do Programa de Apoio à Redução Tarifária (Sistema PART, - Implementado através do Regulamento nº 278-A/2019 de 27 de março) – Passe Navegante Metropolitano e Municipal, na modalidade individual ou família.

Para os diversos tipos de títulos de transporte:

i) O rédito é reconhecido quando os bilhetes são utilizados;

ii) O rédito da venda de passes exclusivos Soflusa é reconhecido no mês a que respeita a venda/carregamento do título de transporte;
iii) O rédito da venda dos passes do sistema PART - Passes Navegante, observa o disposto no Decreto-lei nº 1-A/2020 de 03 de janeiro, sendo reconhecido no mês em que ocorre a venda e contempla medidas de compensação adicionais, no pressuposto de não agravamento do défice operacional das empresas publicas.

O rédito da prestação de serviços é reconhecido quando:

i) o valor do rédito possa ser estimado com fiabilidade; e
ii) seja provável que benefícios económicos fluam para a Soflusa. Assim, o rédito é reconhecido na Demonstração de Resultados por Natureza no período em que os serviços são prestados, de acordo com o princípio da especialização do período.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

xx) Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração de Fluxos de Caixa é preparada de acordo com a NCP1 - Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras, através do recurso ao método direto.

Os fluxos de caixa são classificados na Demonstração de Fluxos de Caixa, dependendo da sua natureza, em (a) atividades operacionais; (b) atividades de financiamento; e (c) atividades de investimento.

Os fluxos de caixa das atividades operacionais são fundamentalmente provenientes das transações que constituem a principal fonte de geração de recursos financeiros da entidade. São exemplos de fluxos de caixa de atividades operacionais:

(a) Recebimentos de impostos, contribuições, taxas e multas;
(b) Recebimentos pela venda de bens e prestação de serviços;
(c) Recebimentos de subsídios ou transferências e outras dotações ou autorizações orçamentais atribuídas pelo Governo central ou outras entidades do setor público;
(d) Recebimentos de royalties, honorários, comissões e outros rendimentos;
(e) Pagamentos a outras entidades do setor público para financiar as suas operações (não incluindo empréstimos);
(f) Pagamentos a fornecedores de bens e serviços;
(g) Pagamentos ao pessoal;
(h) Recebimentos e pagamentos de uma entidade seguradora relativos a prémios e indemnizações, anuidades e outros benefícios da apólice;
(i) Pagamentos de impostos sobre a propriedade ou sobre o rendimento (quando apropriado) em relação às atividades operacionais;
(j) Recebimentos ou pagamentos relativos a contratos celebrados para negociação ou comercialização;
(k) Recebimentos ou pagamentos de operações descontinuadas;
(l) Recebimentos ou pagamentos relativos à resolução de litígios.

A divulgação separada de fluxos de caixa provenientes das atividades de investimento é importante porque tais fluxos representam a extensão das saídas de caixa no sentido de obter recursos que se espera, contribuam para a prestação futura de serviços da entidade. Apenas as saídas de caixa que resultem num ativo reconhecido no

balanço são elegíveis para se classificarem como atividades de investimento. São exemplos de fluxos de caixa provenientes da atividade de investimento:

(a) Pagamentos para adquirir ativos fixos tangíveis, intangíveis e outros ativos de longo prazo. Estes pagamentos incluem os relativos a custos de desenvolvimento capitalizados e trabalhos para a própria entidade;
(b) Recebimentos provenientes da venda de ativos fixos tangíveis, intangíveis e outros ativos de longo prazo;
(c) Pagamentos para adquirir instrumentos de capital próprio ou de dívida de outras entidades e interesses em empreendimentos conjuntos (que não sejam pagamentos relativos a instrumentos considerados equivalentes de caixa ou instrumentos financeiros detidos para negociação);
(d) Recebimentos provenientes da venda de instrumentos de capital próprio ou de dívida de outras entidades e de interesses em empreendimentos conjuntos (que não sejam recebimentos relativos a instrumentos considerados equivalentes de caixa ou instrumentos financeiros detidos para negociação);
(e) Adiantamentos e empréstimos feitos a outras entidades (que não sejam adiantamentos e empréstimos feitos por uma instituição financeira pública);
(f) Recebimentos provenientes do reembolso de adiantamentos e empréstimos feitos a outras entidades (que não sejam adiantamentos e empréstimos de uma instituição financeira pública);
(g) Pagamentos relativos a contratos de futuros, contratos forward, contratos de opção e contratos swap, exceto quando os contratos forem detidos para negociação, ou os pagamentos forem classificados como atividades de financiamento; e
(h) Recebimentos provenientes de contratos de futuros, contratos forward, contratos de opção e contratos swap, exceto quando os contratos forem detidos para negociação, ou os recebimentos forem classificados como atividades de financiamento.

A divulgação separada dos fluxos de caixa provenientes das atividades de financiamento é importante porque é útil para estimar os fluxos de caixa futuros a pagar a financiadores de capital à entidade. São exemplos de fluxos de caixa provenientes de atividades de financiamento:

(a) Recebimentos provenientes da emissão de títulos de dívida, empréstimos, livranças, obrigações, hipotecas e outros empréstimos de curto ou longo prazo;
(b) Reembolsos de empréstimos obtidos; e
(c) Pagamentos efetuados por um locatário relativos à redução do passivo em aberto de uma locação financeira, incluindo juros.

xxi) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do exercício. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informações sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

xxii) Segmentos operacionais

A Soflusa identificou como responsável pela tomada de decisões operacionais, o Conselho de Administração, ou seja, o órgão que revê a informação interna preparada de forma a avaliar a performance das atividades da empresa e a afetação de recursos. A determinação dos segmentos operacionais foi efetuada com base na informação que é analisada pelo Conselho de Administração, da qual resulta a identificação de um único segmento operacional, o transporte fluvial de passageiros, materialmente relevante.

2.3. Julgamentos com impacto nas quantias reconhecidas

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites requer que se realizem estimativas que afetam os montantes dos ativos e passivos registados, a apresentação de ativos e passivos contingentes no final de cada exercício, bem como os proveitos e custos reconhecidos no decurso de cada exercício. Os resultados atuais poderiam ser diferentes dependendo das estimativas atualmente realizadas.

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras individuais da Soflusa são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expetativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do período seguinte são as que seguem:

- **Provisões:** A Soflusa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

  A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

  A Soflusa utiliza a avaliação dos processos judiciais pelos seus advogados para determinar o reconhecimento da eventual provisão para fazer face a essas contingências.
- **Depreciações:** A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração de resultados por natureza de cada exercício.
  Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do sector ao nível internacional.
- **Imparidade das contas a receber:** O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de reporte, tendo em conta a informação histórica dos outros devedores e o seu perfil de risco. As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada pela Gestão, dos riscos de cobrança existentes à data do fecho das demonstrações financeiras, os quais podem vir a divergir do risco efetivo a incorrer.
- **Perdas por Imparidade:** A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Soflusa, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à Soflusa.

2.4. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Soflusa, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no presente anexo às demonstrações financeiras.

2.5. Aplicação inicial de uma NCP

Na Soflusa não se verifica a aplicação inicial de uma NCP, que tenha efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior, ou pudesse ter tais efeitos, mas é impraticável determinar a quantia do ajustamento, ou que possa ter efeito em períodos futuros.

2.6. Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas de valores futuros que se justificaram e se reconheceram nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da Empresa no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados e a situações equivalentes de outras entidade, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

Políticas de Gestão de Riscos Financeiros

i) Fatores do risco financeiro

As atividades da Soflusa estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro como:

a) riscos de mercado;
b) risco de crédito; e
c) risco de liquidez.

O Conselho de Administração é responsável pela definição e controlo das políticas de gestão de risco da Soflusa, sendo a evolução dos mercados analisada de acordo com as mesmas.

Estas políticas foram estabelecidas com o intuito de identificar e analisar os riscos a que a Soflusa está sujeita, para definir limites de risco, os controlos adequados para monitorizar a evolução desses riscos e o cumprimento das políticas de gestão de risco implementadas. As políticas e sistemas de gestão de risco são revistos regularmente para que se mantenham eficazes face à realidade dos mercados e à atividade desenvolvida pela Soflusa.

A gestão do risco é conduzida centralmente pela Direção de Gestão Financeira do Grupo Transtejo com base em políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Direção de Gestão Financeira do Grupo Transtejo identifica, avalia e remete à aprovação do Conselho de Administração, mecanismos de cobertura apropriados a cada exposição com vista à minimização dos riscos financeiros da Soflusa, no contexto do Grupo Transtejo.

O Conselho de Administração define os princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco de taxa de juro e a eventual utilização de derivados e outros instrumentos financeiros não derivados.

Risco de mercado:

- Risco de taxa de câmbio: A atividade operacional da Soflusa desenvolve-se em Portugal e a maioria das suas transações são mantidas na moeda funcional da Empresa, o Euro. O risco de taxa de câmbio é pouco

expressivo para a realidade da Soflusa, não existindo qualquer política de cobertura para este tipo de risco.

- Risco de taxa de juro: O risco associado à flutuação da taxa de juro tem como principal impacto nas contas da Soflusa associado ao custo do serviço da dívida contratada com a acionista Transtejo.

Risco de crédito:

O risco de crédito da Soflusa é reduzido uma vez que parte significativa do rédito dos serviços prestados aos clientes é recebida antecipadamente ou na data da prestação do serviço. No caso dos passes intermodais, os valores mensais a receber/a pagar são monitorizados pelo regulador dos transportes, a AMT - Autoridade da Mobilidade e dos Transportes, não existindo riscos de crédito significativos a considerar. No que se refere aos saldos de "Outras contas a receber" estes resultam maioritariamente de transações com partes relacionadas, operadores de transporte, como a Transtejo ou a CP.

Risco de liquidez:

O Risco de liquidez advém da incapacidade potencial de financiar os ativos da empresa, ou de satisfazer as responsabilidades contratadas nas datas de vencimento. A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável e a previsão atempada das necessidades de tesouraria em conjunto com uma adequada gestão das cobranças.

A gestão da liquidez encontra-se centralizada na Direção de Gestão Financeira do Grupo Transtejo, que tem como objetivo manter um nível mínimo de tesouraria para fazer face às necessidades financeiras da Soflusa no curto, médio e longo prazo, através da disponibilidade e flexibilidade de financiamento com facilidades de crédito não utilizadas, assim como outras fontes de financiamento. As necessidades pontuais de tesouraria são cobertas pelo controlo das contas a receber e pelo suporte financeiro do Estado Português e do seu acionista.

ii) Gestão do risco de capital

O objetivo da Soflusa em relação à gestão de capital alheio, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face do balanço, é manter uma utilização prudente de dívida.

A contratação de dívida é analisada periodicamente através da ponderação de fatores como: i) as necessidades de investimento em ativos tangíveis; ii) as tarifas definidas para a prestação de serviços; iii) as comparticipações do Estado e iv) as necessidades de financiamento da exploração.

2.7. Alterações em estimativas contabilísticas

Não existem alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em períodos futuros.

2.8. Erros materiais de períodos anteriores

Não existem erros materialmente relevantes de períodos anteriores.

3. Ativos Intangíveis

3.1. Ativos intangíveis gerados internamente e outros

a) Vidas úteis ou taxas de amortização

É aplicado o Classificador Complementar 2 do Plano de Contas Multidimensional, publicado no Anexo ao Decreto-lei nº 192/2015, de 11 de setembro.

Existem Fichas de Cadastro atualizadas à data do relato, onde consta, para cada elemento aplicável do ativo intangível, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de amortização, bem como a respetiva quantia escriturada líquida.

b) Método de amortização

O método de amortização usado para os ativos intangíveis é o método das quotas constantes.

c) Variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Provisões	Saldo inicial 31.12.2021	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final 31.12.2022
Impostos	81,96	-	-	-	81,96
Contribuições					
Juros de mora					
Garantias a clientes					
Processos judiciais em curso	263 939,22	662 623,80	(195 720,80)	-	730 842,22
Acidentes de trabalho e doenças profissionais					
Matérias ambientais	21 000,00	-	-	-	21 000,00
Contratos onerosos					
Reestruturação					
Outras Provisões					
Total	**285 021,18**	**662 623,80**	**(195 720,80)**	**-**	**751 924,18**

d) Gastos/reversões de depreciação e amortização

Os gastos e reversões de depreciações e amortizações respeitantes a ativos intangíveis encontram-se refletidos na demonstração dos resultados por natureza.

e) Quantia escriturada e variações do período

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, ocorreram as seguintes variações:

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações								Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões e perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Amortizações do período	Diferenças cambiais	Diminuições	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)+(10)
ATIVOS INTANGÍVEIS										
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
Goodwill										
Projectos de desenvolvimento	43 791,67		14 750,00	-	-	-	(19 777,78)	-	-	38 763,89
Programas de computador e sistemas de informação	66 738,35	10 942,40	15 031,40	-	-	-	(45 563,75)	-	-	47 148,40
Propriedade industrial e intelectual										
Outros										
Ativos intangíveis em curso	15 031,40	7 000,00	(15 031,40)	-	-	-	-	-	-	7 000,00
Total	**125 561,42**	**17 942,40**	**14 750,00**	-	-	-	**(65 341,53)**	-	-	**92 912,29**

i) Ativos Intangíveis – Adições

O aumento registado em ativos intangíveis, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, no montante de 32.692,40 €, respeita, essencialmente:

i) Ao projeto de up-grade dos concentradores de estação (novos desenvolvimentos, no montante de 13.892,80 €);
ii) Ao desenvolvimento para introdução do novo titulo de transporte - passe "antigo combatente" (3.996 €);
iii) À aquisição de novo software de gestão de escalas (7.000 €);
iv) À implementação do sistema e-doc Exchange (8.095 €);
v) À conclusão do estudo para nova sala de controlo de tráfego no Terminal do Terreiro do Paço (reclassificação).

Rubricas	Adições									
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado	Dação em Pagamento	Locação Financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)+(10)
ATIVOS INTANGÍVEIS										
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
Goodwill										
Projectos de desenvolvimento	14 750,00	-	-	-	-	-	-	-	-	14 750,00
Programas de computador e sistemas de informação	15 031,40	10 942,40	-	-	-	-	-	-	-	25 973,80
Propriedade industrial e intelectual										
Outros										
Ativos intangíveis em curso	(15 031,40)	7 000,00	-	-	-	-	-	-	-	(8 031,40)
Total	**14 750,00**	**17 942,40**	-	-	-	-	-	-	-	**32 692,40**

ii) Ativos Intangíveis – Diminuições

Durante o exercício findo de 31 de dezembro de 2022 não ocorreram diminuições nos Ativos Intangíveis.

3.2. Outras divulgações de ativos intangíveis

a) Ativos intangíveis materialmente relevantes

A Soflusa não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2022 e 2021.

b) Ativos intangíveis adquiridos através de transações sem contraprestação e inicialmente reconhecidos pelo justo valor

A Soflusa não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2022 e 2021.

c) Ativos intangíveis de titularidade restringida e ativos intangíveis dados como garantia de passivos

A Soflusa não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2022 e 2021.

d) Compromissos contratuais para aquisição de ativos intangíveis

Em 2022, a Soflusa assumiu compromissos para aquisição de ativos intangíveis, no montante de 105.411,50€ deste montante, 68.511,50 € corresponde a compromissos transitados e 36.900 € corresponde a novos compromissos.

Em 2021 foram assumidos compromissos no montante de 94.859,78€, referentes a ativos intangíveis.

3.3. Ativos intangíveis revalorizados

A Soflusa não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2022 e 2021.

3.4. Gastos de pesquisa e desenvolvimento

A Soflusa não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2022 e 2021.

3.5. Outras divulgações

a) Ativos intangíveis totalmente amortizados ainda em uso:

A 31 de dezembro de 2022 a Soflusa tinha ativos intangíveis totalmente depreciados, ainda em uso, no valor de 366.002,75 € (262.703,08€ em 2021), que correspondem na sua totalidade a Programas de Computador e Sistemas de Informação.

4 Acordos de concessão de serviços: concedente

Norma não aplicável.

5 Ativos fixos tangíveis

5.1. Ativos fixos tangíveis reconhecidos nas demonstrações financeiras

a) Bases de mensuração

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2017 encontram-se registados ao custo de aquisição, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites até àquela data, deduzido das depreciações.

Na transição manteve-se o critério de mensuração pelo método do custo.

b) Método de depreciação usado

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas, após a data em que os bens se encontrem disponíveis para utilização em conformidade com o período de vida útil máximo dado, constante no Classificador Complementar 2 do Plano de Contas Multidimensional, publicado no Anexo ao Decreto-lei nº 192/2015, de 11 de setembro.

c) Vidas úteis ou taxas de depreciação

Existem Fichas de Cadastro atualizadas à data de relato, onde consta, para cada elemento aplicável dos ativos fixos tangíveis, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de depreciação, bem como a respetiva quantia escriturada líquida.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

As vidas úteis e métodos de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

d) Ativos fixos tangíveis – variação das depreciações e perdas por imparidade acumuladas

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Rubricas	Início do Período				Final do Período			
	Quantia bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidade Acumuladas	Quantia escriturada	Quantia bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidade Acumuladas	Quantia escriturada
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(2)-(3)-(4)	(6)	(7)	(8)	(9)=(6)-(7)-(8)
Outros Ativos Tangíveis								
Terrenos e recursos naturais								
Edifícios e outras construções	1 815 871,29	332 981,60		1 482 889,69	2 067 673,06	499 980,29		1 567 692,77
Equipamento básico	61 117 650,16	51 316 334,01		9 801 316,15	61 612 439,98	54 248 820,42		7 363 619,56
Equipamento de transporte	90 021,25	90 021,25		-	90 021,25	90 021,25		-
Equipamento Administrativo	188 744,50	131 357,55		57 386,95	195 404,30	156 525,55		38 878,75
Equipamentos biológicos	-	-		-	-	-		-
Outros	120 796,11	27 180,18		93 615,93	151 314,76	41 946,38		109 368,38
Ativos fixos tangíveis em curso	162 157,99	-		162 157,99	-	-		-
	63 495 241,30	51 897 874,59	-	11 597 366,71	64 116 853,35	55 037 293,89	-	9 079 559,46
Total	**63 495 241,30**	**51 897 874,59**	-	**11 597 366,71**	**64 116 853,35**	**55 037 293,89**	-	**9 079 559,46**

e) Ativos fixos tangíveis – quantia escriturada e variações do período

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, ocorreram as seguintes variações:

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações								
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diferenças Cambiais	Diminuições	Quantia escriturada (final)
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)+(10)
Outros Ativos Tangíveis										
Terrenos e recursos naturais										
Edifícios e outras construções	1 482 889,69		251 801,77				(166 998,69)			1 567 692,77
Equipamento básico	9 801 316,18	30 459,40	464 330,42				(2 932 486,44)			7 363 619,56
Equipamento de transporte	-						-			-
Equipamento Administrativo	57 386,95	1 750,00	4 909,80				(25 168,00)			38 878,75
Outros	93 615,93	16 942,68	13 575,97				(14 766,20)			109 368,38
Ativos fixos tangíveis em curso	162 157,99	587 209,97	(749 367,96)				-			-
	11 597 366,74	636 362,05	(14 750,00)	-	-	-	(3 139 419,33)	-	-	9 079 559,46
Total	**11 597 366,74**	**636 362,05**	**(14 750,00)**	-	-	-	**(3 139 419,33)**	-	-	**9 079 559,46**

i) Ativos Fixos Tangíveis – Adições

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, ocorreram as seguintes adições:

Rubricas	Adições										
	Internas	Compras	Cessão	Transferência ou troca	Expropriação	Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado	Dação em pagamento	Locação Financeira	Fusão, Cisão, reestruturação	Outras	Total
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	((12)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)+(10)+(11))
Outros Ativos Tangíveis											
Terrenos e recursos naturais											
Edifícios e outras construções	251 801,77	-									251 801,77
Equipamento básico	464 330,42	30 459,40									494 789,82
Equipamento de transporte	-	-									-
Equipamento Administrativo	4 909,80	1 750,00									6 659,80
Outros	13 575,97	16 942,68									30 518,65
Ativos Fixos tangíveis em curso	(749 367,96)	587 209,97									(162 157,99)
	(14 750,00)	636 362,05	-	-	-	-	-	-	-	-	621 612,05
Total	(14 750,00)	636 362,05									621 612,05

O aumento registado em Ativos Fixos Tangíveis, no montante de 621.612,05 € deve-se à conclusão de diversos projetos que se encontravam em curso, destacando-se:

Investimentos em ILD – Infraestruturas de Longa duração / Edifícios e outras construções (251.801,77 € – dos quais, 81.849,42 € transitaram em curso de 2021) - despesa em 2022 = **169.952,35 €**:

- **i)** Terminal do Terreiro do Paço - Obras de reabilitação da bilheteira da sala de controlo de tráfego (93.294,35€ - dos quais, 48.384,23€ transitaram em curso de 2021) despesa em 2022 = 44.9410,12€.
- **ii)** Terminal do Barreiro - Conclusão das obras de reabilitação de bilheteiras (42.412,84 € - dos quais, 25.078,74€ transitaram em curso de 2021) despesa em 2022 = 22.334,10 €;
- **iii)** Terminal do Barreiro - Trabalhos a mais - Empreitada de remodelação (94.331,05 €);
- **iv)** Terminal do Barreiro – Construção de vedação (16.763,53 € € - dos quais, 8.386,45€ transitaram em curso de 2021) despesa em 2022 = 8.377,08 €.

Beneficiações de Frota – Equipamento Básico (494.789,82 €, dos quais 57.959,12 € transitaram em curso de 2021) – despesa em 2022 = **436.830,70 €:**

- **v)** Conclusão projeto aumento de lotação - frota de catamarans Damen (187.769,82 €, dos quais 57.959,12 € transitaram em curso de 2021) – despesa em 2022 = 129.810,70 €;
- **vi)** Grandes Intervenções em navios:
  - Revisão geral das caixas redutoras do navio Damião de Goes (39.500 €)
  - Revisão dos motores principais (MPP's) dos navios Gil Vicente (90.112 €), Almeida Garrett (90.112 €) e Cesário Verde (87.296 €)

Equipamento administrativo (**6.659,80 €**):

- **vii)** Aquisição de equipamento informático (4.909,80 €) e cadeiras de escritório (1.750 €)

Outros Investimentos (**30.518,65 €**):

- **viii)** Aquisição de sistema de som para o Terminal do Barreiro (13.575,97 €)
- **ix)** Aquisição de UPS para os Terminais Barreiro e Terreiro do Paço (15.207,68)
- **x)** Aquisição de equipamentos de ar condicionado para os Terminais (1.735 €)

ii) Ativos Fixos Tangíveis - Diminuições

Durante o exercício findo de 31 de dezembro de 2022 não ocorreram diminuições no Ativo Fixo.

5.2. Outras divulgações de ativos fixos tangíveis reconhecidos nas demonstrações financeiras

a) Ativos fixos tangíveis de titularidade restringida e ativos fixos tangíveis dados como garantia de passivos

A Soflusa não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2022 e 2021.

b) Quantia de dispêndios reconhecidos na quantia escriturada do ativo durante a sua construção

A Soflusa não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2022 e 2021.

c) Quantia de compromissos contratuais para a aquisição de ativos fixos tangíveis

Em 2022 foram assumidos compromissos para aquisição de ativos fixos tangíveis, no montante de 796.845,87€. Em 2021 o montante de compromissos assumidos nesta rubrica ascendeu a 2.985.220,65€.

d) Quantia da compensação por terceiros em imparidade, relativa a bens ativos fixos tangíveis, perdidos ou cedidos

A Soflusa não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2022 e 2021.

5.3. Depreciações de ativos fixos tangíveis 2022

Rubricas	Depreciações do período	
	Reconhecidas nos resultados	Incluídas nos custos de outros ativos
Outros Ativos fixos Tangíveis		
Terrenos e recursos naturais		
Edifícios e outras construções	166 998,69	
Equipamento básico	2 932 486,44	
Equipamento de transporte	-	
Equipamento Administrativo	25 168,00	
Equipamentos biológicos	-	
Outros	14 766,20	
Ativos fixos tangíveis em curso	-	
	3 139 419,33	
Total	**3 139 419,33**	

5.4. Alterações de estimativas contabilísticas

A Soflusa não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2022 e 2021.

5.5. Ativos fixos tangíveis revalorizados

A Soflusa não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2022 e 2021.

5.6. Outras divulgações

a) Ativos fixos tangíveis temporariamente sem uso

A Soflusa não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2022 e 2021.

b) Ativos fixos tangíveis totalmente depreciados que ainda estejam em uso

A 31 de dezembro de 2022 a Soflusa tinha os seguintes montantes em ativos fixos tangíveis totalmente depreciados e ainda em uso:

	Descrição	
43211	Edifícios	209 983,21
43393	Pontões, Passadiços e Flutuadores	124 832,29
43394	Embarcações	8 399 261,55
43395	Acessórios Utensílios de Navegação	23 309,87
43396	Máquinas e Acessórios	280 318,09
43397	Ferramentas e Utensílios	14 384,10
43421	Veículos	90 021,25
43511	Equipamento informático	16 966,71
43512	Equipamento de telecomunicações	918,41
43522	Equipamento de reprografia	119,31
4353	Mobiliário de escritório e de arquivo	68 213,37
43721	Mobiliário e equipamento comum	12 227,61
43723	Utensílios de decoração e conforto	1 211,06
43724	Equipamento e dispositivos de iluminação	9,67
43725	Equipamento de ar condicionado e de circulação de ar	2 476,19
43726	Equipamento de aquecimento de ambiente e aquecedores de água domésticos	852,09
		9 245 104,78

c) Ativos fixos retirados de uso ativo e detidos para alienação

A Soflusa não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2022 e 2021.

6 Locações

Norma não aplicável.

7 Custos de empréstimos obtidos

a) Política contabilística adotada nos custos de empréstimos obtidos

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime do acréscimo, exceto nos casos em que estes encargos sejam atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo cujo período de tempo para ficar pronto para o uso pretendido seja substancial, caso em que são

capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para o seu uso ou para a sua venda estejam concluídas.

b) Os custos de empréstimos incorridos nos exercícios de 2022 e 2021 foram os seguintes:

Entidade	Data do Contrato	Data do visto do TC	Prazo do Contrato	Capital		Taxa de juro		Pagamentos de anos anteriores			Pagamentos do ano			Encargos vencidos e não pagos	Saldo em 1 de janeiro	Saldo a 31 de dezembro
				Contratado	Utilizado	Inicial	Atual	Amortização	Juros	Total	Amortização	Juros	Total			
Transtejo - Transportes Tejo, S.A.																
	31/07/2018	N/A	7 Anos	2 200 000,00	1 124 668,10	0,76%	0,76%		8 609,17	8 609,17	-	8 609,17	8 609,17	-	1 124 668,10	1 124 668,10
	21/11/2018	N/A	7 Anos	2 503 055,00	2 503 055,00	0,83%	0,83%		21 122,27	21 122,27	-	21 122,27	21 122,27	-	2 503 055,00	2 503 055,00
	16/10/2019	N/A	7 Anos	1 500 000,00	1 500 000,00	0,25%	0,25%		3 802,08	3 802,08	-	3 802,08	3 802,08	-	1 500 000,00	1 500 000,00
	10/12/2019	N/A	7 Anos	1 000 000,00	1 000 000,00	0,25%	0,25%		2 534,72	2 534,72	-	2 534,72	2 534,72	-	1 000 000,00	1 000 000,00
	31/12/2020	N/A	7 Anos	1 000 000,00	1 000 000,00	0,25%	0,25%		2 319,45	2 319,45	-	2 534,72	2 534,72	-	1 000 000,00	1 000 000,00
	31/12/2020	N/A	7 Anos	36 174,01	36 174,01	0,25%	0,25%		84,53	84,53	-	84,53	84,53	-	36 174,01	36 174,01
	31/12/2021	N/A	7 Anos	38 272,24	38 272,24	0,25%	0,25%			-	-	89,23	89,23	-	38 472,24	38 472,24
	31/12/2022	N/A	7 Anos	42 063,16	42 063,16	0,25%	0,25%			-	-			-		42 063,16
				8 319 564,41	7 244 232,51			-	38 472,24	38 472,24	-	38 776,72	38 776,72	-	7 202 369,35	7 244 432,51

Todos os empréstimos estão negociados em Euros e correspondem a operações de financiamento de tesouraria, negociados com a Transtejo, aos quais se encontra aplicada uma taxa fixa nominal média de 0,53%, tendo por base o custo do financiamento obtido pela Transtejo junto do acionista Estado.

A amortização dos empréstimos é efetuada por encontro de contas ou conversão de créditos e não pela entrada de valores em caixa e equivalentes de caixa.

O montante de juros suportados corresponde, na sua totalidade, aos valores debitados pela acionista Transtejo, sendo calculados com base na taxa de juro aplicada ao serviço da dívida dos financiamentos contratados por esta empresa no IGCP, através da DGTF. Encontram-se refletidos na ótica do acréscimo, respeitante a base semestral subjacente ao período de vigência dos financiamentos (que têm vencimento em maio e novembro).

Os juros efetivamente registados respeitam aos montantes vencidos nos períodos referidos e são apurados com base nas condições de financiamento obtidas pela Transtejo (cobrado no âmbito do empréstimo de tesouraria à (taxa de 0,53% em 2022):

Descrição	2022	2021
Gastos Financeiros		
Juros e gastos similares	42 334,40	42 494,76
	42 334,40	**42 494,76**

8 Propriedades de Investimento

Norma não aplicável.

9 Imparidade de ativos

As imparidades para clientes de cobrança duvidosa são avaliadas anualmente tendo em conta a avaliação dos riscos de cobrança dos respetivos saldos.

Ativos Financeiros	Natureza	Quantia Bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável	Modelo Utilizado	
					Justo Valor	Valor de Uso
Dívidas de Clientes	Gerador de caixa	184 510,16	184 510,16	-		Fluxos de Caixa
TOTAL		184 510,16	184 510,16	-		

A dívida ajustada em 31 de dezembro de 2022 e 2021 respeita, na sua maior parte, ao montante de direitos aduaneiros de duas embarcações construídas pela sociedade holandesa *Damen Shipyards*, cuja regularização se encontra pendente de decisão por parte da Comissão Europeia (183.019,18 €).

10 Inventários

a) Política contabilística e método de custeio usado

Os inventários encontram-se valorizados pelo custo.

O custo inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários na sua condição atual. Os custos de compras incluem o preço de compra, os direitos de importação e outros impostos alfandegários, os custos de transporte e manuseamento, descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes. Os custos de conversão incluem os custos diretamente relacionados com as unidades de produção, tais como as matérias-primas e a mão de obra direta, incluindo ainda gastos de produção fixos e variáveis. A imputação de gastos gerais de produção fixos é baseada na capacidade normal das instalações de produção.

A Soflusa adota o sistema do custo médio ponderado como fórmula de custeio dos seus inventários.

b) Quantia de inventários registada

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os inventários da Empresa detalham-se conforme se segue:

Descrição	Quantia escriturada inicial	Compras líquidas	Consumos / Gastos	Perdas por imparidade	Reversão de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de inventários	Quantia escriturada final
Mercadorias								
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	156 165,89	6 770 122,11	6 278 261,77			416 364,54		231 661,69
Produtos acabados e intermédios								
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos								
Produtos e trabalhos em curso								
Total	**156 165,89**	**6 770 122,11**	**6 278 261,77**	-	-	**416 364,54**	-	**231 661,69**

O valor dos inventários reconhecidos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 inclui:

	2022	2021
Gasóleo	127 321,21	50 671,78
Sobressalentes	323 949,41	323 949,41
Lubrificantes	26 660,50	25 791,13
Bilhetes	987,00	3 010,00
Imparidade de inventários	(247 256,43)	(247 256,43)
Total inventários	**231 661,69**	**156 165,89**

A totalidade de itens registados em inventários encontra-se contabilizada pelo valor de realização líquido.

O valor dos inventários reconhecidos em 2022, como gasto e incluído na rubrica "custo das mercadorias matérias consumidas" totalizou 6.278.261,77€ (em 2021: 3.568.661,20€), nos quais se destaca o consumo de combustível (gasóleo) no montante de 6.207.859,97€ (2021: 3.492.996,20 €).

c) Quantia de inventários registada pelo justo valor menos custos de venda

A Soflusa não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2022 e 2021.

d) Quantia de inventários reconhecida como gasto no período

O detalhe dos custos com mercadorias vendidas e matérias consumidas é como segue:

	2022	2021
Gasóleo p/consumo	6 207 859,97	3 492 996,20
Consumo de lubrificantes	64 412,80	60 729,20
Consumo Bilhetes	5 989,00	14 935,80
Total	**6 278 261,77**	**3 568 661,20**

O montante de maior relevância corresponde aos consumos de combustível realizado pelas embarcações na atividade de exploração.

O custo do gasóleo consumido em 2022, 6.207.859,97 € apresenta um acréscimo relevante relativamente aos gastos de 2021 (que ascenderam a 3.492.996,20 €), refletindo o efeito do significativo aumento do preço dos combustíveis, decorrente da situação de guerra no leste da Europa / choque geopolítico. O agravamento em apreço refletiu-se a partir do mês de abril, elevando para mais do dobro o preço por litro.

Note-se que os níveis de atividade verificados em 2022 (oferta: 41.668 viagens para disponibilizar 233.794.288 LKO), foram até, ligeiramente inferiores aos registados no ano anterior (42.291 viagens para disponibilizar 177.694.515 LKO).

O principal aspeto que justifica o assinalado aumento de gastos com gasóleo em 2022, decorre da variação do preço médio por litro: em 2022 ascendeu a 0,99 €, refletindo 9 meses de sujeição a uma escalada de preços de mercado. Em 2021 o preço médio por litro ascendeu a 0,55 €.

O apuramento do custo das matérias consumidas nos exercícios de 2022 e 2021 foi determinado como segue:

	2022	2021
Existências iniciais	156 165,89	130 145,28
Compras de materiais diversos	6 770 122,11	3 803 591,64
Regularização de existências	(416 364,54)	(208 909,83)
Existências finais	(231 661,69)	(156 165,89)
Gastos do exercício	**6 278 261,77**	**3 568 661,20**

e) Quantia de redução de inventários reconhecida como gasto no período

A Soflusa não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2022 e 2021.

f) Quantia das perdas por imparidade e das reversões de inventários reconhecidas como um gasto do período

A evolução das perdas por imparidade acumuladas e das reversões de inventários nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 é detalhada como se segue:

Imparidades	Saldo inicial 31.12.2021	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final 31.12.2022
Mercadorias					
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	247 256,43				247 256,43
Produtos acabados e intermédios					
Produtos e trabalhos em curso					
Total	**247 256,43**	-	-	-	**247 256,43**

A imparidade de inventários acumulada, foi constituída em 2015, e corresponde aos sobressalentes da frota sem rotação e/ou obsoletos.

No exercício de 2017 foi reconhecido um reforço da imparidade no montante de 14.797,30€, não sendo assinalável qualquer operação em 2021, nem em 2022.

g) Circunstâncias ou acontecimentos que conduziram à reversão de um ajustamento de inventários

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é reconhecida quando existem indícios de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existam ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração de resultados como "imparidade de inventários (perdas/reversões)". Contudo, a reversão da perda de imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida caso a perda de imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não ocorreram quaisquer movimentos de reversão de ajustamento de inventários.

h) Quantia escriturada de inventários dados como penhor de garantias a passivos

A Soflusa não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2022 e 2021.

11 Agricultura

Norma não aplicável.

12 Contratos de construção

Norma não aplicável.

13 Rendimentos de transações com contraprestação

a) Política contabilística e métodos adotados

VENDAS - O rendimento é reconhecido na demonstração de resultados:

i) Quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador;
ii) Quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse;
iii) Quando o montante dos réditos possa ser fiavelmente quantificado;
iv) Quando seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade;
v) Quando os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS - O rendimento é reconhecido na demonstração de resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

JUROS - O rendimento é reconhecido na demonstração de resultados através do método do juro efetivo.

b) Quantia de cada categoria de Rendimentos

Os rendimentos de transações com contraprestação efetuadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, têm a seguinte decomposição:

Rendimento	31.12.2022	31.12.2021
Prestação de Serviços	10 106 911,66	9 139 314,66
Venda de bens		-
Outros rendimentos operacionais	622 130,66	662 071,38
Juros		-
Total	**10 729 042,32**	**9 801 386,04**

Conforme abaixo se demonstra, em 2022 verificou-se uma recuperação dos níveis de atividade face ao período de vigência da situação de pandemia, salientando-se um aumento dos rendimentos associados à venda de títulos de transporte:

O montante de Prestações de serviços reconhecidos tem o seguinte detalhe:

Descrição	Obs.	2022	2021
Tráfego de Passageiros			
Apoio PART	i)	3 269 369,54	4 250 502,05
Bilhetes	ii)	905 198,40	639 266,76
Passes próprios	iii)	88 639,33	88 314,55
Zapping	iv)	927 178,57	587 276,68
Navegante Metropolitano	i)	4 678 810,71	3 399 923,27
Navegante Municipal	i)	237 285,12	173 658,22
Outros		429,99	373,13
Total		**10 106 911,66**	**9 139 314,66**

i) **Apoio PART/Navegante Metropolitano/Navegante Municipal:** Através do Regulamento nº 278 - A/2019 de 27 de março - Regulamento que define as regras gerais para a implementação do sistema tarifário na área Metropolitana de Lisboa, entrou em vigor o novo passe Navegante (Metropolitano e Municipal) substituindo todos os passes multimodais com valor superior a 40€. No âmbito deste programa PART, que entrou em vigor em abril de 2019, foi estabelecido um modelo de compensação financeira, visando assegurar o nível de receitas reais dos operadores, tomando como referência os meses de abril a dezembro de 2018.

ii) **Bilhetes:** rendimentos de carregamentos de cartões Lisboa Viva (títulos de viagem próprias ocasionais).

iii) **Passes próprios:** passes mensais exclusivos para a carreira da Empresa.

iv) **Zapping:** sistema de aquisição de viagens que permite aos passageiros ocasionais utilizar a Soflusa, a Carris e o Metro Lisboa mediante carregamento de valores, com descontos associados, em suporte Viva Viagem.

O montante reconhecido em Outros Rendimentos e Ganhos diz respeito a rendimentos suplementares e tem o seguinte detalhe:

Descrição		2022	2021
Outros rendimentos			
Afretamento de Navios	i)	300 300,00	432 000,00
Aluguer de Espaços e Outros	ii)	240 371,27	173 046,36
Venda de Cartões p/passes		65 705,58	45 415,94
Cedência de energia		6 280,39	1 667,80
Consumo de água		2 305,88	1 342,89
Outros	iii)	7 167,54	8 598,39
		622 130,66	**662 071,38**

i) **Afretamento de navios:** refere-se aos rendimentos obtidos com o afretamento à Transtejo de duas embarcações ("Cesário Verde") na sequência de contrato de afretamento "a casco nu" celebrado entre as duas sociedades. No ano 2022, o rendimento gerado por esta operação foi de 300.300,00€, e em 2021, o rendimento ascendeu a 432.000,00€.

ii) **Aluguer de Espaços e Outros:** inclui os rendimentos obtidos com licenças de ocupação de espaços comerciais a retalho 181.114,15€ (2021: 122.722,28€), exploração do parque do estacionamento do Barreiro 59.257,12€ (2021: 50.324,08€);

iii) **Outros:** inclui a cedência de espaços para publicidade 5.722,03€ (2021: 7.316,94€), e as comissões (comparticipações em vendas de terceiros) 1.445,51€ (2021: 1.281 ,45€).

c) Rendimentos provenientes da troca de bens ou serviços

A Soflusa não tem qualquer operação a reportar referente aos exercícios de 2022 e 2021.

14 Rendimentos de transações sem contraprestação

14.1. Divulgação das classes de rendimentos sem contraprestação

Os rendimentos provenientes de transações sem contraprestação recebidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 têm a seguinte decomposição na Demonstração de Resultados por Naturezas:

Rendimentos	31.12.2022	31.12.2021
Subsídios obtidos	**3 198 782,28**	**3 168 823,98**
Indemnizações Compensatórias	-	-
Compensação 4/18 e Sub 23	177 355,35	177 359,12
Compensação Passe Social +	104 429,21	104 464,86
Compensação CPSP - Dispon. Infraestruturas	1 128 018,28	870 000,00
Compensação CPSP - Cumprim. Obriga.	1 788 979,44	2 017 000,00
Outros Rendimentos	**1 870 574,06**	**1 816 290,80**

Na sequência da celebração do contrato de serviço público entre a Transtejo e o Estado português (em 07 de outubro de 2020 e com visto prévio do Tribunal de Contas obtido em 24 de fevereiro de 2021), foi celebrado entre a Transtejo e a Soflusa, em 14 de julho de 2021, um sub-contrato de prestação do serviço público referente à concessão da exploração da ligação fluvial "Lisboa – Barreiro". Após obtenção de visto prévio do Tribunal de Contas a 20 de agosto de 2021, foi dado seguimento á regularização do pagamento das compensações financeiras, tendo sido transferidos pela Transtejo para a Soflusa os montantes referentes às duas componentes: Disponibilização de Infraestruturas = 870.000 € + IVA, Obrigações de Serviço Público = 2.017.000 € + IVA.

O ano 2022 foi o 2º ano de vigência do subcontrato de serviço público supra referido

O valor registado na rubrica de "Outros Rendimentos e Ganhos" inclui o valor de imputação de subsídios para investimentos, conforme quadro seguinte:

quantias dos subsídios reconhecidos na demonstração de resultados e no balanço			Período de 2022			Período de 2021		
			Demonstração de Resultados	Balanço		Demonstração de Resultados	Balanço	
			Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Quantias reconhecidas em gastos do período	Quantias reconhecidas no capital	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Quantias reconhecidas em gastos do período	Quantias reconhecidas no capital
Não Reembolsáveis	Subsídios relacionados com ativos	Damião de Goes (FEDER - 50%/PIDDAC - 31%)	195 707,52	195 707,52	163 561,62	195 707,52	195 707,52	359 769,14
		Miguel Torga (FEDER - 50%/PIDDAC - 31%)	197 615,76	197 615,76	263 996,19	197 615,76	197 615,76	461 611,95
		Fernando Namora(FEDER - 50%/PIDDAC - 31%)	197 842,20	197 842,20	264 334,66	197 842,20	197 842,20	462 176,86
		Gil Vicente (FEDER - 50%/PIDDAC - 31%)	197 864,04	197 864,04	264 161,80	197 864,04	197 864,04	462 025,84
		Jorge Sena (FEDER - 50%/PIDDAC - 31%)	192 604,68	192 604,68	257 775,51	192 604,68	192 604,68	450 380,19
		Almeida Garrett (FEDER - 50%/PIDDAC - 31%)	192 746,64	192 746,64	257 091,67	192 746,64	192 746,64	449 838,31
		Fernando Pessoa (FEDER - 50%/PIDDAC - 31%)	192 828,60	192 828,60	336 805,50	192 828,60	192 828,60	529 634,10
		Antero Qental (FEDER - 50%/PIDDAC - 31%)	196 227,96	196 227,96	341 856,44	196 227,96	196 227,96	538 084,40
		FA - Transporte Bicicletas	3 900,00	3 900,00	19 175,00	3 900,00	3 900,00	23 075,00
		FA - Aumento de Lotação	71 001,71	71 001,71	641 251,32	58 186,99	58 186,99	712 253,03
		FA - PEES - Promoção da Mobilidade Sustentável	226 699,74	226 699,74	3 357 035,74	44 565,52	44 565,52	3 583 735,48
		FA - PEES - Estacionamento Bicicletas	1 071,25	1 071,25	8 839,48	89,27	89,27	9 910,73
Total			1 866 110,10	1 866 110,10	6 175 884,93	1 670 179,18	1 670 179,18	8 041 995,03

O valor a reconhecer em rendimentos no exercício de 2022 relacionado com os subsídios ao investimento é de 1.866.110,10€ e em 2021 é de 1.670.179,18€, os quais são reconhecidos em rendimentos à medida que são contabilizadas as amortizações e depreciações dos bens subsidiados.

Em setembro de 2020 foi celebrado um protocolo de colaboração técnica e financeira, entre a Soflusa e o Fundo Ambiental, visando a atribuição de financiamento, no âmbito do PEES – Programa de Estabilização Económica e Social, para cobertura financeira de investimentos no âmbito de projetos a desenvolver em 2020 e 2021, visando Intervenções diversas em navios e infraestruturas para promoção de uma mobilidade mais sustentável, designadamente:

- Beneficiações no Terminal do Barreiro
- Reforço do sistema de bilhética e controlo de acessos
- Beneficiações no Terminal do Terreiro do Paço
- Recuperação de infraestruturas marítimas
- Grandes Intervenções na frota de navios
- Instalação de equipamentos de estacionamentos de bicicletas em interfaces de Soflusa

O referido programa contemplou um subsídio no montante de montante de 3.638.301,00€, sendo que 3.628.301,00€ se destinou a financiar medidas de promoção de mobilidade sustentável e 10.000,00€ para estacionamento de bicicletas.

Do montante supra referido, 626.845€ foram recebidos em 2020. Em 2021 foi recebido o montante de 3.011.456 € para afetar a projetos a desenvolver nesse ano, tendo a sua aplicação em compromissos sido limitada ao montante de 2.937.882€, por indisponibilidade de dotação no orçamento da despesa de investimentos e na sequência de constrangimentos face ao contexto de pandemia COVID-19, que causou dificuldades na obtenção dos materiais necessários para o desenvolvimento e conclusão de alguns projetos financiados. Com base nessa

exposição foi solicitada e autorizada pelo Fundo Ambiental, entidade gestora do PEES, a prorrogação do prazo de execução dos projetos, até 31-12-2022, tendo transitado o montante de 700.418,68 € por aplicar.

Este valor foi aplicado em 2022 na generalidade dos projetos referidos na nota 5.1.: Conclusão do projeto de remodelação da sala de controlo e bilheteira, do terminal do Terreiro do Paço; beneficiações do Terminal do Barreiro e grandes intervenções na frota de navios (remotorizações).

Salienta-se ainda que durante 2021 se manteve em curso o projeto de aumento de lotação dos navios da classe Damen (incremento de 100 lugares por navio), no âmbito do financiamento do Fundo Ambiental. (800.000 €) aplicando o subsídio recebido em 2019, no montante de 640.000 € (80%). Este projeto permaneceu em curso no final de 2021, tendo sido condicionado por dificuldades em realizar os trabalhos, devido à necessidade de conciliar a imobilização dos navios a intervencionar face à disponibilidade de unidades mínimas para assegurar a operação.

Conforme explicado na nota 5.1. em 2022 ocorreu a conclusão do referido projeto de projeto de aumento de lotação dos navios da classe Damen - valor realizado em 2022 ascendeu a 57.957,12 €.

Os rendimentos provenientes de transações sem contraprestação recebidos em exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 têm a seguinte decomposição no balanço:

Balanço	Ano 2022	Ano 2021
Activos Sujeitos a restrições		
Contas a Receber de transações sem contraprestação	34 877,46	28 327,51
Adiantamento de recebimentos de transações sem contraprestação		
Passivos relacionados com ativos transferidos sujeitos a condições		
Passivos relativos a empréstimos bonificados sujeitos às condições dos activos transferidos		
Passivos perdoados		

O valor indicado, corresponde a um valor a receber de subsídios à exploração referente a valores que transitaram de compensações de 4_18 e sub23 e Social+, conforme informação recebida por parte da Secretaria Geral do Ministério do Ambiente.

14.2. Outras divulgações

a) Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento de rendimentos provenientes de transações sem contraprestação

Em 2022, enquadrada pelo já referido sub-contrato de prestação de serviço público de transporte, foi realizada a transferência da Compensação Financeira da Transtejo à Soflusa, pelo montante de 2.916.997,70 € + IVA (2021: 2.887.000€+IVA).

Através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2022, de 23 de novembro, foi aprovada atribuição referente a 2022, de compensações tarifárias, referentes aos passes subsidiados (4_18€escola.tp; sub23@superior.tp e Social+) num total de 309.765,85€ + IVA.

b) Bases em que foi mensurado o justo valor dos recursos que fluíram para a entidade

Nada a reportar nos exercícios em apreço.

c) Para as principais classes de réditos de impostos que a entidade não tenha podido mensurar com fiabilidade durante o período em que o acontecimento tributável ocorra, informação acerca da natureza desses impostos

Nada a reportar nos exercícios em apreço.

d) A natureza e tipo das principais classes de legados, ofertas e doações, evidenciando separadamente as principais classes de bens em espécie recebidos

Nada a reportar nos exercícios em apreço.

14.3. Serviços em espécie recebidos, incluindo os não reconhecidos

Nada a reportar nos exercícios em apreço.

15 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

15.1. Provisões

As provisões são reconhecidas quando se verificam cumulativamente as seguintes situações:

i) Exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado;
ii) Seja provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação;
iii) Possa ser efetuada uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro em 2022 e 2021, ocorreram os seguintes movimentos na rubrica de provisões:

Provisões	Saldo inicial 31.12.2021	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final 31.12.2022
Impostos	81,96	-	-	-	81,96
Processos judiciais em curso	263 939,22	662 623,80	(195 720,80)	-	730 842,22
Matérias ambientais	21 000,00	-	-	-	21 000,00
Total	**285 021,18**	**662 623,80**	**(195 720,80)**	-	**751 924,18**

Em 2022, o impacto líquido dos movimentos ocorridos em provisões ascendeu a 466.903,00€, contemplando:

- Reversões, no montante de 195.720,80€, correspondente a provisões que estavam constituídas para processos judicias em curso respeitantes, nomeadamente, à S&C - Gestão de Navios e Tripulações (68.384,74€), ao Sindicato dos transportes Fluviais, Costeiros e da Marinha Mercante (32.000€) e a diversos processos de trabalhadores (36.646,50€).
- Reforços, no montante de 662.623,80€ referentes a:
  - Processos intentados por trabalhadores ao serviço de empresas externas no montante de 25.500€;
  - Processos constituídos por trabalhadores ao serviço da Soflusa, no montante de 637.123,80€, referentes a diferenças salariais decorrentes de retribuições de férias e subsídios de férias vencidos e não pagos.

Em 2021, o impacto líquido dos movimentos ocorridos em provisões, ascendeu a 229.442,32 €, destacando-se:

- Reversões, no montante de 316.149 €, referente às provisões que estavam constituídas para o Sindicato da Marinha Mercante, trabalhadores ao serviço da Soflusa e de empresas externas trabalhadores ao serviço, no seguimento do desfecho de processos que implicou a sua utilização;
- Reforços, no montante de 86.706,68 € correspondendo a 84.864,93€ dos trabalhadores ao serviço da Soflusa e de 1.841,75€ da Sustentâncora – Construção e Reparação Naval.

15.2. Breve descrição da natureza das obrigações e momento esperado de quaisquer exfluxo de benefícios económicos esperados ou de potencial de serviço

Nada a reportar nos exercícios em apreço.

15.3. Passivos contingentes

Salienta-se o risco de encargos futuros associados aos processos judiciais referidos no ponto anterior, para os quais se encontra constituída provisão.

15.4. Ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2022 a Soflusa não tinha quaisquer ativos contingentes a reportar.

16 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

A Soflusa reconhece as transações e moeda estrangeira às taxas de câmbio das datas das referidas transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas para as taxas de câmbio da data de fecho.

Os itens não monetários mensurados ao custo histórico por uma moeda estrangeira mantêm o valor transposto à data da transação, não sendo atualizados. Os itens não monetários mensurados ao justo valor numa moeda estrangeira são atualizados para as taxas de câmbio à data em que os justos valores foram determinados.

16.1. Diferenças de câmbio reconhecidas nos resultados

As diferenças de câmbio resultantes de transposições atrás referidas são reconhecidas nos resultados do período em que ocorram.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 não existiam diferenças de câmbio registadas.

16.2. Moeda de apresentação

A moeda de apresentação é o Euro.

17 Acontecimentos após a data de relato

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão de 25 de maio de 2023 pelo Conselho de Administração.

No ano 2022 iniciou-se um novo ciclo com a nomeação do XXIII Governo Constitucional, sendo expectável que se mantenha a estratégia governamental que enquadra os principais vetores da atividade da empresa.

Foi ainda marcado pela persistência da pandemia de Covid-19, embora com sinais de uma retoma mais firme à normalidade, um gradual abrandamento das medidas de mitigação e eliminação das restrições que caracterizaram os anos anteriores. Em 2023, assiste-se já a uma consolidação desta normalidade.

Porém, revela-se imprescindível manter o foco no equilíbiro e sustentabilidade da economia, que caracterizam a estratégia do mais recente Programa de Estabilidade 2023-2027 anunciado pelo governo.

Persiste um contexto de elevada incerteza quanto à recuperação económica, condicionada pela instabilidade decorrente do conflito gerado pela invasão da Ucrânia pela Rússia, situação de prossegue à data da preparação deste documento. Este contexto geopolítico, que marcou a economia e a vida das empresas em 2022, não parece ter fim à vista. As implicações decorrentes do aumento dos preços dos bens e serviços continuam a marcar o custo de vida e a afetar o normal desenvolvimento das atividades económicas.

No caso concreto da Soflusa, salienta-se o impacto do aumento do preço dos recursos energéticos na estrutura económica e financeira, elevando signigicativamente os custos de exploração, sendo o gasóleo o principal recurso consumido na atividade de transporte fluvial.

Salienta-se ainda a nomeação de um novo Conselho de Administração para o mandato 2023-2025 – signatário destes documentos de prestação de contas – sendo expectável que se mantenha a estabilidade da atividade e o regular desenvolvimento da gestão, em linha com a estratégia setorial definada para a empresa.

Após o encerramento do período e até à data da elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos que mereçam destaque ou sejam suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas e nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

18 Instrumentos financeiros

18.1. Políticas contabilísticas e bases de mensuração

Os ativos e passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio apenas são reconhecidos pela Soflusa quando esta se torna uma parte das disposições contratuais dos mesmos.

Os instrumentos financeiros que tenham uma maturidade definida, cujos retornos sejam de montante fixo, com taxa de juro fixa durante a vida do instrumento, ou com taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (Euribor) ou que inclua um *spread* sobre esse mesmo indexante e que não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar, para o seu detentor, em perda de valor nominal e de juro acumulado (excluindo casos de risco de crédito), são mensurados ao custo ou ao custo amortizado, menos perdas por imparidade acumuladas. São também mensurados ao custo ou ao custo amortizado, menos perdas por imparidade acumuladas, os contratos para conceder ou contrair empréstimo em base líquida e os instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como contratos ligados a tais instrumentos que, se executados, resultam na entrega de tais instrumentos.

Os demais instrumentos são mensurados ao justo valor com contrapartida em resultados e os custos de transação na mensuração inicial destes ativos ou passivos financeiros.

As políticas de mensuração de instrumentos financeiros não são alteradas enquanto os mesmos permanecerem na posse da Soflusa.

18.2. Quantia escriturada dos ativos financeiros e passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, as categorias de ativos e passivos financeiros estão detalhadas conforme segue:

	Notas	31/12/2022			31/12/2021		
		Quantia Bruta	Imparidade Acumulada	Quantia líquida	Quantia Bruta	Imparidade Acumulada	Quantia líquida
Ativos Financeiros							
Caixa e equivalentes a caixa							
Caixa		42 900,09		42 900,09	25 269,82		25 269,82
Depósitos bancários		4 036 458,98		4 036 458,98	5 902 448,60		5 902 448,60
		4 079 359,07	-	**4 079 359,07**	**5 927 718,42**	-	**5 927 718,42**
Ativos financeiros ao justo valor por resultados:							
Ativos financeiros detidos para negociação							

		-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros ao custo ou custo amortizado:							
Ativos não correntes							
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	g)	160 000,00		160 000,00	160 000,00		160 000,00
Ativos correntes							
Clientes	a)	221 406,86	(184 510,16)	36 896,70	242 659,18	(184 510,16)	58 149,02
Estado e Outros Entes Públicos	f)	441 292,67		441 292,67	436 471,22		436 471,22
Outras contas a receber	b)	1 083 876,78	(1 536,35)	1 082 340,43	2 117 967,41	(1 536,35)	2 116 431,06
Diferimentos		1 411,52	-	1 411,52	0,00	-	-
		1 907 987,83	**(186 046,51)**	**1 721 941,32**	**2 957 097,81**	**(186 046,51)**	**2 771 051,30**
		5 987 346,90	(186 046,51)	5 801 300,39	8 884 816,23	(186 046,51)	8 698 769,72
Capital Próprio							
Instrumentos de capital próprio de uma outra entidade							
Mensurados ao custo menos imparidade							
		-	-	-	-	-	-
Passivos Financeiros							
Passivos financeiros ao justo valor por resultados:							

		-	-	-	-	-	-
Passivos financeiros ao custo amortizado							
Passivos não correntes							
Financiamentos bancários		7 244 432,51		7 244 432,51	7 202 369,35		7 202 369,35
		7 244 432,51	-	**7 244 432,51**	**7 202 369,35**	-	**7 202 369,35**
Passivos correntes							
Financiamentos bancários							
Fornecedores	c)	45 234,60		45 234,60	23 837,81		23 837,81
Fornecedores de investimento				-	11 252,80		11 252,80
Estado e Outros Entes Públicos	f)	129 242,15		129 242,15	141 751,82		141 751,82
Outras contas a pagar	d)	761 993,58		761 993,58	711 634,36		711 634,36
Diferimentos	e)	180 868,49		180 868,49	101 649,70		101 649,70
Acionistas/ sócios							
		1 117 338,82	-	**1 117 338,82**	**990 126,49**	-	**990 126,49**
		8 361 771,33	-	**8 361 771,33**	**8 192 495,84**	-	**8 192 495,84**

a) Clientes: Nesta rubrica encontram-se registados os saldos a receber decorrentes de protocolos de prestação de serviços de transporte, celebrados com entidades públicas (concessão de viagens, repartição de receitas de passes intermodais, etc.).

b) Outras Contas a receber: A decomposição da rubrica de "Outras contas a receber", é como segue:

Descrição	Obs.	2022	2021
Outros devedores		61 372,28	72 349,77
Imparidade outros devedores		(1 536,35)	(1 536,35)
Outros Devedores		**59 835,93**	**70 813,42**
Compensações tarifárias		34 877,46	28 327,51
Sinistros em regularização	i)	257 749,76	284 212,64
Operadores - Repartição	ii)	2 140,63	5 493,29
Outros acréscimos de rendimentos	iii)	659 566,53	1 572 711,31
Acréscimos de rendimentos		**954 334,38**	**1 890 744,75**
Seguros		68 170,12	154 872,89
Acréscimos de gastos		**68 170,12**	**154 872,89**
Total		**1 082 340,43**	**2 116 431,06**

i) Especializações de regularizações de sinistros e indemnizações a receber, em consequência de incidentes e sinistralidades ocorridas com a frota de navios da Soflusa (estimativa do valor recuperável de participações de sinistros à companhia de seguros Lusitânia, SA);

ii) Especializações da quota-parte atribuível à Soflusa pela venda de passes intermodais por outros operadores públicos de transporte.

iii) Especializações do afretamento de navios (300.300€) das concessões dos parques de estacionamento (59.257,12€), publicidade (5.612,03€), licenças de ocupação de espaços e receitas dos terminais (171.221,79€) e do valor do PART de dezembro de 2022 (123.175,62€).

c) Fornecedores: Os saldos mais significativos, registados a 31 de dezembro de 2022 e 2021, são como segue:

Descrição entidade	2022	2021
Companhia Carris Ferro Lisboa	18 236,47	2 197,61
Novabase Digital, SA	11 274,18	-
Torfal	4 920,62	-
TML - Transportes Metropolitanos de Lisboa, EMT	4 848,56	3 762,12
MOTA-ENGIL ATIV SA	2 206,07	-
RSM & Associados- SROC	1 266,90	-
ET-Emp.Export-Import.C.Ind.Lda	741,75	-
CP- Comboios de Portugal, E.P.	570,77	-
Fernave	147,60	-
Primavera, S.A.	-	7 243,22
Transportes Sul do Tejo, S.A.	-	3 983,78
Outras entidades	1 021,68	6 651,08
Total	**45 234,60**	**23 837,81**

d) Outras contas a pagar:

Descrição	Obs.	2022	2021
Credores diversos		123 343,99	100 131,69
Outros credores		123 343,99	100 131,69
Remunerações a pagar	i)	496 373,70	483 795,19
Outros	ii)	142 275,89	127 707,48
Acréscimo de gastos		638 649,59	611 502,67
Total		**761 993,58**	**711 634,36**

Em "Credores Diversos" o montante mais significativo corresponde ao reconhecimento em 2020 de um valor que se encontra pendente de apreciação pela Tutela, correspondente a compensação, alegadamente recebida em excesso, no montante de 104.797,01 acrescido de IVA, no âmbito do contrato de serviço público celebrado com o Estado, vigente em 2012-2014.

Os "Acréscimos de Gastos" correspondem ao reconhecimento dos seguintes encargos futuros:

i) Remunerações a pagar - Especialização de encargos a pagar em 2023 e 2022 aos colaboradores, relativos a gastos com férias, subsídio de férias, encargos sociais e abonos variáveis, como sejam o subsídio de alimentação, o subsídio de catamarã, prémio de assiduidade, entre outros, cujo direito foi adquirido, respetivamente, em 2022 e 2021, pelos montantes de 496.373,70 € e 483.795,19 €;
ii) Outros acréscimos de gastos - Inclui especializações diversas de fornecimentos e serviços externos (132.415,51€), montantes referentes aos ajustes de carregamento de passes face a repartição de receita (6.565,70€ em 2022) e acréscimo de juros suportados referentes ao empréstimo com o acionista (dezembro 2022: 3.294,68€).

e) Diferimentos: Especialização das receitas de carregamentos de passes intermodais, passes próprios, combinados e zapping, obtidas em dezembro, referentes a janeiro do ano seguinte.

f) Estado e Outros Entes Públicos:

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 os saldos da rubrica de Estado e outros entes públicos apresentam a seguinte decomposição:

	2022		2021	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
IRC - Imposto s/ rendimento das pessoas coletivas	35 351,51	0,00	50 835,61	0,00
Retenções na fonte de prediais	0,00	0,00	0,00	496,82
Imposto a recuperar	2 326,62	0,00	57 715,30	0,00
Imposto a pagar	0,00	0,00	0,00	0,00
IRS - Imposto s/ rendimento das pessoas singulares	0,00	40 232,66	0,00	43 893,87
IRC - Imposto s/ rendimento das pessoas coletivas	0,00	3 157,21	0,00	3 117,61
IVA - Imposto s/ valor acrescentado	403 614,54	0,00	327 920,31	0,00
Contribuições p/ segurança social	0,00	85 205,98	0,00	93 597,22
Outras tributações	0,00	646,30	0,00	646,30
Total	**441 292,67**	**129 242,15**	**436 471,22**	**141 751,82**

O saldo devedor de IRC em 2022 corresponde ao montante do PEC dos exercícios de 2016 (17.274,61€) e 2018 (18.076,90€).

Em 31 de dezembro de 2022, o valor de IVA a receber ascendia a 403.614,54€, cujo reembolso, no montante de 150.000,00€ foi solicitado em outubro de 2022 e recebido na totalidade em fevereiro de 2023, o montante remanescente (253.614,54€) diz respeito ao IVA de dezembro.

Os valores credores identificados correspondem a saldos de natureza corrente para com os Centros Regionais de Segurança Social (contribuições do pessoal e da entidade empregadora para a Segurança Social) e ainda retenções de Impostos Sobre o Rendimento sobre entidades terceiras, referentes ao mês de dezembro e foram liquidados em janeiro de 2023.

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

Imposto sobre o rendimento corrente

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, os montantes a receber e a pagar relativos a IRC têm a seguinte composição:

	2022	2021
Imposto a recuperar	3 712,65	59 402,50
Imposto a pagar	(1 386,03)	(1 687,20)
Total	**2 326,62**	**57 715,30**
Estimativa de imposto a pagar	(1 386,03)	(1 687,20)
Retenções na fonte de terceiros	3 712,65	59 402,50
Total	**2 326,62**	**57 715,30**

O montante relativo à estimativa de imposto corrente sobre o rendimento foi registado por contrapartida das seguintes rubricas:

	2022	2021
Tributação Autónoma	(1 386,03)	(1 687,20)
Outros	-	-
Total	**(1 386,03)**	**(1 687,20)**

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social até 2000), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2017 a 2021 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021. Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, a Empresa encontra-se sujeita, adicionalmente, a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

Prejuízos fiscais	2022	2021
Gerados no Exercício de 2022	4 870 740,50	
Gerados no Exercício de 2021	1 059 745,44	1 059 745,44
Gerados no exercício de 2019	1 664 254,19	1 664 254,19
Gerados no exercício de 2018	1 840 063,48	1 840 063,48
Gerados no exercício de 2017	1 197 040,85	1 197 040,85
Gerados no exercício de 2016	1 447 018,44	1 447 018,44
Gerados no exercício de 2015	8 627,57	8 627,57
Gerados no exercício de 2014	2 187 347,26	2 187 347,26
	14 274 837,73	**9 404 097,23**

Em 31 de dezembro de 2022 existia uma diferença temporária relativa a prejuízos a reportar no valor de 14,27 Milhões €. A Empresa entendeu não reconhecer o correspondente ativo por imposto diferido, em virtude da existência de dúvidas quanto à capacidade de gerar matéria coletável suficiente no futuro que permita a utilização de tais prejuízos a reportar. A Empresa encontra-se sujeita ao Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas ("IRC"), à taxa de 21% sobre a matéria coletável, acrescida de Derrama Municipal até à taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável, perfazendo uma taxa agregada de 22,5%.

Nos termos do artigo 87º - A do Código do IRC, os lucros tributáveis que excedam os 1,5 Milhões € são sujeitos a Derrama Estadual à taxa de 3% até aos 7,5 Milhões €, 5% para entidades com um lucro tributável entre 7.500.000 euros e 35.000.000 euros e 9% para entidades com um lucro tributável superior a 35.000.000 euros. Em resultado das sucessivas modificações ao Código do IRC, foi limitada a dedução dos prejuízos fiscais a 65% do lucro tributável a partir de 2023, e foram sendo alterados os períodos de reporte de prejuízos fiscais (ver quadro acima), sendo que a partir de 2023 deixou de haver limite temporal para a sua utilização.

Nos exercícios de 2022 e 2021, a reconciliação entre as taxas nominal e efetiva de imposto, é como segue:

	2022	2021
Resultado antes de imposto	(4 868 490,50)	(1 057 495,44)
Taxa nominal de imposto até 15.000€	17,00%	17,00%
Taxa nominal de imposto	21,50%	21,50%
Imposto esperado	-	-
Diferenças temporárias e permanentes		
Provisões não dedutíveis	-	-
Estim. IRC e insufic. estimativa imposto	-	-
Perdas por imparidade em inventários	-	-
Donativos não previstos	-	-
Diferença entre mais e menos valias fiscais	-	-
Mais valias contabilísticas	-	-
Limitação dedução gastos de financiamento	-	-
Outras deduções	(2 250,00)	(2 250,00)
Total dos acertos	(2 250,00)	(2 250,00)
Lucro tributável	-	-
Prejuízos fiscais	(4 870 740,50)	(1 059 745,44)
Materia colectável	(4 870 740,50)	(1 059 745,44)
Colecta + Derrama	-	-
Ajustamentos à colecta - tributação autónoma	1 386,03	1 687,20
Ajustamentos à colecta - derrama municipal	-	-
Impostos sobre o rendimento do período	**1 386,03**	**1 687,20**
Taxa efectiva de imposto	0,00	0,00
Imposto corrente	1 386,03	1 687,20
Imposto diferido	-	-
	1 386,03	**1 687,20**

g) Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis:

Reporta-se o valor por receber do Fundo Ambiental no montante de 160.000,00€, referente ao protocolo celebrados com a Soflusa: Projeto de otimização de frota / aumento de lotação da classe Damen.

18.3. Bases de determinação do justo valor.

Nada a reportar referente aos exercícios de 2022 e 2021.

18.4. Instrumentos de capital próprio cuja mensuração do justo valor deixou de ser fiável

Nada a reportar referente aos exercícios de 2022 e 2021.

18.5. Ativos financeiros transferidos que não se qualificaram como desreconhecimento

Nada a reportar referente aos exercícios de 2022 e 2021.

18.6. Ativos financeiros dados em garantia, como colateral de passivos ou passivos contingentes

Nada a reportar referente aos exercícios de 2022 e 2021.

18.7. Situações de incumprimento para empréstimos obtidos reconhecidos à data do balanço

Nada a reportar referente aos exercícios de 2022 e 2021.

18.8. Incumprimento, durante o período, dos termos de contratos de empréstimo obtidos que impliquem pagamento acelerado

Nada a reportar referente aos exercícios de 2022 e 2021.

18.9. Dívidas superiores a 5 anos e dívidas cobertas por garantias reais

A tabela seguinte analisa os passivos financeiros da Soflusa por grupos de maturidade relevantes, tendo por base o período remanescente até à maturidade contratual à data do relato financeiro. Os montantes que constam da tabela correspondem a fluxos de caixa contratuais não descontados:

31 de Dezembro de 2022	Menos de 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Financiamento obtidos correntes			
Empréstimo Acionista	-	-	7 244 432,51
Descobertos Bancários	-	-	-
Contas Correntes Caucionadas	-	-	-
Outros	-	-	-
Total	-	-	7 244 432,51
Fornecedores	45 234,60	-	-

31 de Dezembro de 2021	Menos de 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Financiamento obtidos correntes			
Empréstimo Acionista	-	-	7 202 369,35
Descobertos Bancários	-	-	-
Contas Correntes Caucionadas	-	-	-
Outros	-	-	-
Total	-	-	7 202 369,35
Fornecedores	23 937,91	-	-

Nenhuma das dívidas em 31 de dezembro de 2022 e 2021, constantes da tabela anterior se encontra coberta por garantias reais.

18.10. Rendimentos e gastos de instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Soflusa não dispunha de quaisquer instrumentos financeiros geradores de ganhos ou perdas a reportar.

18.11. Contabilidade de cobertura

Não aplicável na Soflusa aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

18.12. Cobertura de risco de taxa de juro fixa

Não aplicável na Soflusa aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

18.13. Cobertura do risco de taxa de juro variável

Não aplicável na Soflusa aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

18.14. Instrumentos de capital próprio

Não aplicável na Soflusa aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

18.15. Ações representativas do capital

Em 31 de Dezembro de 2022, o Capital Social da Soflusa, encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 11.900.000 ações com o valor nominal de 5 euros cada.

O detalhe do capital social em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é como segue:

2022		2021	
Número de acções	Capital Social	Número de acções	Capital Social
11 900 000	59 500 000	11 900 000	59 500 000

A Soflusa não possui quaisquer ações próprias em carteira à data de 31 de dezembro de 2022 e 2021.

18.16. Reconciliação do número de ações em circulação

Não aplicável na Soflusa aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

18.17. Aumentos de capital realizados no período

Não se verificaram aumentos de capital no período findo a 31 de dezembro de 2022.

Em 31 de dezembro de 2022 o Capital Próprio (Património Líquido) encontrava-se inferior a metade do Capital Social da Empresa, pelo que nos termos do artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais, na redação que lhe

foi dada pelo Decreto-Lei n.º 76-A/2006 de 29 de março, o Conselho de Administração, na Assembleia Geral que irá ser convocada para a aprovação das contas do período, alertará o Acionista para que sejam tomadas as medidas julgadas convenientes, propondo a inclusão na ordem de trabalhos de um ponto sobre a matéria.

18.18. Outros instrumentos de capital próprio emitidos

Outras componentes do capital próprio referem-se às Prestações Suplementares e Resultados Transitados:

	Prestações Suplementares	Resultados Transitados	Total
1 de janeiro de 2021	**3 720 000,00**	**(58 966 576,21)**	**(55 246 576,21)**
Aplicação do resultado 2020		866 181,49	866 181,49
31 de dezembro de 2021	**3 720 000,00**	**(58 100 394,72)**	**(54 380 394,72)**
1 de janeiro de 2022	**3 720 000,00**	**(58 100 394,72)**	**(54 380 394,72)**
Aplicação do resultado 2021		(1 059 182,64)	(1 059 182,64)
31 de dezembro de 2022	**3 720 000,00**	**(59 159 577,36)**	**(55 439 577,36)**

Prestações suplementares

As prestações suplementares, no montante de 3.720.000€, não vencem juros nem têm prazo de reembolso definido. De acordo com a legislação vigente as prestações suplementares só podem ser restituídas aos acionistas desde que o capital próprio, após a sua restituição, não fique inferior a soma do Capital Social e das reservas não distribuíveis.

Resultados transitados

Por deliberação da Assembleia Geral, realizada em 02 de fevereir de 2023, os prejuízos do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram transferidos integralmente para resultados transitados.

No final do mês de julho de 2021, foi dado a conhecer ao Conselho de Administração o Despacho n.º 650/2021 do Senhor Secretário de Estado do Tesouro de 21-07-2021, homologando o relatório n.º 62/2021 da IGF referente à auditoria de seguimento ao Grupo Transtejo, sobre o cumprimento das recomendações formuladas no relatório n.º1786/2016. Este Despacho foi dirigido ao Senhor Ministro do Ambiente e da Ação Climática e ao Senhor Secretário de Estado da Mobilidade.

A auditoria em apreço incidiu sobre a verificação do cumprimento pela Transtejo e Soflusa, do contrato de prestação de serviço público, celebrado com o Estado Português, vigente entre 2012 e 2014. Recomenda a IGF, que seja promovida a articulação entre o Grupo Transtejo e o Acionista, no sentido da adoção do mecanismo que se mostre mais adequado, atendendo às dificuldades financeiras das empresas, para a resolução de alegada pendência relativa à regularização de compensações financeiras recebidas em excesso, no montante de 730.331,36 € (acrescido de IVA). Do montante de 730.331,36€ (acrescido de IVA), imputado ao Grupo Transtejo, corresponde à Soflusa apenas o montante de 104.797,01€ (acrescido de IVA).

O montante supra referido, correspondente à Soflusa, foi contabilizado na rubrica "outros credores" em 2020 e no final de 2022 permanece por regularizar, tendo já sido estabelecidos contactos com a DGTF solicitando a apreciação deste assunto.

18.19. Riscos relativos a instrumentos financeiros

Nada a reportar referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

18.20. Outras situações

Nada a reportar referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

18.21. Participações de capital em entidades que sejam subsidiárias, associadas ou entidades conjuntamente controladas

Nada a reportar referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

18.22. Investimentos financeiros inscritos por uma quantia acima do seu justo valor

Nada a reportar referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

19 Benefícios dos empregados

Norma não aplicável.

20 Divulgações de partes relacionadas

20.1. Divulgação de controlo

Empresa-mãe: Transtejo - Transportes Tejo, S.A.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Soflusa não exercia controlo sobre qualquer entidade.

20.2. Transações entre partes relacionadas

a) Natureza do relacionamento entre partes relacionadas

Partes relacionadas	Sede	Percentagem de Participação	
		31.12.2022	31.12.2021
Empresa-mãe:			
Transtejo - Transportes Tejo, S.A.	Terminal Fluvial do Cais do Sodré Rua Cintura do Porto de Lisboa 1249-249 Lisboa	100%	100%
Entidades conjuntamente controladas:			
Subsidiárias:			
Associadas:			
Outras entidades:			

b) Transações que ocorreram entre partes relacionadas

Transações	31 de dezembro de 2022				31 de dezembro de 2021			
	Compra ou venda de ativos	Compra ou venda de bens	Prestação de serviços	Outras	Compra ou venda de ativos	Compra ou venda de bens	Prestação de serviços	Outras
Empresa-mãe								
Transtejo - Transportes Tejo, S.A.	-	-	2 916 997,70	172 076,38	-	-	2 887 000,00	624 280,30
Outras partes relacionadas								
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.	-	-	557,05	33 092,44	-	-	10 664,81	249,63
CP - Comboios de Portugal, E.P.E.	-	-	72 581,90	155 541,41	-	-	65 169,43	149 835,03
Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	-	-	-	156,57	-	-	-	-
Otlis, A.C.E.	-	-	-	-	-	-	353 347,44	4 317,70
	-	-	**2 990 136,65**	**360 866,80**	-	-	**3 316 181,68**	**778 682,66**

c) Quantias ou proporções de itens em saldo

Saldos	31 de dezembro de 2022		31 de dezembro de 2021	
	Saldos Ativos	Saldos Passivos	Saldos Ativos	Saldos Passivos
Empresa-mãe				
Transtejo - Transportes Tejo, S.A.		7 244 432,51	-	7 202 369,35
Outras Partes relacionadas				
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.	12 253,71	18 236,47	9 372,20	2 197,61
CP - Comboios de Portugal, E.P.E.	9 129,18	570,77	23 892,61	-
Metropolitano de Lisboa, E.P.E.			-	-
Otlis, A.C.E.			-	566,29

21 Relato por segmentos

A Soflusa detém apenas um segmento operacional, o que consiste na exploração da travessia fluvial de passageiros entre Lisboa e o Barreiro. A Soflusa não prepara informação financeira específica para reporte e relato por segmentos.

22 Interesses em outras entidades

Norma não aplicável.

23 Outras divulgações

23.1. Informação sobre o regime da prestação do serviço público

a. Regime de concessão

A Empresa foi constituída em 1992 pela C.P. - Caminhos-de-Ferro Portugueses, E.P., ao abrigo das disposições dos seus Estatutos - que incluíam a concessão da ligação Lisboa - Barreiro para articulação da rede ferroviária a norte e a sul do Tejo - com o objetivo de explorar aquela ligação.

Em dezembro de 2001 a Empresa foi integralmente adquirida pela Transtejo - Transportes Tejo, S.A.

Em dezembro de 2009, com a publicação dos novos estatutos da C.P. – Comboios de Portugal, E.P.E., foi extinta a base legal na qual lhe era concedida a concessão da exploração da ligação Lisboa - Barreiro, não tendo até ao momento sido, a mesma, formalmente atribuída à Transtejo.

b. Contrato de serviço público (CSP)

Em setembro de 2012, foi celebrado entre o Estado Português e a Empresa um Contrato de Prestação de Serviço Público de Transporte de Passageiros, que vigorou pelo período de 3 anos (2012-2014), através do qual foram definidas as condições de prestação por parte da Soflusa, do serviço público de transporte fluvial de passageiros, entre as duas margens do rio Tejo, na ligação Lisboa - Barreiro.

Em 07 de outubro de 2020 foi celebrado um novo Contrato de Serviço Público entre a Transtejo e o Estado (tendo obtido visto prévio do Tribunal de Contas em 24 de fevereiro de 2021), no qual foi contemplada a possibilidade de subcontratação, pela Transtejo à Soflusa, da exploração da ligação Lisboa - Barreiro.

Nessa sequência, em 14 de julho de 2021, foi assinado, entre a Transtejo e a Soflusa, um sub-contrato de serviço público referente à concessão da exploração da referida ligação fluvial, tendo obtido visto prévio do Tribunal de Contas a 20 de agosto de 2021.

Destacam-se, nas obrigações do serviço público subjacentes ao CSP (subcontrato):

- Assegurar a oferta do número de circulações anuais, de acordo com a especificação definida no contrato;
- Praticar, nos termos da legislação em vigor, preços de transporte controlados administrativamente, nos termos da legislação em vigor;
- Assegurar o transporte das pessoas e entidades com direito de transporte gratuito ou a preços bonificados, nos termos da legislação em vigor.

Contempla ainda a determinação do montante das compensações financeiras a atribuir pelo cumprimento das obrigações de serviço público (OSP) e pela disponibilização de infraestruturas em condições de segurança e qualidade e operacionalidade estabelecidas (DI).

Os efeitos financeiros deste contrato, reportados a 01 de janeiro de 2022, apresentam-se detalhadamente em ponto específico deste anexo (nota 14.1).

23.2. Fornecimentos e serviços externos

O detalhe dos gastos com fornecimentos e serviços externos, referente aos exercícios de 2022 e 2021, é como segue:

		2022	2021
Conservação e reparação	i)	3 763 971,80	3 386 510,61
Seguros	ii)	333 020,31	326 938,45
Vigilância e segurança	iii)	341 544,01	337 006,81
Trabalhos especializados	iv)	404 758,40	490 698,16
Limpeza, higiene e conforto	v)	239 114,53	206 963,04
Eletricidade	vi)	83 048,25	55 146,01
Rendas e alugueres	vii)	152 481,84	150 785,40
Outros		136 819,31	156 334,70
Fornecimentos e serviços externos		**5 454 758,45**	**5 110 383,18**

Conservação e reparação: os gastos desta natureza resultam de intervenções correntes efetuadas na frota, englobando diversas ações de manutenção de carácter preventivo e corretivo, executadas em estaleiros e em oficinas especializadas. Inclui ainda, o Serviço de Gestão Técnica da frota, subcontratado ao consórcio composto pela S & C e Navatagus. Os valores registados em 2022 e 2021, refletem o esforço de recuperação das intervenções na frota, que no ano antecedente foram condicionadas por insuficiência de recursos financeiros, materiais e humanos, em consequência da situação de pandemia que afetou o normal funcionamento dos serviços e cadeia económica

Seguros: esta rubrica inclui prémios de seguro para diversas coberturas de risco sendo o mais significativo, relacionado com o ramo marítimo-cascos (riscos de navegação) referente às 11 embarcações que compõem a frota da Empresa;

Vigilância e segurança: encargos suportados com os serviços de segurança e vigilância humana prestados por entidades externas, nos terminais do Barreiro e Terreiro do Paço;

Trabalhos especializados: serviço de natureza diversa, dos quais se destaca o recurso a mão-de-obra externa para fazer face a necessidades temporárias de recursos humanos (com maior relevância para as áreas operacionais) e ainda encargos com as inspeções e vistorias de certificação e classificação estatutária de classe das embarcações. O valor elevado registado em 2021 reflete um gasto com despesas estatutárias, sociedades classificadoras e fiscalização do contrato de manutenção;

Limpeza, Higiene e conforto: gastos do período associados aos serviços de higiene e limpeza das instalações e embarcações, prestados por uma entidade externa;

Eletricidade: gastos do consumo de eletricidade do terminal do Terreiro do Paço e do Barreiro;

Rendas e alugueres: gastos de arrendamento pela concessão do uso das instalações do Terminal Fluvial do Barreiro, incluindo taxas referentes ao uso de bens domínio publico.

23.3. Gastos com o pessoal

Os gastos com pessoal, incorridos durante os exercícios de 2022 e 2021, foram como segue:

	2022	2021
Remunerações		
Orgãos sociais	1 296,88	-
Pessoal	3 250 887,39	3 122 012,99
Sub-total	**3 252 184,27**	**3 122 012,99**
Indemnizações	53 135,88	256 077,48
Encargos sobre remunerações	738 350,79	742 601,10
Seguros acidentes de trabalho	102 076,80	86 706,87
Gastos acção social	-	-
Outros gastos com pessoal	156 612,80	93 540,35
Sub-total	**1 050 176,27**	**1 178 925,80**
Total de gastos com o pessoal	**4 302 360,54**	**4 300 938,79**

O número de efetivos em 31 dezembro de 2022 foi de 137 (em 31 dezembro de 2021: 138).

23.4. Outros gastos operacionais

O detalhe da rubrica de "Outros Gastos e Perdas", referente aos exercícios de 2022 e 2021, é como segue:

Descrição	2022	2021
Outros Gastos		
Outros Gastos e Perdas	188 248,08	31 222,87
	188 248,08	**31 222,87**

Em 31 de dezembro de 2022, a rubrica "Outros gastos" compreende, essencialmente, taxas associadas aos consumos de água e de eletricidade, no montante global de 22.886,20€, imposto s/ transporte rodoviário no montante de 163,07€, quotizações no montante de 4.500,00€, multas não fiscais 7.068,85€ e de outras regularizações no montante global de 58.689,46€, gastos em sinistros 76.486,82€ e correções relativas a exercícios anteriores 15.484,11€ e ainda outros gastos 2.969,57€.

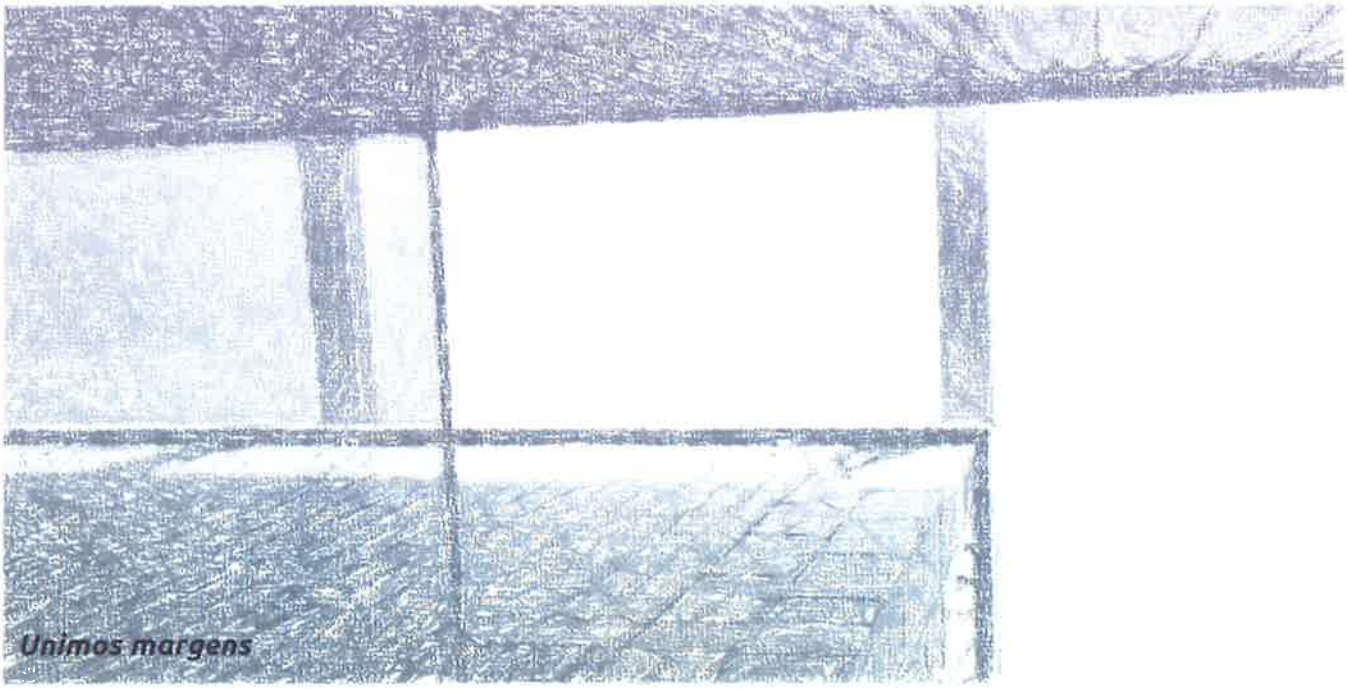
O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Dra. Alexandra Ferreira de Carvalho

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Dr. Gonçalo Maria R. C. de Almeida e Vasconcelos

Dr. Alexandre Miguel Santos



SOFLUSA – Sociedade Fluvial de Transportes, S.A.

Exercício de 2022- Contas Individuais

Demonstrações Orçamentais
& Anexo às Demonstrações Orçamentais

Demonstração do desempenho orçamental

Rubrica	Recebimentos	Fontes de Financiamento (2022)						2021
		RP	RG	U E	EMPR	Fundos Alheios	Total	
	Saldo da gerência anterior							
	Operações orçamentais (1)	**5 945 620,96**	**30 383,67**	-	-	-	**5 976 004,63**	**6 396 073,74**
	Restituição do saldo por. Orçamentais							
	Operações de tesouraria (A)	-	-	-	-	(48 286,21)	(48 286,21)	6 529,28
	Receita corrente							
R1	**Receita Fiscal**	-	-	-	-	-	-	-
R1.1	Impostos Diretos	-	-	-	-	-	-	-
R1.2	Impostos Indiretos	-	-	-	-	-	-	-
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	-	-	-	-	-	-	-
R3	Taxas, multas e outras penalidades	-	-	-	-	-	-	-
R4	Rendimentos de propriedade	-	-	-	-	-	-	-
R5	**Transferências e subsídios correntes**	**328 351,80**	-	-	-	-	**328 351,80**	**3 339 807,80**
R5.1	**Transferências correntes**	**328 351,80**	-	-	-	-	**328 351,80**	**3 339 807,80**
R5.1.1	Administrações Públicas	328 351,80	-	-	-	-	328 351,80	3 339 807,80
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	-	-	-	-	-	-	-
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	328 351,80	-	-	-	-	328 351,80	3 339 807,80
R5.1.1.3	Segurança Social	-	-	-	-	-	-	-
R5.1.1.4	Administração Regional	-	-	-	-	-	-	-
R5.1.1.5	Administração Local	-	-	-	-	-	-	-
R5.1.2	Exterior - U E	-	-	-	-	-	-	-
R5.1.3	Outras	-	-	-	-	-	-	-
R5.2	Subsídios correntes	-	-	-	-	-	-	-
R6	Venda de bens e serviços	15 415 321,14	-	-	-	-	15 415 321,14	12 197 761,03
R7	Outras Receitas Correntes	1 333 751,54	-	-	-	-	1 333 751,54	935 897,57
	Receita de Capital	-	-	-	-	-	-	-
R8	**Venda de bens de investimento**	-	-	-	-	-	-	-
R9	Transferências e subsídios de capital	-	-	-	-	-	-	-
R9.1	Transferências de capital	-	-	-	-	-	-	-
R9.1.1	Administrações Públicas	-	-	-	-	-	-	-
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	-	-	-	-	-	-	-
R9.1.1.2	Administração Central - outras entidades	-	-	-	-	-	-	-
R9.1.1.3	Segurança social	-	-	-	-	-	-	-
R9.1.1.4	Administração Regional	-	-	-	-	-	-	-
R9.1.1.5	Administração Local	-	-	-	-	-	-	-
R9.1.2	Exterior - U E	-	-	-	-	-	-	-
R9.1.3	Outras	-	-	-	-	-	-	-
R9.2	Subsídios de capital	-	-	-	-	-	-	-
R10	Outras receitas de capital	-	-	-	-	-	-	-
	Receita efetiva (2)	**17 077 424,48**	-	-	-	-	**17 077 424,48**	**16 473 466,40**
	Receita não efetiva (3)	-	-	-	-	-	-	-
R12	Receita com ativos financeiros	-	-	-	-	-	-	-
R13	Receita com Passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-
	Soma (4)= (1)+(2)+(3)	**23 023 045,44**	**30 383,67**	-	-	-	**23 053 429,11**	**22 869 540,14**
	Operações de tesouraria (B)	-	-	-	-	94 876,96	94 876,96	22 673,05

O Conselho de Administração:

Dra. Alexandra Ferreira de Carvalho

Dr. Alexandre Miguel Santos

Rubrica	Pagamentos	Fontes de Financiamento (2022)						2021
		RG	RP	U E	EMPR	Fundos Alheios	Total	
	Despesa corrente							
D1	Despesas com o pessoal	**4 098 946,27**	-	-	-	-	**4 098 946,27**	**4 154 986,53**
D1.1	Remunerações certas e permanentes	2 678 387,86	-	-	-	-	2 678 387,86	2 467 064,08
D1.2	Abonos variáveis ou eventuais	645 309,16	-	-	-	-	645 309,16	901 715,01
D1.3	Segurança social	775 249,25	-	-	-	-	775 249,25	786 207,44
D2	Aquisição de bens e serviços	13 999 475,10					13 999 475,10	9 923 910,33
D3	Juros e outros encargos	-	-	-	-	-	-	-
D4	**Transferências e subsídios correntes**	**6 839,50**	-	-	-	-	**6 839,50**	**3 201,19**
D4.1	**Transferências correntes**	6 839,50	-	-	-	-	**6 839,50**	**3 201,19**
D4.1.1	Administrações Públicas	-	-	-	-	-	-	-
D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	-	-	-	-	-	-	-
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	-	-	-	-	-	-	-
D4.1.1.3	Segurança social	-	-	-	-	-	-	-
D4.1.1.4	Administração regional	-	-	-	-	-	-	-
D4.1.1.5	Administração local	-	-	-	-	-	-	-
D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo	-	-	-	-	-	-	-
D4.1.3	Famílias	6 839,50	-	-	-	-	6 839,50	3 201,19
D4.1.4	Outras	-	-	-	-	-	-	-
D4.2	Subsídios correntes	-	-	-	-	-	-	-
D5	Outras Despesas Correntes	81 716,92	-	-	-	-	81 716,92	137 090,83
	Despesa de Capital	-	-	-	-	-	-	-
D6	Aquisição de bens de capital	799 299,84	-	-	-	-	799 299,84	2 671 346,63
D7	**Transferência e subsídios de capital**	-	-	-	-	-	-	-
D7.1	Transferências de capital	-	-	-	-	-	-	-
D7.1.1	Administrações Públicas	-	-	-	-	-	-	-
D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português	-	-	-	-	-	-	-
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	-	-	-	-	-	-	-
D7.1.1.3	Segurança social	-	-	-	-	-	-	-
D7.1.1.4	Administração regional	-	-	-	-	-	-	-
D7.1.1.5	Administração local	-	-	-	-	-	-	-
D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo	-	-	-	-	-	-	-
D7.1.3	Famílias	-	-	-	-	-	-	-
D7.1.4	Outras	-	-	-	-	-	-	-
D7.2	Subsídios de capital	-	-	-	-	-	-	-
D8	Outras despesas de capital	-	-	-	-	-	-	-
	Despesa efetiva (5)	**18 986 277,63**	-	-	-	-	**18 986 277,63**	**16 893 535,51**
	Despesa não efetiva (6)	-	-	-	-	-	-	-
D9	Despesa com ativos financeiros	-	-	-	-	-	-	-
D10	Despesa com passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-
	Soma (7) = (5)+(6)	**18 986 277,63**	-	-	-	-	**18 986 277,63**	**16 893 535,51**
	Operações de tesouraria (C)	-	-	-	-	34 383,16	34 383,16	77 488,54
	Saldo para a gerência seguinte							
	Operações orçamentais (8)= (4)-(7)	4 036 767,81	30 383,67	-	-	-	4 067 151,48	5 976 004,63
	Operações de tesouraria (D)= (A)+(B)-(C)	-	-	-	-	12 207,59	12 207,59	(48 286,21)
	Saldo global (2)-(5)	**(1 908 853,15)**	-	-	-	-	**(1 908 853,15)**	**(420 069,11)**
	Despesa primária	18 986 277,63	-	-	-	-	18 986 277,63	16 893 535,51
	Saldo corrente	(1 109 553,31)	-	-	-	-	(1 109 553,31)	2 254 277,52
	Saldo de capital	(799 299,84)	-	-	-	-	(799 299,84)	(2 674 346,63)
	Saldo primário	(1 908 853,15)	-	-	-	-	(1 908 853,15)	(420 069,11)
	Receita total (1)+(2)+(3)	**23 023 045,44**	**30 383,67**	-	-	-	**23 053 429,11**	**22 869 540,14**
	Despesa total (5)+(6)	**18 986 277,63**	-	-	-	-	**18 986 277,63**	**16 893 535,51**

O Conselho de Administração:

Dra. Alexandra Ferreira de Carvalho

Dr. Alexandre Miguel Santos

Demonstração de Execução Orçamental da Receita

	Classificações orçamentais detalhadas	Previsões corrigidas	Previsões por liquidar	Receitas por cobrar de períodos anteriores	Receitas liquidadas	Liquidações anuladas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos e restituições		Receitas cobradas líquidas			Recebimentos diferidos	Receitas por cobrar no final do período
								Emitidos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente	Total		
	Receita corrente													
R1	Receita Fiscal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R1.1	Impostos Diretos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R1.2	Impostos Indiretos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R14	Saldo da gerência anterior - operações orçamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R3	Taxas, multas e outras penalidades	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R4	Rendimentos de propriedade	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R5	Transferências e subsídios correntes	**3 952 264,00**	-	-	**328 351,80**	-	**328 351,80**	-	-	-	**328 351,80**	**328 351,80**	-	-
R5.1	**Transferências correntes**	**3 952 264,00**	-	-	**328 351,80**	-	**328 351,80**	-	-	-	**328 351,80**	**328 351,80**	-	-
R5.1.1	**Administrações Públicas**	**3 952 264,00**	-	-	**328 351,80**	-	**328 351,80**	-	-	-	**328 351,80**	**328 351,80**	-	-
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	3 623 912,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	328 352,00	-	-	328 351,80	-	328 351,80	-	-	-	328 351,80	328 351,80	-	-
R5.1.1.3	Segurança Social	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R5.1.1.4	Administração Regional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R5.1.1.5	Administração Local	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R5.1.2	Exterior - U E	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R5.1.3	Outras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R5.2	Subsídios correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R6	Venda de bens e serviços	15 889 224,00	-	84 735,14	17 591 728,01	2 202 109,25	15 528 400,32	113 079,18	113 079,18	45 169,47	15 370 151,67	15 415 321,14	-	59 032,76
R7	Outras Receitas Correntes	983 442,00	-	215 038,30	1 324 248,51	0,20	1 333 751,74	0,20	0,20	10 089,79	1 323 661,75	1 333 751,54	-	205 535,07
	Receita de capital													
R8	Venda de bens de investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R9	Transferências e subsídios de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R9.1	Transferências de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R9.1.1	Administrações Públicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R9.1.1.2	Administração Central - outras entidades	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R9.1.1.3	Segurança social	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R9.1.1.4	Administração Regional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R9.1.1.5	Administração Local	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R9.1.2	Exterior - U E	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R9.1.3	Outras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R9.2	Subsídios de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R10	Outras receitas de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Receita efetiva (2)	**20 824 930,00**	-	**299 773,44**	**19 244 328,32**	**2 202 109,45**	**17 190 503,86**	**113 079,38**	**113 079,38**	**55 259,26**	**17 022 165,22**	**17 077 424,48**	-	**264 567,83**
	Receita não efetiva (3)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R12	Receita com ativos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R13	Receita com Passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Saldo da gerência anterior - operações orçamentais	5 976 006,00	-	-	5 976 004,63	-	5 976 004,63	-	-	-	5 976 004,63	5 976 004,63	-	-
	Total	**26 800 936,00**	-	**299 773,44**	**25 220 332,95**	**2 202 109,45**	**23 166 508,49**	**113 079,38**	**113 079,38**	**55 259,26**	**22 998 169,85**	**23 053 429,11**	-	**264 567,83**

0,941024334

O Conselho de Administração:

Dr.ª [illegible]

Dr. Alexandre Miguel Santos

Demonstração de Execução Orçamental da Despesa

	Classificações orçamentais detalhadas	Despesas por pagar de períodos anteriores	Dotações corrigidas	Cativos	Descativos	Dotações Disponíveis	Cabimentos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas brutas	Reposições abatidas nos pagamentos		Despesas Pagas Líquidas			Compromissos a transitar	Obrigações por pagar
											Emitidas	Recebidas	Períodos anteriores	Período corrente	Total		
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)=(12)+(13)	(15)=(7)-(8)	(16)=(8)-(14)
	Despesa Corrente																
D1	**Despesas com o pessoal**	158 799,02	4 368 844,00	-	-	143 243,99	4 225 600,01	4 225 600,01	4 225 600,01	4 312 235,61	213 289,34	213 289,34	156 827,16	3 942 119,11	4 098 946,27	-	126 653,74
D1.1	Remunerações certas e permanentes	75 847,39	2 745 875,00	-	-	4,40	2 745 870,60	2 745 870,60	2 745 870,60	2 678 387,86	-	-	74 077,34	2 604 310,52	2 678 387,86	-	67 482,74
D1.2	Abonos variáveis ou eventuais	18 119,06	789 605,00	-	-	143 237,49	646 367,51	646 367,51	646 367,51	645 309,16	-	-	17 930,21	627 378,95	645 309,16	-	1 058,35
D1.3	Segurança social	64 832,57	833 364,00	-	-	2,10	833 361,90	833 361,90	833 361,90	988 538,59	213 289,34	213 289,34	64 819,61	710 429,64	775 249,25	-	58 112,65
D2	Aquisição de bens e serviços	19 584,20	18 723 184,00	1 426 278,00	1 775 365,00	3 679 819,49	14 392 451,51	14 392 451,51	14 024 740,55	13 999 475,10			19 584,20	13 979 890,90	13 999 475,10	367 710,96	25 265,45
D3	Juros e outros encargos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D4	**Transferências e subsídios correntes**	-	7 232,00	-	-	0,40	7 231,60	7 231,60	7 231,60	6 839,50			-	6 839,50	6 839,50	-	392,10
D4.1	**Transferências correntes**	-	7 232,00	-	-	0,40	7 231,60	7 231,60	7 231,60	6 839,50	-	-	-	6 839,50	6 839,50	-	392,10
D4.1.1	Administrações Públicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D4.1.1.3	Segurança social			-												-	-
D4.1.1.4	Administração regional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D4.1.1.5	Administração local			-		-		-	-	-	-	-	-	-	-	-	
D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D4.1.3	Famílias		7 232,00			0,40	7 231,60	7 231,60	7 231,60	6 839,50				6 839,50	6 839,50		392,10
D4.1.4	Outras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D4.2	Subsídios correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D5	Outras Despesas Correntes	356,28	95 058,00	195 068,00	195 068,00	0,73	95 057,27	95 057,27	82 328,92	81 716,82	-	-	356,28	81 360,54	81 716,82	12 728,35	612,10
	Despesa de Capital																
D6	Aquisição de bens de capital	11 252,80	902 260,00			2,63	902 257,37	902 257,37	799 299,84	799 299,84			11 252,80	788 047,04	799 299,84	102 957,53	
D7	**Transferências e subsídios de capital**	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D7.1	**Transferências de capital**	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D7.1.1	Administrações Públicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D7.1.1.3	Segurança social	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D7.1.1.4	Administração regional																
D7.1.1.5	Administração local																
D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo																
D7.1.3	Famílias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D7.1.4	Outras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D7.2	Subsídios de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D8	Outras despesas de capital																
	Despesa efetiva (c)	189 992,30	24 096 578,00	1 621 346,00	1 970 433,00	3 823 067,24	19 622 597,76	19 622 597,76	19 139 200,92	19 199 566,87	213 289,34	213 289,34	188 020,44	18 798 257,09	18 986 277,53	483 396,84	152 923,39
	Despesa não efetiva (d)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D9	Despesa com ativos financeiros																
D10	Despesa com passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total	189 992,30	24 096 578,00	1 621 346,00	1 970 433,00	3 823 067,24	19 622 597,76	19 622 597,76	19 139 200,92	19 199 566,87	213 289,34	213 289,34	188 020,44	18 798 257,09	18 986 277,53	483 396,84	152 923,39

O Conselho de Administração

Dra. Alexandra Ferreira de Carvalho

Dr. Alexandre Miguel Saraiva

Demonstração da Execução dos Encargos Plurianuais de Investimento e Funcionamento

Encargos plurianuais de investimento

Objetivo (1)	Número do Projeto (2)	Portaria Extensão Encargos (2a))	SCEP (2b))	Designação do Projeto (3)	Rubrica Orçamental (4)	Forma de Realização (5)	Fonte de Financiamento (6) RG	RP	EU	EMP	Datas Início (7)	Fim (8)	Valor Contrato c/ IVA (9)	Montante previsto Anos Anteriores (10)	Ano t (Dotação anual) (11)	Ano t+1 (12)	Ano t+2 (13)	Ano t+3 (14)	Anos seguintes (15)	Montante Executado Despesa de Anos Anteriores (17)	Despesa do Ano (18)
Funcionamento / Investimento	Cnt. 22.2[illegible]	n.a. - Valor anual inferior a [illegible]	SCEP 158888_29 2021 (01/03/2022 a 30/12/2024)	Aquisição de serviços de implementação de software de gestão de escalas (GIST 3)	07.01.08 B0 B0	O		66 420,00 €			25/02/2022	31/12/2024	66 420,00 €	0,00 €	36 900,00 €	14 760,00 €	14 760,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	8 610,00 €
Funcionamento / Investimento	Cnt. 22 33	SL - PEE n.º 786 de 14.11.2022	SCEP 170190_09 2022 (01/01/2023 a 31/12/2025)	Aquisição de serviços de manutenção Global de Navios 2023 a 2025	020203MF 00 e 0701180 00	O		3 880 650,00 €			02/01/2023	31/12/2025	3 880 650,00 €	0,00 €	0,00 €	3 880 650,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Funcionamento / Investimento	Cnt. 21.2[illegible]	SL - PEE n.º [illegible] de [illegible]	SCEP [illegible]_12 2019 (01/01/2020 a 31/12/2022)	Prestação de serviços de manutenção global de navios	020203MF 00 e 0701190 00	O		6 481 379,22 €			[illegible]	31/12/2022	6 481 379,22 €	[illegible]	[illegible]	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	[illegible]	[illegible]

TTSL
TRANSTEJO SOFLUSA

Encargos plurianuais de funcionamento

Objetivo (1)	Número de Projeto (2)	Portaria Extensão Encargos (2a)	SCEP (2b)	Designação do Projeto (3)	Rubrica Orçamental (4)	Forma de Realização (5)	Fonte de Financiamento (6): RG	FP	EU	EMI	Datas: Início (7)	Fim (8)	Valor Contrato c/ IVA (9)	Montante previsto: Anos Anteriores (10)	Ano t (Dotação anual) (11)	Ano t+1 (12)	Ano t+2 (13)	Ano t+3 (14)	Anos seguintes (15)	Montante Executado: Despesa em Anos Anteriores (17)	Despesa do Ano (18)
Funcionamento	OI 22.03	n.a. - Valor anual inferior a 99.759,58	SCEP 154022_25 2021 (01/11/2021 a 31/10/2022)	Aquisição de serviços para apoio técnico à gestão CSP	020220.18.03	O		22 60_,25 €			01/01/2022	30/04/2023	22 60_,25 €	0,00 €	[illegible]	[illegible]	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	[illegible]
Funcionamento	OI 22.04	n.a. - Valor anual inferior a 99.759,58	SCEP 151057_21 2021 (01/01/2022 a 31/12/2024)	Aquisição de serviços de segurança e de saúde no trabalho (SST)	020220E0.00	O		[illegible]			01/01/2022	31/12/2024	[illegible]	0,00 €	7 924,89 €	7 924,89 €	7 924,89 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	7 924,89 €
Funcionamento	OI 22.07	n.a. - Valor anual inferior a 99.759,58	SCEP [illegible] (01/03/2022 a 28/02/2025)	Aquisição de serviços de manutenção preventiva e corretiva de todos os equipamentos de videovigilância	020219.C0.00	O		25 58_,33 €			16/03/2022	15/03/2025	25 58_,33 €	0,00 €	4 185,71 €	8 560,44 €	8 560,44 €	4 370,73 €	0,00 €	0,00 €	4 185,71 €
Funcionamento	OI 22.08	n.a. - Valor anual inferior a 99.759,58	SCEP 168905_03 2022 (01/03/2022 a 28/02/2023)	Aquisição de serviços de logística de tratamento e transporte de valores	020218.VS.00	O		43 08_,04 €			01/03/2022	28/02/2023	43 08_,04 €	0,00 €	32 991,51 €	10 089,43 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	32 991,51 €
Funcionamento	OI 22.13	n.a. - Valor anual inferior a 99.759,58	SCEP 170080_07 2022 (01/05/2022 a 30/04/2024)	Aquisição de serviços jurídicos e consultoria em matéria de contratação pública	020214.B0.00	O		24 600,00 €			01/06/2022	31/05/2024	24 600,00 €	0,00 €	6 758,34 €	11 691,65 €	6 150,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	6 758,34 €
Funcionamento	OI 22.17	n.a. - Valor anual inferior a 99.759,58	SCEP 166424_15 2022 (01/03/2022 a 28/02/2024)	Aquisição de fardamento	020201.Y0.00	O		145 931,51 €			01/03/2022	28/02/2024	145 931,51 €	0,00 €	54 044,81 €	48 708,02 €	43 178,68 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	54 044,81 €
Funcionamento	OI 22.22	n.a. - Valor anual inferior a 99.759,58	SCEP 171659_12 2022 (01/06/2022 a 31/12/2024)	Aquisição de Serviços de Criação, desenvolvimento e manutenção de E-learning	020220E0.00 e 020217C0.00	O		22 140,00 €			[illegible]	30/07/2024	22 140,00 €	0,00 €	3 690,00 €	8 523,90 €	9 926,10 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	3 690,00 €
Funcionamento	OI 22.23	Aguarda Portaria - PAEP 5872_1172_2021 (01/01/2022 a 31/12/2024)	SCEP 175633_15 2022 (01/08/2022 a 31/01/2023)	Aquisição de serviços de vigilância e segurança humana para 6 (seis) meses, com início a 1 (um) de agosto de 2022	020218VS.00	O		167 279,80 €			01/08/2022	31/01/2023	167 279,80 €	0,00 €	111 519,88 €	55 759,92 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	111 519,88 €
Funcionamento	OI 22.24	n.a. - Valor anual inferior a 99.759,58	SCEP 174690_14 2022 (01/10/2022 a 31/12/2023)	Aquisição de serviços para gestão integrada das redes sociais da Soflusa	020220E0.00	O		72 87_,50 €			01/10/2022	31/12/2023	72 87_,50 €	0,00 €	21 863,21 €	51 014,25 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	21 863,21 €
Funcionamento	OI 22.26	S1_PEE nº 777 de 14.11.2022	SCEP 182668_19 2022 (01/11/2022 a 30/04/2023)	Aquisição de serviços de limpeza e fornecimento de consumíveis de higiene, para as instalações e navios - Novembro	020202LH.00 e 020104LH.00	O		137 260,92 €			01/11/2022	30/11/2022	137 260,92 €	0,00 €	41 350,39 €	95 910,53 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	41 350,39 €
Funcionamento	OI 22.28	n.a. - Valor anual inferior a 99.759,58	SCEP 183708_20 2022 (01/11/2022 a 31/08/2024)	Aquisição de serviços para manutenção do sistema de bilhética	020719C0.00	O		135 300,00 €			10/02/2022	12/12/2024	135 300,00 €	0,00 €	16 911,27 €	67 850,02 €	50 738,71 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	16 911,27 €
Funcionamento	OI 21.04	n.a. - Valor anual inferior a 99.759,58	SCEP 123869_17 2020 (01/01/2021 a 31/12/2023)	Serviços de Medicina no Trabalho para a Soflusa, S.A (JAN2021 a DEZ2023)	020222H0.00	O		27 809,00 €			01/01/2021	31/12/2024	27 809,00 €	9 269,76 €	9 269,76 €	9 269,48 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	9 269,75 €	9 269,76 €
Funcionamento	OI 21.47	n.a. - Valor anual inferior a 99.759,58	SCEP 146418_16 2021 (01/08/2021 a 31/12/2023)	Prestação de serviços para Manutenção Preventiva e Corretiva de Sistemas Automáticos de Deteção Incêndio (SADI) do terminal fluvial do Terreiro do Paço	020219C0.00	O		15 678,33 €			01/10/2021	30/09/2024	15 678,33 €	0,00 €	5 226,11 €	5 226,11 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	3 772,44 €
Funcionamento	OI 21.48	n.a. - Valor anual inferior a 99.759,58	SCEP 154719_26 2021 (01/10/2021 a 31/12/2022)	Prestação de serviços para acompanhamento e fiscalização do contrato de manutenção global da frota de navios da Soflusa	020220E0.00	O		124 414,50 €			01/10/2021	31/12/2022	124 414,50 €	36 592,50 €	87 822,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	36 592,50 €	87 822,00 €
Funcionamento	OI 21.54	n.a. - Valor anual inferior a 99.759,58	SCEP 153430_23 2021 (01/10/2021 a 31/01/2022)	Aquisição de serviços de vigilância e segurança humana, para 4 meses com início a 1 de outubro de 2021, para a Soflusa – Sociedade Fluvial de Transportes, S.A.	020218VS.00	O		111 410,63 €			01/10/2021	31/01/2022	111 410,63 €	55 705,30 €	27 851,65 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	55 705,30 €	55 705,30 €
Funcionamento	OI 21.06	n.a. - Valor anual inferior a 99.759,58	SCEP 126171_13 2020 (09/11/2020 a 08/11/2021)	Aquisição de serviço de reparação e docagem do catamaran "Antero de Quental"	020203M1.00	O		181 791,44 €			09/11/2021	18/03/2022	181 791,44 €	95 891,77 €	90 881,77 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	95 891,77 €	81 311,81 €
Funcionamento	OI 21.08	n.a. - Valor anual inferior a 99.759,58	SCEP 137525_02 2021 (01/03/2021 a 28/02/2022)	Aquisição de Serviços de Logística de Tratamento e Transporte de Valores	020218VS.00	O		63 34_,00 €			01/03/2021	28/02/2022	63 34_,00 €	33 857,07 €	10 557,50 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	33 857,17 €	5 240,57 €
Funcionamento	OI 21.14	n.a. - Valor anual inferior a 99.759,58	SCEP 109870_04 2020 (01/09/2020 a 31/08/2023)	Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de equipamentos, para sistemas automáticos de Deteção de Intrusão (SADIR) e sistema automáticos de deteção (SADI)	020219M0.00	O		3 68_,34 €			01/01/2021	31/01/2024	3 68_,34 €	1 062,54 €	1 225,11 €	1 225,11 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 062,54 €	1 105,64 €
Funcionamento	OI 21.19	Aguarda Portaria PAEP_5872_773_2021 (01/01/2022 a 31/12/2024)	SCEP 147707_18 2021 (01/01/2022 a 31/12/2024)	Aquisição de serviços de amarração de navios e apoio ao embarque de passageiros, para os meses de julho, agosto e setembro	020220.E0.00	O		35 417,37 €			01/07/2022	30/09/2022	35 417,37 €	0,00 €	35 417,37 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	35 417,37 €
Funcionamento	OI 21.23	n.a. - Valor anual inferior a 99.759,58	SCEP 137717_04 2021 (01/01/2021 a 31/12/2023)	Prestação Serviços de Manutenção de Meios de 1º e 2º Intervenção das embarcações e pontões para a Soflusa – Sociedade Fluvial de Transportes, S.A.	020220E0.00	O		22 393,48 €			25/05/2021	24/05/2024	22 393,48 €	4 950,78 €	6 805,34 €	6 805,34 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	4 950,79 €	4 688,16 €
Funcionamento	OI 21.24	n.a. - Valor anual inferior a 99.759,58	SCEP 137716_03 2021 (01/01/2021 a 31/12/2023)	Prestação Serviços de Manutenção de Meios de 1ª intervenção para a Soflusa – Sociedade Fluvial de Transportes, S.A.	020220E0.00	O		9 693,72 €			25/05/2021	24/05/2024	9 693,72 €	1 120,66 €	3 231,24 €	3 231,24 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 120,55 €	659,24 €
Funcionamento	OI 21.25	S1_PEE nº 777 de 14.11.2022	SCEP 139073_16 2021 (01/04/2021 a 31/03/2022)	Aquisição de serviços de limpeza e fornecimento de produtos de higiene, de maio 2021 a abril 2022, para a Soflusa – Sociedade Fluvial de Transportes, S.A.	020202LH.00 e 020104LH.00	O		258 29_,54 €			01/05/2021	30/04/2022	258 29_,54 €	164 454,17 €	54 351,79 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	164 454,17 €	83 029,83 €
Funcionamento	OI 21.27	n.a. - Valor anual inferior a 99.759,58	SCEP 142962_11 2021 (01/07/2021 a 30/06/2024)	Aquisição de serviços jurídicos e de contencioso, para a Soflusa, Sociedade Fluvial de Transportes, S.A.	020214B0.00	O		24 600,00 €			23/06/2021	28/05/2024	24 600,00 €	22 121,44 €	668,25 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	22 637,44 €	0,00 €
Funcionamento	OI 21.35	n.a. - Valor anual inferior a 99.759,58	SCEP 139696_07 2021 (01/03/2021 a 28/02/2022)	Aquisição de serviços jurídicos e consultoria em matéria de contratação pública para a Soflusa	020214B0.00	O		18 450,00 €			01/04/2021	31/03/2022	18 450,00 €	13 837,50 €	4 612,50 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	13 837,50 €	4 612,50 €
Funcionamento	OI 21.32	n.a. - Valor anual inferior a 99.759,58	SCEP 143680_12 2021 (01/06/2021 a 31/05/2023)	Aquisição de serviço de telecomunicações para disponibilização de dados de WiFi nos terminais e frota de navios da Soflusa	020209B0.00	O		4 535,09 €			29/08/2021	29/08/2023	4 535,09 €	899,39 €	2 268,55 €	1 133,27 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	899,35 €	2 188,31 €
Funcionamento	OI 21.21	n.a. - Valor anual inferior a 99.759,58	SCEP 137353_01 2021 (01/05/2021 a 31/05/2023)	Serviços de Contabilista Certificado para a Soflusa	020220E0.00	O		15 22_,25 €			01/05/2021	31/05/2023	15 22_,25 €	4 261,95 €	7 610,62 €	3 171,05 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	4 261,35 €	7 306,30 €

TTSL
TRANSTEJO SOFLUSA

Síntese do Desempenho Orçamental - Notas Explicativas

Demonstração de Execução Orçamental da RECEITA

- Conforme apresentado na Demonstração Orçamental da Receita, a Receita Liquidada em 2022 ascendeu ao montante global de 25.220.332,95€, representando um grau de execução de 94,10% relativamente ao montante do orçamento, que apresentava uma previsão de 26.800.936€.

- A **Receita Cobrada Líquida** ascendeu a 23.053.429,11€, tendo transitado por cobrar, no final do período, o montante de 264.567,83€.

- Conforme detalhe apresentado na Demonstração do Desempenho Orçamental, a **Receita Cobrada Líquida** teve proveniência das seguintes Fontes de Financiamento:

  a) **Saldo de Gerência transitado = 5.976.004,63€**
  b) **Receita efetiva = 17.077.424,48€**
     - RP - Receita Própria corrente = 17.077.428,48€ - Receitas da prestação de serviços de transporte, receitas de atividades acessórias e reembolsos de impostos.
  c) **Receita não efetiva = 0 €**

Execução Orçamental da DESPESA

- Conforme apresentado na Demonstração Orçamental da Despesa, a **Despesa Líquida** de 2022 ascendeu ao montante global de 18.986.277,63€, representando um grau de execução de 78,79% relativamente ao orçamento aprovado, que apresentava uma dotação de 24.096.578€.

- Os **Compromissos** assumidos ascenderam a 19.622.597,76€, tendo transitado por pagar, no final do período, o montante de 483.396,84€.

Saldo Global

A execução orçamental da Soflusa apresenta uma despesa efetiva de 18.986.277,63€ e receita efetiva de 17.077.424,48€, pelo que o Saldo Global (Receita Efetiva - Despesa Efetiva) se apresenta negativo, no montante de 1.908.853,15€.

Anexo às Demonstrações Orçamentais

I. Alterações orçamentais da receita

Rubricas	Tipo	Receita					Observações
		Previsões iniciais	Alterações orçamentais			Previsões corrigidas	
			Inscrições/ reforços	Diminuições/ anulações	Créditos especiais		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(3)+(+)-(5)+(6)	(8)
Receita corrente		**17 410 748**	**3 744 255**	**3 415 903**	**3 085 830**	**20 824 930**	
R4 Rendimentos de Propriedade						-	
R5 Transferências e Subsídios Correntes		**7 039 815**	**328 352**	**3 415 903**	-	**3 952 264**	
R5.1 Transferências Correntes		**7 039 815**	**328 352**	**3 415 903**	-	**3 952 264**	
R5.1.1 Administrações Públicas		3 623 912	328 352	-	-	3 952 264	
R5.1.1.1 Administração Central - Estado Português	P	3 623 912	-	-	-		
R5.1.1.2 Administração Central - Outras entidades		-	328 352	-	-	328 352	
R5.1.3 Outras		3 415 903	-	3 415 903	-	-	
R6 Venda de bens e serviços		9 387 491	3 415 903	-	3 085 830	15 889 224	
R7 Outras receitas correntes		983 442	-	-	-	983 442	
R11 Reposições não abatidas		-	-	-	-	-	
Receita de capital		-	-	-	-	-	
R9 Transferências de capital							
R9.1 Administrações Públicas	P	-	-	-	-	-	
R9.1.2 Administração Central - Outras Entidades		-	-	-	-	-	
R13 Receita com passivos financeiros							
Outras receitas		-	**5 976 006**	-	-	**5 976 006**	
Saldo da gerência anterior - operações orçamentais		-	5 976 006	-	-	5 976 006	
Total		**17 410 748**	**9 720 261**	**3 415 903**	**3 085 830**	**26 800 936**	

II. Alterações orçamentais da despesa

Rubricas	Tipo	Despesa					Observações
		Dotações iniciais	Alterações orçamentais			Dotações corrigidas	
			Inscrições/ reforços	Diminuições/ anulações	Créditos especiais		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(3)+(+)-(5)+(6)	(8)
Despesa Corrente		**15 254 900**	**10 896 429**	**6 042 841**	**3 085 830**	**23 194 318**	
D1 Despesas com o pessoal		**4 143 931**	**1 516 299**	**1 291 386**	-	**4 368 844**	
D1.1 Remunerações certas e permanentes		2 223 356	938 294	415 775	-	2 745 875	
D1.2 Abonos variáveis ou eventuais		789 605	499 162	499 162	-	789 605	
D1.3 Segurança Social		1 130 970	78 843	376 449	-	833 364	
D2 Aquisição de bens e serviços	P	10 671 667	9 356 116	4 390 429	3 085 830	18 723 184	
D3 Juros e outros encargos		-	-	-	-	-	
D4 Transferências e Subsídios Correntes		**9 150**	-	**1 918**	-	**7 232**	
D4.1 Transferências correntes		9 150	-	1 918	-	7 232	
D5 Outras despesas correntes		430 152	24 014	359 108	-	95 058	
Despesa de Capital		**2 155 848**	**892 688**	**2 146 276**	-	**902 260**	
D6 Aquisições de Bens de Capital	P	2 155 848	892 688	2 146 276	-	902 260	
Total		**17 410 748**	**11 789 117**	**8 189 117**	**3 085 830**	**24 096 578**	

III. Operações de tesouraria

Código das Contas	Designação	Saldo inicial	Recebimentos	Pagamentos	Saldo Final
07	**Operações de Tesouraria**				
071	**Recebimentos por operações de tesouraria**	**29 202,33**	**94 876,96**	**-**	**124 079,29**
0711	Intermediação de fundos	-	-	-	-
0712	Cobrança de receita por conta de outrem	-	-	-	-
07122	Receita não Fiscal	-	-	-	-
0713	Constituição e reforço de cauções e garantias	8 578,71	-	-	8 578,71
0714	Cobrança de recursos próprios comunitários	-	-	-	-
0716	Retenções - Transição para o SNC-AP	-	-	-	-
0719	Outras Receitas de operações tesouraria	20 623,62	94 876,96	-	115 500,58
072	**Pagamentos por operações de tesouraria**	**(77 488,54)**	**-**	**(34 383,16)**	**(111 871,70)**
0721	Intermediação de fundos	-	-	-	-
0722	Entrega de receita por conta de outrem	-	-	-	-
07222	Receita Fiscal	-	-	-	-
0723	Devolução de cauções e garantias	(8 578,71)	-	-	(8 578,71)
0724	Entrega de recursos próprios comunitários	-	-	-	-
0726	Retenções - Transição para o SNC-AP	-	-	-	-
0729	Outras despesas de operações de tesouraria	(68 909,83)	-	(34 383,16)	(103 292,99)
	Total	**(48 286,21)**	**94 876,96**	**(34 383,16)**	**12 207,59**

As operações de tesouraria correspondem a fluxos financeiros associados a pagamentos e recebimentos relacionados com operações extraorçamentais, destacando-se recebimentos de cauções e garantias bancárias e pagamentos de prémios de seguro de saúde referentes à inclusão de familiares de trabalhadores no contrato do Grupo de Empresas.

IV. Contratação administrativa

Situação dos contratos

Entidade	NIF	Contrato tipo	Objeto	Contrato: Data	Valor do Contrato s/IVA	Preço Contratual c/IVA	Prazo de execução	Início da execução (Data) do contrato	Procedimento de contratação	Visto do Tribunal de Contas: Número de registo	Visto do Tribunal de Contas: Data	[illegible] (S/N)	Contratos adicionais (S/N)	Contratos COVID (S/N)	Comunicação ao TC: Número de registo	Comunicação ao TC: Data	Data do primeiro pagamento	Pagamentos no período: Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	Pagamentos acumulados: Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	Observações
[illegible]	[illegible]	Aquisição de serviços	[illegible]	04/01/2022	18 375,00	22 601,25	484,00	01/01/2022	Contratação excluída	n.a.	n.a.	N	N	N	n.a.	n.a.	14/06/2022	19 157,25					0,00					
[illegible]	[illegible]	Aquisição de serviços	[illegible]	17/01/2022	19 920,00	24 501,60	334,00	17/01/2022	Consulta Prévia	n.a.	n.a.	N	N	N	n.a.	n.a.	27/06/2022	24 501,60					0,00					
[illegible]	[illegible]	Aquisição de serviços	[illegible]	17/01/2022	24 795,00	30 417,85	89,00	01/01/2022	Contratação excluída	n.a.	n.a.	N	N	N	n.a.	n.a.	07/09/2022	30 417,85					0,00					
[illegible]	[illegible]	Aquisição de serviços	[illegible]	21/01/2022	19 329,00	23 774,67	1 095,00	01/01/2022	Contratação excluída	n.a.	n.a.	N	N	N	n.a.	n.a.	01/09/2022	7 924,93					0,00					
[illegible]	[illegible]	Aquisição de serviços	[illegible]	25/01/2022	54 000,00	66 420,00	1 444,00	21/12/2022	Contratação excluída	n.a.	n.a.	N	N	N	n.a.	n.a.	14/11/2022	8 610,00					0,00					
[illegible]	[illegible]	Aquisição de serviços	[illegible]	03/01/2022	10 990,00	13 517,70	211,00	01/01/2022	Contratação excluída	n.a.	n.a.	N	N	N	n.a.	n.a.	22/09/2022	12 218,50					0,00					
[illegible]	[illegible]	Aquisição de serviços	[illegible]	16/01/2022	20 879,1[illegible]	25 681,33	1 095,00	16/03/2022	Contratação excluída	n.a.	n.a.	N	N	N	n.a.	n.a.	01/09/2022	4 189,7[illegible]					0,00					
[illegible]	[illegible]	Aquisição de serviços	[illegible]	21/01/2022	51 285,4[illegible]	63 081,04	364,00	01/01/2022	Concurso Público	n.a.	n.a.	N	N	N	n.a.	n.a.	17/09/2022	32 991,55					0,00					
[illegible]	[illegible]	Aquisição de serviços	[illegible]	28/01/2022	135 999,8[illegible]	167 279,80	177,00	04/02/2022	Ajuste Direto	n.a.	n.a.	N	N	N	n.a.	n.a.	14/09/2022	167 279,80					0,00					
[illegible]	[illegible]	Aquisição de serviços	[illegible]	18/04/2022	28 794,24	35 416,92	90,00	01/04/2022	Contratação excluída	n.a.	n.a.	N	N	N	n.a.	n.a.	24/09/2022	30 417,85					0,00					
[illegible]	[illegible]	Aquisição de serviços	[illegible]	01/05/2022	3 000,00	3 690,00	180,00	01/03/2022	Contratação excluída	n.a.	n.a.	N	N	N	n.a.	n.a.	21/11/2022	2 697,74					0,00					
[illegible]	[illegible]	Aquisição de serviços	[illegible]	01/05/2022	28 000,00	34 440,00	136,00	03/05/2022	Contratação excluída	n.a.	n.a.	[illegible]	N	N	n.a.	n.a.	14/09/2022	34 440,00					0,00					
[illegible]	[illegible]	Aquisição de serviços	[illegible]	25/05/2022	20 000,00	24 600,00	730,00	01/06/2022	Consulta Prévia	n.a.	n.a.	N	N	N	n.a.	n.a.	04/07/2022	6 758,34					0,00					
[illegible]	[illegible]	Aquisição de serviços	[illegible]	25/05/2022	1 506 920,00	1 852 480,44	88,00	31/05/2022	Ajuste Direto	n.a.	n.a.	N	N	N	n.a.	n.a.	07/06/2022	379 347,77					0,00					
[illegible]	[illegible]	Aquisição de serviços	[illegible]	01/06/2022	132 647,29	163 156,06	183,00	01/05/2022	Contratação excluída	n.a.	n.a.	N	N	N	n.a.	n.a.	24/09/2022	159 746,41					0,00					
[illegible]	[illegible]	Aquisição de serviços	[illegible]	13/07/2022	11 904,00	14 641,92	167,00	13/07/2022	Ajuste Direto	n.a.	n.a.	N	N	N	n.a.	n.a.	24/07/2022	14 641,92					0,00					
[illegible]	[illegible]	Aquisição de serviços	[illegible]	01/07/2022	118 647,1[illegible]	145 936,31	376,00	01/10/2022	Concurso Público	n.a.	n.a.	N	N	N	n.a.	n.a.	29/11/2022	58 088,8[illegible]					0,00					
[illegible]	[illegible]	Aquisição de bens	[illegible]	01/08/2022	649 206,00	778 889,78	38,00	23/05/2022	Ajuste Direto	n.a.	n.a.	N	N	N	n.a.	n.a.	14/06/2022	392 611,07					0,00					
[illegible]	[illegible]	Aquisição de serviços	[illegible]	18/08/2022	28 794,24	35 416,92	81,00	01/07/2022	Contratação excluída	n.a.	n.a.	N	N	N	n.a.	n.a.	21/09/2022	30 417,85					0,00					
[illegible]	[illegible]	Aquisição de bens	[illegible]	09/09/2022	2 171 800,00	2 286 384,00	93,00	12/09/2022	Ajuste Direto	n.a.	n.a.	N	N	N	n.a.	n.a.	14/09/2022	1 232 833,45					0,00					
[illegible]	[illegible]	Aquisição de bens	[illegible]	21/09/2022	24 531,2[illegible]	30 171,99	122,00	20/09/2022	Contratação excluída	n.a.	n.a.	N	N	N	n.a.	n.a.	11/07/2022	29 584,74					0,00					
[illegible]	[illegible]	Aquisição de bens	[illegible]	27/12/2022	22 444,[illegible]	27 615,73	0,00	27/12/2022	Contratação excluída	n.a.	n.a.	N	N	N	n.a.	n.a.	27/12/2022	27 615,73					0,00					
[illegible]	[illegible]	Aquisição de serviços	[illegible]	26/09/2022	18 000,00	22 140,00	673,00	26/09/2022	Consulta Prévia	n.a.	n.a.	N	N	N	n.a.	n.a.	14/10/2022	3 690,00					0,00					
[illegible]	[illegible]	Aquisição de serviços	[illegible]	03/10/2022	135 999,8[illegible]	167 279,80	183,00	01/09/2022	Contratação excluída	n.a.	n.a.	N	N	N	n.a.	n.a.	01/10/2022	111 513,84					0,00					
[illegible]	[illegible]	Aquisição de serviços	[illegible]	03/10/2022	59 250,00	72 877,50	456,00	01/10/2022	Consulta Prévia	n.a.	n.a.	N	N	N	n.a.	n.a.	14/10/2022	21 863,74					0,00					
[illegible]	[illegible]	Aquisição de serviços	[illegible]	28/10/2022	28 794,24	35 416,92	81,00	01/10/2022	Contratação excluída	n.a.	n.a.	N	N	N	n.a.	n.a.	21/12/2022	30 416,60					0,00					
[illegible]	[illegible]	Aquisição de serviços	[illegible]	01/11/2022	111 594,3[illegible]	137 260,95	29,00	01/11/2022	Contratação excluída	n.a.	n.a.	N	N	N	n.a.	n.a.	14/12/2022	41 050,00					0,00					
[illegible]	[illegible]	Aquisição de bens	[illegible]	08/11/2022	863 266,00	977 281,80	46,00	15/11/2022	Ajuste Direto	n.a.	n.a.	N	N	N	n.a.	n.a.	19/12/2022	912 151,14					0,00					
[illegible]	[illegible]	Aquisição de serviços	[illegible]	09/11/2022	110 000,00	135 300,00	731,00	12/12/2022	Contratação excluída	n.a.	n.a.	N	N	N	n.a.	n.a.	14/12/2022	16 911,27					0,00					
[illegible]	[illegible]	Aquisição de serviços	[illegible]	17/11/2022	61 200,00	61 200,00	364,00	01/01/2023	Ajuste Direto	n.a.	n.a.	N	N	N	n.a.	n.a.	27/12/2022	27 000,00					0,00					
[illegible]	[illegible]	Aquisição de serviços	[illegible]	17/11/2022	262 181,39	262 181,39	180,00	01/01/2023	Ajuste Direto	n.a.	n.a.	N	N	N	n.a.	n.a.	27/12/2022	40 324,97					0,00					

Entidade	NIF	Contrato tipo	Contrato: Objeto	Contrato: Data	Contrato: Valor do Contrato s/IVA	Contrato: Preço Contratual c/ IVA	Contrato: Prazo de execução	Contrato: Início de execução (física) do contrato	Contrato: Procedimento de contratação	Visto do Tribunal de Contas: Número de Registo	Visto do Tribunal de Contas: Data	MECP Lei n.º 30/2021 (S/N)	Contratos adicionais (S/N)	Contratos COVID (S/N)	Comunicação ao TC: Número de registo	Comunicação ao TC: Data	Data do primeiro pagamento	Pagamentos no período: Trabalhos normais	Pagamentos no período: Revisão de preços	Pagamentos no período: Trabalhos a mais	Pagamentos no período: Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Pagamentos no período: Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	Pagamentos acumulados: Trabalhos normais	Pagamentos acumulados: Revisão de preços	Pagamentos acumulados: Trabalhos a mais	Pagamentos acumulados: Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Pagamentos acumulados: Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	Observações
[illegible] - Educação, Investigação e Consultoria em Trabalho, Saúde e [illegible]	[illegible]	Aquisição de serviços	[illegible]	13/0[illegible]/2[illegible]	[illegible] 809,[illegible]	[illegible] 809,[illegible]	[illegible]	[illegible]/0[illegible]	Contratação excluída	n.a	n.a	N	N	N	n.a	n.a	16/03/[illegible]	[illegible] 169,[illegible]					[illegible]					
[illegible] & Carlos Santos, Lda	[illegible]	Aquisição de serviços	Aquisição de serviços de reparação e docagem do catamaran "Antero de Quental"	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]/0[illegible]	Contratação excluída	n.a	n.a	N	N	N	n.a	n.a	[illegible]	[illegible]					[illegible]					
[illegible]	[illegible]	Aquisição de serviços	[illegible]	15/0[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	Concurso Público	n.a	n.a	N	N	N	n.a	n.a	21/04/[illegible]	[illegible]					[illegible]					
[illegible]	[illegible]	Aquisição de serviços	Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de equipamentos, para sistemas automáticos de Deteção de [illegible]	[illegible]/0[illegible]	[illegible]	[illegible] 687,[illegible]	[illegible]	[illegible]	Contratação excluída	n.a	n.a	N	N	N	n.a	n.a	[illegible]	[illegible] 105,[illegible]					[illegible]					
Pais de Vasconcelos & Associados, [illegible]	[illegible]5564[illegible]	[illegible]	Aquisição de serviços jurídicos e consultoria em matéria de contratação [illegible]	[illegible]	[illegible] 000,[illegible]	18 [illegible]50,[illegible]	[illegible]	[illegible]/0[illegible]	Consulta Prévia	n.a	n.a	N	N	N	n.a	n.a	14/06/[illegible]	[illegible]					[illegible]					
[illegible] - Estudos e serviços de [illegible]	104[illegible]	Aquisição de serviços	Prestação de serviços de avaliação e controlo de pragas para as instalações e [illegible] da Soflusa	[illegible]	[illegible] 496,[illegible]	[illegible] 160,[illegible]	[illegible]	23/04/[illegible]	Contratação excluída	n.a	n.a	N	N	N	n.a	n.a	[illegible]/05/2[illegible]	[illegible]					[illegible]					
[illegible] Navaltagus - Reparação e [illegible]	[illegible]	Aquisição de serviços	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	Concurso Público	[illegible]/2021	[illegible]	[illegible]	N	N	[illegible]456/2021, [illegible] 03/05/2021	30/[illegible]	[illegible]/0[illegible]	[illegible] 537 [illegible]					[illegible]					
[illegible]	[illegible]	Aquisição de serviços	[illegible] Soflusa	11/0[illegible]	[illegible]	[illegible]	110,01	[illegible]/0[illegible]	Consulta Prévia	n.a	n.a	N	N	N	n.a	n.a	27/0[illegible]	[illegible] 106,[illegible]					[illegible]					
Previnave - Prevenção e Segurança no Trabalho, Lda	10[illegible]	Aquisição de serviços	[illegible]	[illegible]	[illegible]	22 198,[illegible]	[illegible]	[illegible]/0[illegible]	Contratação excluída	n.a	n.a	N	N	N	n.a	n.a	[illegible]	[illegible] 688,[illegible]					[illegible]					
[illegible]	10[illegible]	[illegible]	Prestação Serviços de Manutenção de Meios de 1ª Intervenção para a Soflusa - [illegible]	[illegible]	[illegible] 88[illegible]	[illegible]	[illegible]	2[illegible]/0[illegible]	Contratação excluída	n.a	n.a	N	N	N	n.a	n.a	[illegible]	[illegible]					1 110,[illegible]					
Operandus, Limpeza Profissional, S.A	[illegible]	Aquisição de serviços	Aquisição de serviços de limpeza e fornecimento de produtos de higiene, de maio 2021 a abril 2022, para a Soflusa - Sociedade Fluvial de Transportes, S.A.	[illegible]	[illegible] 099,[illegible]	[illegible]	164,[illegible]	[illegible]/0[illegible]	Contratação excluída	n.a	n.a	N	N	N	n.a	n.a	14/0[illegible]	[illegible] 29,[illegible]					[illegible]					
[illegible] - Serviços de Comunicações e [illegible]	[illegible]46[illegible]	[illegible]	Aquisição de serviços [illegible]	[illegible]	[illegible] 68[illegible]	[illegible] 33,[illegible]	[illegible]	[illegible]/0[illegible]	Concurso Público	n.a	n.a	N	N	N	n.a	n.a	[illegible]	[illegible]					[illegible]					
[illegible] Pinto Segurança Integrada e Gestão de Edifícios S.A.	[illegible]969[illegible]	Aquisição de serviços	Prestação de serviços para Manutenção Preventiva e Corretiva de Sistemas Automáticos de Deteção Incêndio (SADI) do terminal fluvial do Terreiro do Paço	[illegible]	12 746,[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	Contratação excluída	n.a	n.a	N	N	N	n.a	n.a	[illegible]	[illegible] 172,[illegible]					[illegible]					
[illegible]	[illegible]	[illegible]	Prestação de serviços para acompanhamento e fiscalização do contrato de manutenção global da frota de navios da Soflusa	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	Contratação excluída	n.a	n.a	N	N	N	n.a	n.a	[illegible]	[illegible]					[illegible]					
ESC - Segurança Privada, S.A	[illegible]	Aquisição de serviços	[illegible] com início a 1 de outubro de 2021, para a Soflusa - Sociedade Fluvial de Transportes, S.A.	[illegible]	[illegible]	[illegible],60	[illegible]	[illegible]	Contratação excluída	n.a	n.a	N	N	N	n.a	n.a	[illegible]	[illegible]					[illegible]					

TTSL
TRANSTEJO SOFLUSA

Adjudicações por tipo de procedimento

Tipo de contrato	Adjudicações por tipo de procedimento														Total	
	Concurso público		Concurso limitado por prévia qualificação (2)		Procedimento de negociação		Diálogo concorrencial		Ajuste direto		Consulta Prévia		Contratação Excluída			
	Número dos contratos (1)	Preço contratual (2)	Número dos contratos (3)	Preço contratual (4)	Número dos contratos (5)	Preço contratual (6)	Número dos contratos (7)	Preço contratual (8)	Número dos contratos (9)	Preço contratual (10)	Número dos contratos (11)	Preço contratual (12)	Número dos contratos (13)	Preço contratual (14)	Número dos contratos (15)	Valor (16)
Empreitada de obras públicas																
Aquisição de serviços	6	8 649 532,41 €							8	4 113 500,43 €	6	144 545,00 €	26	1 392 785,83 €	46	14 300 363,64 €
Aquisição de bens	0	- €							3	1 573 204,57 €	0	- €	2	47 001,32 €	5	1 620 205,99 €
Locação ou aquisição de bens móveis																
Concessão de obras públicas																
Concessão de serviços públicos																
Sociedade																
Outros																

V. Transferências e subsídios

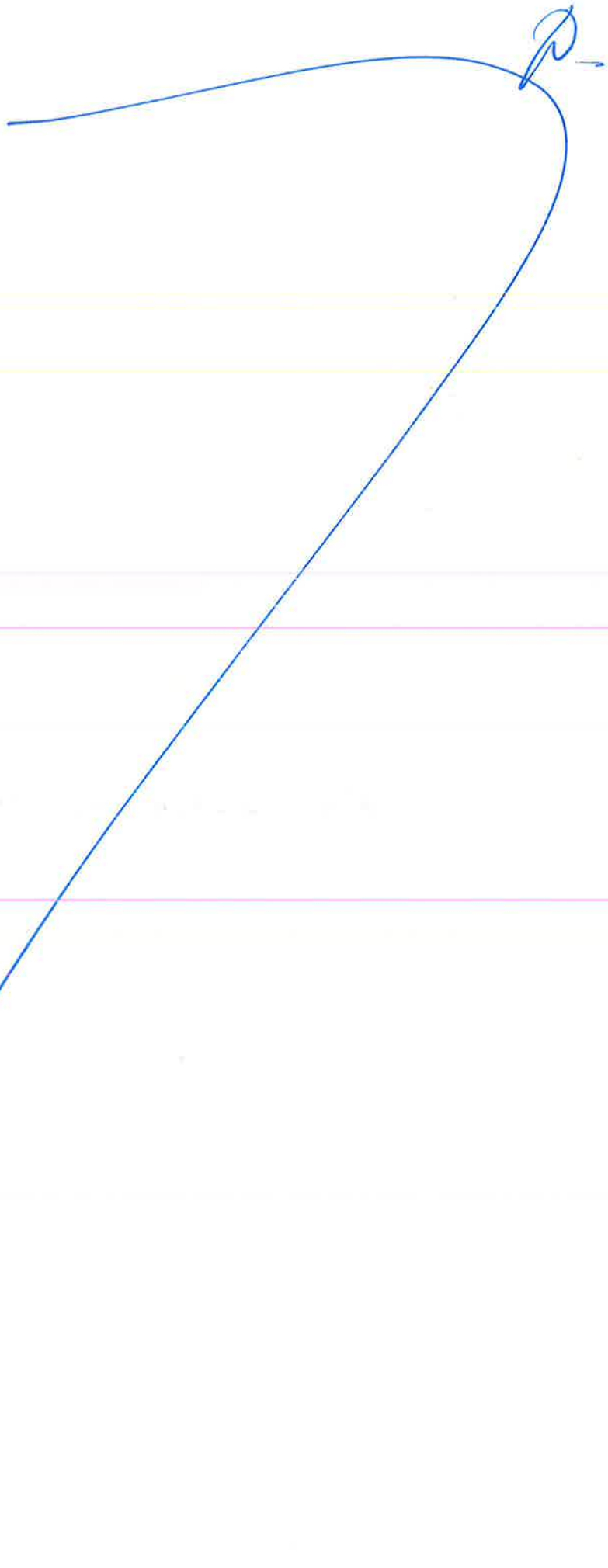
Transferências e subsídios - Despesa

Nada a reportar referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Transferências e subsídios – Receita

Tipo de receita	Disposições legais (1)	Finalidade (2)	Entidade Financiadora (3)	Receita Prevista (4)	Receita Recebida (5)	Receita Prevista e não recebida (6)=(4)-(5)	Devolução de transferências/ subsídios ocorrida no exercício (7)	Observações (8)
Transferências Correntes								
060307 Serviços e Fundos Autónomos	RCM 109/2022, de 23 de novembro de 2022	Compensações tarifárias	Secretaria Geral do Ambiente	328 352,00	328 351,80	0,20		
Total Transferências correntes				**328 352,00**	**328 351,80**	**0,20**		
Transferências de Capital								
Total Transferências capital				**0,00**	**0,00**	**0,00**		
Total				**328 352,00**	**328 351,80**	**0,20**		

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Dra. Alexandra Ferreira de Carvalho

Dr. Alexandre Miguel Santos